

Entrevista

Paulo Rocha – managing partner
do Demarest Advogados

Brasil dos Advogados

A maior proporção de profissionais
por habitante do mundo

Copa do Mundo

Uma análise sobre os impactos
da Copa do Mundo na economia

ENGRENAGENS: A MOVIMENTAÇÃO DOS SÓCIOS QUE FEZ O MERCADO GIRAR EM 2022

The Latin American Lawyer registrou a contratação de mais de 200 novos sócios no Brasil

LATAM SPECIAL

FUERZA DE ALTOS DIRECTIVOS: MOVIMIENTOS DE SOCIOS 2022

Todos los movimientos de socios registrados por The Latin American Lawyer en 2022,
incluyendo 40 fichajes y 66 nombramientos

Ask the submission form to: guido.santoro@iberianlegalgroup.com
For more information about the events send an email to: francesca.vistarini@lcpublishinggroup.com



These events refer to Iberian Lawyer and they reward the best lawyers and law professionals in Spain and Portugal.

Sustainability Summit Spain	Madrid, 16/02/2023
Inspirallaw	Madrid, 09/03/2023
Iberian Lawyer Labour Spain	New Date Madrid, 29/03/2023
Sustainability Summit Portugal	Lisbon, 18/04/2023
Iberian Lawyer IP&TMT Spain	Madrid, 23/05/2023
Iberian Lawyer Energy Awards	Madrid, 29/06/2023
Iberian Lawyer IP&TMT Portugal	Lisbon, 13/07/2023
Iberian Lawyer Legaltech Day	Madrid, 20/09/2023
Iberian Lawyer Forty Under 40 Awards	Madrid, 17/10/2023
Legal Day	Madrid, 07/11/2023
Gold Awards	Madrid, 07/11/2023
Iberian Lawyer Labour Portugal	Lisbon, 05/12/2023



The event aims to highlight the excellence of private practice lawyers, experts in the sector of energy and infrastructure in Latin America.

The LatAm Energy & Infrastructure Awards	São Paulo, 13/12/2023
--	-----------------------



La settimana internazionale di eventi per la legal business community a Milano.

Legalcommunity Week	Milan, 12-16/06/2023
---------------------	----------------------



The Legalcommunity Switzerland Awards is the event celebrating in-house & private practice lawyers in Switzerland.

Legalcommunity Switzerland Awards	Zurich, 04/05/2023
Inhousecommunity Days Switzerland	Zurich, 26-27/10/2023



The Legalcommunity MENA Awards event celebrates the excellence of in-house legal departments and private practice lawyers in the Middle East and North African markets.

LegalcommunityMENA Awards	Cairo, 23/11/2023
---------------------------	-------------------

BALANÇO GERAL

Sempre que um ano se encerra a gente faz um balanço, tudo entra na conta: o que vivenciamos, o que conquistamos e o que deixamos de fazer. Seja o saldo positivo ou negativo, a nossa expectativa é sempre a de que o ano que vai se iniciar seja melhor.

Mesmo quando sofremos alguma frustração, não deixamos de acreditar, de torcer. Foi assim na recente derrota do Brasil na Copa do Mundo, não é? Muito além dos gols dentro do campo, trouxemos *uma análise sobre os impactos da Copa do Mundo na economia*.

E bola pra frente, que o ano tá só começando. Assim como é na vida é também no mercado jurídico. As firmas se organizam para iniciar o novo ano com novos projetos, buscando sucesso em suas transações e inovação e renovação para suas equipes de trabalho.

E foi com a intenção de fazer um balanço dessa movimentação que trouxemos em nossa matéria de capa a movimentação dos sócios que fez o mercado girar em 2022. Os dados são referentes às notificações feitas em nosso site, no ano passado.

E, mesmo que seja apenas uma amostra, deu para perceber que as firmas se movimentaram muito. Nossa sessão On The Move traz os destaques dos últimos meses e em On the Web você poderá ler sobre as transações bilionárias que movimentaram o mercado.

Também pudera, os escritórios do Brasil, país com maior proporção de profissionais por habitante do mundo, precisam mostrar que esse número não é apenas quantidade. Falamos disso também em nosso artigo sobre advogados que traz a opinião de alguns profissionais do mercado sobre a realidade da profissão.

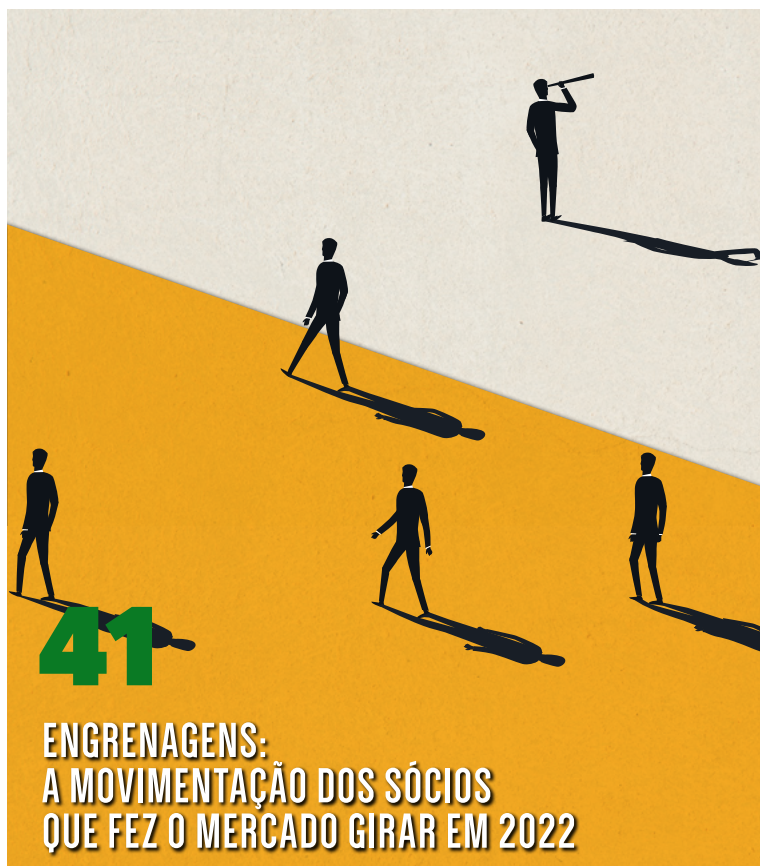
A carreira profissional é sempre cercada de desafios. Assim também foi e é para o nosso entrevistado Paulo Rocha, managing partner do Demarest Advogados que esse ano completará 75 anos de trajetória marcadas pelo sucesso.

E falando em desafios, todo ano que se inicia traz consigo muito deles, mas também vem cheio de oportunidades. É sobre isso que a advogada Lavinia Junqueira, fundadora do Junqueira Ie Advogados fala em seu artigo.

Leia essas e outras notícias nesta edição que inicia 2023, assim como todos os brasileiros iniciaram: cheios de esperança por um ano ainda melhor! 🍀

Contenidos

THE LATINAMERICAN LAWYER 29



7

ON THE MOVE

PROMOÇÃO

KLA promove três novos sócios

17

ON THE WEB

Assessoria “de milhões”

25

Tradição e inovação:

75 anos de trajetória marcadas pelo sucesso

33

Copa do Mundo: os gols dentro e fora do campo

49

Brasil dos Advogados: como se destacar diante da maior proporção de profissionais por habitante do mundo

55

Um 2023 cheio de desafios e oportunidades, também na seara jurídica

59

FROM IBERIAN LAWYER

Portas giratórias: todos os movimentos e compromissos dos parceiros em 2022

LATAM SPECIAL

73

ON THE MOVE

MÉXICO

Chevez promueve a 7 nuevos socios

81

ON THE WEB

Flexibilidad de las empresas

89

CCCP, motivados por la educación- Oscar Benavides

93

Cumplimiento y Anticorrupción en el 4º Summit de Transparencia de la WCA, Ecuador

109

Inspirar a la comunidad a través del intraemprendimiento social

113

DOSIER COMPLIANCE: PERÚ

Cuando los acuerdos para no quitarse trabajadores entre empresas pueden generar riesgos para las organizaciones - El caso peruano

On the move



CAROLINA DUCCI, PAULO CHUBBA E BRUNA DE CESARE

PROMOÇÃO KLA promove três novos sócios

KLA Advogados que celebra seu 20º aniversário este ano, anunciou a promoção de três sócios que iniciaram a partir de 1º de janeiro de 2023. As promoções representam duas áreas estratégicas do escritório, a saber, Direito do Trabalho e Gestão da Riqueza, Direito de Família, Sucessões e Planejamento Sucessório, o que eleva a 31 o complemento da parceria do escritório.

Os novos sócios promovidos e suas áreas de atuação são **Bruna De Cesare** e **Paulo Chubba** (Direito do Trabalho), enquanto as áreas de Gestão Patrimonial, Direito de Família, Sucessões e Planejamento Sucessório receberam **Carolina Ducci** como sócia.

A sócia e membro do Comitê Executivo do KLA, Melissa Kanô elogiou as recentes promoções: "As recentes promoções de Bruna, Carolina e Paulo refletem a continuidade de nosso projeto que visa reforçar nossos valores e fomentar o crescimento da empresa ao longo dos próximos anos. Crescemos a cada ano, e o sucesso deste empreendimento, juntamente com a manutenção de nosso ambiente cada vez mais colaborativo, abriu o espaço para eles em nossa parceria".

Bruna De Cesare e Paulo Chubba ingressaram no KLA como estagiários em 2009 e 2010, respectivamente. Carolina Ducci faz parte da equipe profissional da empresa desde 2019. "Bruna e Paulo começaram suas carreiras no KLA e, como nossos estagiários, cresceram tanto profissionalmente quanto pessoalmente, e provaram ser capazes de enfrentar os desafios que estão por vir. Carolina entrou mais recentemente, mas já provou ser um membro essencial da equipe. Estas promoções acrescentam a nova imagem pela qual sempre nos esforçamos. Estamos muito felizes em tê-los a bordo e desejamos-lhes ainda mais sucesso nesta nova fase de suas carreiras", comentou Henrique Lopes, sócio e membro do Comitê Executivo do KLA.

Com as novas promoções pretendemos melhorar ainda mais a eficiência na prestação de serviços com a mesma qualidade de sempre, e introduzir novas idéias e novos pontos de vista. "Buscamos o desenvolvimento de toda nossa equipe diariamente", acrescentou Tiago Cortez, sócio e membro do Comitê Executivo da empresa.



PEDRO SANCHES

REFORÇO

Prado Vidigal reforça equipe

O escritório boutique Prado Vidigal Advogados, especializado em Tecnologia e Proteção de Dados, anunciou a promoção do advogado **Pedro Sanches** a sócio da banca. Pedro possui relevante trajetória na matéria, tendo ocupado cargo de coordenação da prática de proteção de dados em outro escritório antes de se juntar ao time Prado Vidigal, o que aconteceu logo após a fundação da banca, em 2020.

Acumulando expressiva experiência prática na condução de trabalhos consultivos junto a empresas de grande porte, Pedro possui as principais certificações de privacidade emitidas pela International Association of Privacy Professionals - IAPP (CIPP/E, CIPM, FIP), além de ser pós-graduado em Direito Digital pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ITS, com extensão em Proteção de Dados pela FGV e formação executiva em práticas ágeis pela mesma instituição.

Com a promoção, Pedro assume a frente de satisfação de clientes, capitaneando processos e práticas que estreitarão ainda mais os laços entre o Prado Vidigal e empresas contratantes sem deixar de lado sua atuação em demandas estratégicas do escritório.

“Me juntar à sociedade do Prado Vidigal é uma grande realização profissional. Estou animado para enfrentar os novos desafios e reforçar o bom relacionamento mantido com todos os clientes e parceiros do escritório”, diz Pedro Sanches.

Os demais sócios do escritório, Luis Fernando Prado e Paulo Vidigal, afirmam que a promoção de Pedro solidifica o plano de carreira do escritório, que, independentemente do fator tempo, prestigia aquelas pessoas que, como Pedro, decidem ir além e fazem a diferença para a consolidação da banca entre uma das mais relevantes em seu campo de atuação.

EXPANSÃO

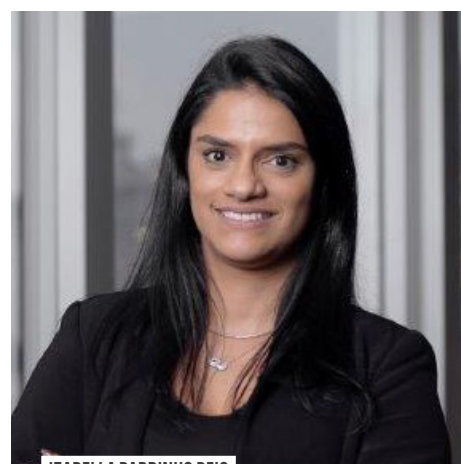
Demarest expande áreas de infra-estrutura e mineração

Demarest Advogados anunciou a promoção de dois novos sócios, que iniciaram 01 de janeiro de 2023, para expandir e fortalecer a prática do escritório dentro dos setores de Infraestrutura e Mineração.

Os novos sócios promovidos **Izabella Pardinho Reis** e **Renan Sona** vêm trabalhando na Demarest há vários anos. Izabella possui mestrado em Direito e Política Mineral Internacional pela Universidade de Dundee, Escócia, e especializações em Direito Mineiro, pela Faculdade Milton Campos, e Comércio Internacional, pelo IBMEC, além de um Bacharelado em Direito pela PUC Minas.

Ingressou no escritório em 2018, trazendo 14 anos de experiência no setor de mineração para a área de M&A do escritório, na qual assessora clientes do setor de mineração, especificamente em negociações de mineração e assuntos regulatórios. Com a China sendo considerada um dos principais parceiros comerciais do Brasil no setor de mineração, Izabella tem dedicado seus esforços para tornar-se fluente em mandarim desde seus primeiros anos na faculdade de direito, uma habilidade diferenciadora para um advogado.

"A mineração é uma das atividades econômicas mais importantes do Brasil, e o setor passou por profundas mudanças nos últimos anos, o que tornou os desafios enfrentados pelas empresas cada vez mais complexos e multidisciplinares. Como um escritório de serviços completos, podemos auxiliar nossos clientes através de uma prática totalmente integrada em múltiplas áreas do direito. Através da minha promoção a sócio, nosso objetivo, entre outros, é consolidar ainda mais nosso lugar dentro da indústria de mineração como um escritório de advocacia altamente especializado no setor".



IZABELLA PARDINHO REIS



RENAN SONA

MAYRA BRYCE

Renan Sona possui especialização em Direito Administrativo pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), e um bacharelado em Direito pela USP (Universidade de São Paulo). Atua há 12 anos nos setores de Direito Público/Regulamentar e Infra-estrutura - experiência que aplica no escritório para atender clientes desde 2019, quando ingressou na Demarest.

Renan é reconhecido no mercado por sua experiência na estruturação jurídica e assessoria a clientes em projetos de concessões e PPPs (parcerias público-privadas), bem como em procedimentos de privatização ou investimentos relacionados a diferentes segmentos de infra-estrutura - como aeroportos, portos, rodovias, mobilidade urbana, ferrovias, iluminação pública, saneamento básico, entre outros.

"Há uma grande expectativa de investimentos no setor de infra-estrutura nos próximos anos e os esforços do Demarest para fortalecer nossa equipe demonstram a preparação da empresa para assessorar empresas em diversos setores econômicos. Estou entusiasmado com a perspectiva de contribuir para o desenvolvimento da área na empresa", diz Renan. Ele também ressalta que atuar no setor de infra-estrutura lhe permite participar de projetos que resultam em verdadeiras mudanças e que têm um impacto real no dia-a-dia de uma cidade, de um estado e do Brasil como um todo.

Paulo Coelho da Rocha, sócio gerente da Demarest, destaca que a decisão de reconhecer talentos em áreas que podem resultar em novos negócios e, paralelamente, contribuir também para o progresso e desenvolvimento do Brasil, está alinhada com o plano estratégico da empresa, que busca investir em indústrias que potencialmente gerarão novas oportunidades de fusões e aquisições dentro do contexto de uma recuperação econômica.

"O Demarest está comprometida em proporcionar oportunidades para os profissionais que já fazem parte de nossa equipe". A promoção da Izabella e Renan aos sócios reflete a importância de valorizar a alta qualidade de nossos advogados ao longo dos anos e, como resultado, continuar oferecendo as melhores soluções jurídicas e serviços excepcionais que atendam às necessidades de nossos clientes", acrescenta ele.

A adição destes novos sócios atesta ainda mais nossa estratégia de investir em nossa prática de Infraestrutura, que atualmente inclui outros 10 sócios especializados em numerosos setores, como por exemplo: Direito Público e Regulatório; Financiamento de Projetos; Mineração; Telecomunicações, Mídia e Tecnologia (TMT); Petróleo e Gás; e Energia e Recursos Naturais.



ALESSANDRA
TAKARA



LUÍZ EDUARDO
MIRANDA ROSA



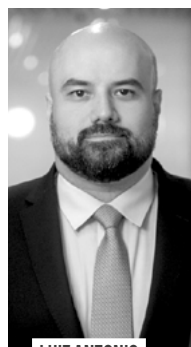
LUÍS FILIPE GENTIL



ALESSANDRA
CAROLINA ROSSI



ANTONIO KUBLI
VIEIRA



LUÍZ ANTONIO
FRANCO



BRUNA MIGUEL



JOSÉ ALEXANDRE
FERREIRA SANCHES

INTEGRAÇÃO

Machado Meyer Advogados anuncia oito novos sócios

O Machado Meyer Advogados anunciou a chegada de oito novos sócios. As novas funções, efetivas desde início de janeiro de 2023, contemplam: **Alessandra Carolina Rossi Martins, Alessandra Takara, Antonio Kubli Vieira, Bruna Miguel, José Alexandre Ferreira Sanches, Luís Filipe Gentil, Luiz Antonio Franco e Luiz Eduardo Miranda Rosa.**

“No Machado Meyer buscamos promover oportunidades que valorizem, continuamente, os nossos profissionais. Os novos sócios chegam para ampliar ainda mais o nosso posicionamento no setor, fortalecendo áreas em que já somos referência e consolidando nossa vocação multidisciplinar. Com isso, contamos com um time preparado para todos os desafios do mercado, pronto para oferecer soluções inovadoras e inteligência jurídica aos nossos clientes”, afirma Tito Andrade, sócio administrador do Machado Meyer Advogados.

A partir de agora, a área Empresarial passa a contar com dois novos sócios. **Alessandra Takara** integra a equipe como especialista em operações de fusão e aquisição, inclusive envolvendo unidades produtivas isoladas no âmbito de processos de recuperação judicial, e private equity, além de operações de financiamento estruturadas, reestruturação de dívidas e negociação de carteiras de crédito. Já **Luís Filipe Gentil** é especialista em financiamento de projetos, operações estruturadas, reestruturações de dívidas, mercado de capitais e fusões e aquisições. Assessora investidores, instituições financeiras, organismos multilaterais, fundos de investimento, tomadores, acionistas, patrocinadores e demais participantes de tais operações, sejam eles brasileiros ou estrangeiros.

Na área Tributária, outros dois advogados também passam a integrar o time de sócios. **Bruna Miguel** desempenha um trabalho com ênfase em contencioso, patrocinando discussões judiciais e administrativas relativas a tributos diretos, indiretos e contribuições

previdenciárias. A especialista tem experiência nos setores industrial, varejista, aduaneiro, de pesquisa e desenvolvimento (P&D), de cosméticos e de prestação de serviços. **Luiz Eduardo Miranda Rosa** atua com tributos diretos, com foco na elaboração de pareceres e análise de aspectos tributários em arranjos societários e operacionais dos mais diversos tipos. Além disso, atua na defesa e condução de processos administrativos de natureza fiscal, em geral. Sua experiência está focada nos segmentos de mineração, financeiro, eletroeletrônico, energia, farmacêutico e químico.

No Contencioso, **José Alexandre Ferreira Sanches**, especialista que atua há 19 anos na área, foi o promovido a novo sócio. Em sua trajetória pelo contencioso, na área de Direito Público, destacam-se defesas administrativas e judiciais para concessionárias de obras e serviços públicos, empresas do ramo automobilístico, farmacêutico, do setor financeiro e da construção civil. Na área de Direito Privado, além da assessoria jurídica a fundações de direito privado, patrocina arbitragens e ações judiciais indenizatórias, de responsabilidade civil e relacionadas a obrigações contratuais.

Na área Trabalhista, **Luiz Antonio Franco** passa a integrar o time de sócios como especialista em contencioso estratégico e direito coletivo trabalhista, com atuação destacada em casos complexos e de grande relevância, realizando audiências, elaborando contestações, peças processuais e recursos. Grande parte do seu trabalho envolve a condução de processos estratégicos, analisando os casos e propondo soluções. Tem experiência em diversos segmentos, como os de construtoras, instituições financeiras e bancárias, alimentos e bebidas, automotivo, energia, indústria química, serviços e varejo.

Em Infraestrutura e Energia, **Antonio Kubli Vieira** chega para reforçar o time como especialista em fusões e aquisições, investimentos privados em setores regulados, financiamento e desenvolvimento de projetos e contratos de construção e operação. O novo sócio assessoria clientes na estruturação, negociação e formalização de negócios e em assuntos societários, contratuais e regulatórios. Ademais, tem experiência com operações e projetos em diversos setores, incluindo portos, transportes, logística, energia, papel e celulose, saneamento, telecomunicações e petróleo e gás.

Por fim, a recém-contratada **Alessandra Carolina Rossi Martins**, que atua há mais de 12 anos nas áreas empresarial e bancária com foco em regulação bancária, cambial, de pagamentos e Fintechs, vai atuar na área de Bancário do escritório. Sua atuação inclui também temas empresariais em geral e relacionados a tecnologia e inovação, incluindo a estruturação de joint ventures, parcerias, estruturas de investimento e financiamento nacional e estrangeiro a startups (incluindo Venture Capital), M&A, mercado de capitais e project finance.

DESTAQUE

Tauil & Chequer anuncia a promoção de dois sócios e um counsel

Tauil & Chequer Advogados, em associação com Mayer Brown, anunciou a promoção de **Cristiane Manzueto** e **Luciana Sodré** aos sócios e associada **Gedham Gomes** ao conselho, da Propriedade Intelectual e Proteção de Dados, Societário e Fusões e Aquisições e Práticas Ambientais, respectivamente. Eles assumiram seus novos cargos em 1º de janeiro de 2023.

"Os advogados promovidos se destacam por sua competência e profissionalismo em suas respectivas áreas de atuação, o que agregará valor ao serviço que prestamos a nossos clientes", comenta Victor Galante, sócio-gerente do Tauil & Chequer Advogados em associação com Mayer Brown.

Os advogados promovidos são:

Cristiane Manzueto, sediada no Rio de Janeiro, trabalha na área de Propriedade Intelectual e Cibersegurança & Privacidade de Dados do Tauil & Chequer Advogados, em associação com Mayer Brown. Com mais de 20 anos de experiência, Cristiane Manzueto cuida de todo o espectro do trabalho de propriedade intelectual. Sua prática inclui gestão e estratégia de PI, incluindo marca registrada, direitos autorais, software, trade dress, segredo comercial, desenho industrial e patente



CRISTIANE MANZUETO



LUCIANA SODRÉ



GEDHAM GOMES

(principalmente em petróleo e gás), tanto nas esferas administrativa como judicial. Na transação de PI, Cristiane tem uma ampla experiência com transferência de tecnologia, software, direitos autorais e acordos de franquia e proteção de dados, além de participar de complexas transações de M&A e tecnologia. Cristiane também assessora clientes em questões de privacidade e segurança cibernética no Brasil e em outras jurisdições da América Latina, incluindo a preparação e reação a ataques cibernéticos, avaliando e fazendo as notificações necessárias de violação de dados, fornecendo conselhos sobre processamento de dados transfronteiriços.

Luciana Sodré, sediada no Rio de Janeiro, trabalha na área de Corporate e M&A do Tauil & Chequer Advogados em associação com Mayer Brown, focando principalmente em grandes projetos na indústria de petróleo e gás. Luciana tem experiência com acordos de compra de ações, acordos de acionistas e de investimento, acordos comerciais, bem como participação e coordenação de due diligences, auxiliando empresas estrangeiras e brasileiras. Além disso, ela tem experiência com projetos de infra-estrutura, nas negociações e elaboração de contratos EPC e documentos relacionados.

Gedham Gomes, sediado no Rio de Janeiro, trabalha na área Ambiental do Tauil & Chequer Advogados em associação com Mayer Brown. Praticando Direito Ambiental desde 2007, ele se concentra em consultoria preventiva, incluindo licenciamento ambiental, áreas contaminadas, mudanças climáticas e mercados de carbono, bem como litígios, incluindo ações coletivas e gerenciamento de crises, particularmente representando clientes em negociações complexas com advogados opositores, órgãos governamentais, promotores públicos e outras partes interessadas. A Gedham aconselha empresas - especialmente nos setores de energia, infraestrutura e agronegócios - sobre conformidade ambiental e climática, avaliação de risco e estruturação de estratégias net zero, fornecendo apoio na implementação de projetos e parcerias que permitam a compensação de emissões de GEE e o desenvolvimento de soluções baseadas na natureza. Ele também aconselha os desenvolvedores e proponentes de projetos sobre os aspectos legais dos projetos de crédito de carbono, particularmente REDD+ e ARR, inclusive quando desenvolvidos e certificados em terras públicas. Gedham também tem formação em Direito Urbano, o que lhe permite auxiliar clientes em questões de infraestrutura relacionadas à cidade, tais como licenciamento urbano e avaliações de impacto urbano, tecnologias urbanas inteligentes/sustentáveis e mobilidade.

Novidade

Souto Correa nomeia quatro novos parceiros

Souto Correa Advogados fortaleceu suas práticas de Mercado de Capitais, M&A, Imobiliário e Tributário no Brasil ao promover quatro associados a sócios patrimoniais.

O escritório anunciou as promoções de **Clarissa Yokomizo** (Direito Societário e M&A), **Fábio Baldissera** (Imobiliário), **Ingrid Hessling** (Mercado de Capitais), e **Pedro Demartini** (Tributário). Desde 1º de janeiro de 2023, o escritório conta com 32 sócios.

O sócio recém-eleito Fábio Baldissera está baseado em Porto Alegre e trabalha na Souto Correa desde seu início, em fevereiro de 2013. Ele lidera a prática imobiliária do escritório e tem amplo conhecimento e experiência na área, incluindo assuntos relacionados a transações de fusões e aquisições, projetos de infra-estrutura, administração de riqueza e planejamento sucessório, bem como litígios estratégicos imobiliários.

Clarissa Yokomizo e Pedro Demartini estão sediados em São Paulo, tendo ambos se juntado à Souto Correa em 2015. Ela atua na equipe corporativa da empresa, onde é especializada em fusões e aquisições, projetos de energia, questões concorrenciais e planejamento patrimonial. Antes de ingressar no escritório, Clarissa adquiriu ampla experiência internacional, tendo trabalhado em assuntos internacionais em um escritório de advocacia na França e em uma empresa multinacional no Japão.

Antes de ingressar na Souto Correa, Pedro Demartini foi associado da Pinheiro Neto por dez anos. Ele foca sua prática em impostos indiretos e litígios relacionados nos níveis federal, estadual e municipal, representando clientes de diversos setores econômicos, tais como tecnologia, varejo, petróleo e gás, e agronegócios. Como coordenador da área tributária em 2022, Pedro tem assessorado diversos projetos e obtido decisões favoráveis para clientes em casos relevantes relacionados aos setores de tecnologia, energia e agronegócio.

Ingrid Hessling, sediada no Rio de Janeiro, juntou-se a Souto Correa em fevereiro de 2022, de Stocche Forbes, onde passou nove anos como associada.

Segundo o sócio gerente Guilherme Rizzo Amaral, "quando olho para este quarteto, vejo que tivemos muita sorte em combinar habilidades técnicas, perspicácia nos negócios e a cultura e valores corretos, ao mesmo tempo em que mantivemos nosso compromisso de melhorar a diversidade de gênero dentro de nossa parceria". Ele acrescenta: "também recebemos um recorde de 22 novos associados de nosso quadro de estagiários, o que reafirma nosso compromisso de desenvolver e investir em nossos jovens talentos". Crescemos para proporcionar a todos dentro da empresa oportunidades de crescer também. O foco nas pessoas tem sido nosso mantra durante nossos primeiros 10 anos e assim continuará durante a próxima década".



CLARISSA YOKOMIZO



FÁBIO BALDISSEIRA



INGRID HESSLING



PEDRO DEMARTINI



LC Publishing Group

lcpublishinggroup.com



INFORMATION



EVENTS



INTELLIGENCE



PUBLICATIONS

LC publishing Group provides 100% digital information - with a business angle - on legal, finance and food markets in Italy and is the largest legal publisher across southern Europe and Latin America after the acquisition of the majority share in Iberian Legal group.



LC Publishing Group S.p.A.
Operational office: Via Savona 100 | 20144 Milan
Registered office: Via Tolstoi 10 | 20146 Milan
Phone: + 39 02 36 72 76 59



On the web

Assessoria “de milhões”

Nem precisa brincar com a expressão para confirmar que o Brasil é um país que tem uma assessoria jurídica “de milhões”, aliás, de bilhões. O alto nível de profissionalismo dos escritórios e equipes nacionais é comprovado pela quantidade e qualidade de transações mais quais as firmas brasileiras estão envolvidas. Nessa edição, separamos algumas operações bilionárias: aquisições, reestruturações, financiamentos e emissões. Um mix de competência em diferentes áreas de atuação.

Demarest assessora vencedor do leilão da Chapada dos Guimarães Prado Vidigal reforça equipe

O Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura, representado pela Fram Capital, foi o vencedor do leilão de concessão do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, realizado dia 22/12/22, na B3 em São Paulo.

O vencedor apresentou proposta de R\$ 1.009.132,27, ágio de 9% em relação ao valor mínimo definido em edital, e responderá pelas atividades de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, incluindo o custeio de ações de apoio à conservação, proteção e gestão.

O Fundo foi assessorado pela equipe de Infraestrutura e Direito Público do Demarest Advogados, que participou do processo desde a avaliação jurídica do projeto e análise de riscos até a elaboração e montagem dos documentos para a apresentação da proposta na licitação.

"Esse leilão, de um dos parques nacionais mais importantes do país, fecha o calendário de leilões de 2022. O projeto foi estruturado pelo BNDES. Essa atividade mostra um movimento promissor para o desenvolvimento desses locais, ao estimular maior visitação e conservação. É um grande avanço para o sistema de conservação de parques nacionais", disse **Bruno Aurélio**, sócio das áreas de Infraestrutura e Regulatório do escritório.

"A concessão do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães está fortemente inserida na agenda ESG e tem grande potencial para o desenvolvimento sustentável do Estado do Mato Grosso. Os investimentos previstos contribuirão com a preservação do parque, atração de um maior número de visitantes e com a valorização de um ativo ambiental de grande relevância para o país", avaliou **Renan Sona**, sócio do Demarest.

Este foi o oitavo parque a ter sua concessão leiloada neste ano. O projeto foi desenvolvido pela Fábrica de Projetos do BNDES, em parceria com o ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Turismo.

O prazo de concessão será de 30 anos, e os investimentos previstos são em torno de R\$ 18 milhões em relação à visitação, e R\$ 200 milhões para operação de gestão do parque.

Os investimentos serão destinados ao Morro de São Jerônimo, à Cachoeira Véu de Noiva, à Cidade de Pedra, além de utilizados na implementação de novas atrações com mirantes.



BRUNO AURELIO

O edital prevê ainda a realização de outros investimentos, no prazo de até três anos, em melhorias nos edifícios operacionais, acessibilidade, infraestrutura de lazer, transporte entre os atrativos e instalações em diversas áreas, com a criação de novos passeios.

Cerrado

O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães está localizado na região do Cerrado de Mato Grosso, nos municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães. Além do apelo turístico, o parque ajuda a proteger uma importante área remanescente de Cerrado, segundo maior bioma do país.

De acordo com informações do ICMBio, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães possui 32.630 hectares, protege amostras significativas dos ecossistemas locais e assegura a preservação dos recursos naturais e sítios arqueológicos existentes, proporcionando uso adequado para visitação, educação e pesquisa. A área abriga boa parte das nascentes dos grandes rios brasileiros (Paraguai, Araguaia, Tocantins, Juruena-Tapajós e São Francisco). Além da importância hídrica, protege o habitat de espécies ameaçadas de extinção, como o lobo-guará e a onça-pintada.

O parque nacional abriga 659 espécies conhecidas de vegetais, 44 de peixes, 242 de aves e 76 de mamíferos. Além dessa diversidade de espécies, protege dez tipos diferentes de vegetação do Cerrado e é um local onde há diferentes formações geológicas, incluindo áreas de origem desértica e marinhas. Segundo o ICMBio, por essa razão, se diz que a Chapada dos Guimarães já foi mar e deserto ao longo de milhões de anos.

A paisagem mais conhecida do parque nacional é a cachoeira Veu de Noiva, uma queda d'água de mais de 80 metros, formada pelo Rio Coxipó. Outros locais conhecidos são o Morro de São Jerônimo, as veredas do Rio Claro, a Cidade de Pedra e o Circuito das Cachoeiras.

Concessões de parques

De acordo com o BNDES, a carteira atual do banco conta com 192 projetos nas esferas estadual, federal e municipal. Em março deste ano, foi realizado o leilão da concessão do Parque Nacional do Iguaçu, com investimentos previstos de R\$ 4,1 bilhões.

Em seguida, vieram os parques estaduais do Caracol e do Tainhas, situados no Rio Grande do Sul, que contaram com um primeiro leilão de parques subnacionais do BNDES. Para os dois, a previsão é de R\$ 465 milhões de investimentos.

O quarto e o quinto parques foram o Parque Estadual do Turvo (RS) e o Parque Estadual Serra do Conduru (BA), com previsão de investimentos de R\$ 202,4 milhões e R\$ 125 milhões, respectivamente.

Dia 21 de dezembro de 2022, o consórcio Parques Fundos de Investimentos em Participações em Infraestrutura também foi o vencedor do leilão de concessão dos Parques Estaduais do Ibitipoca e Itacolomi (MG). O projeto prevê investir cerca de R\$ 15 milhões em novos serviços, novos atrativos e nova infraestrutura para os parques, além de realizar melhorias no atendimento ao público.

O presidente do BNDES, Gustavo Montezano, destacou a importância de que sua última celebração de leilão tenha sido de bioeconomia, considerado o setor do futuro. "É uma agenda que pode gerar mais de 1 milhão de potenciais empregos. Este setor desenvolve a cadeia do turismo, os nossos ativos ambientais", disse.



RENAN SONA

Tauil & Chequer assessora Grupo CNOOC em compra de participação da Petrobras

Tauil & Chequer Advogados associado a Mayer Brown assessorou o Grupo CNOOC, que através de sua subsidiária brasileira atua na exploração, produção e comercialização de petróleo e gás no Brasil desde 2013, na compra de 5% de participação da Petrobras no contrato de partilha de produção do campo de Búzios, no valor de R\$ 10,3 bilhões.

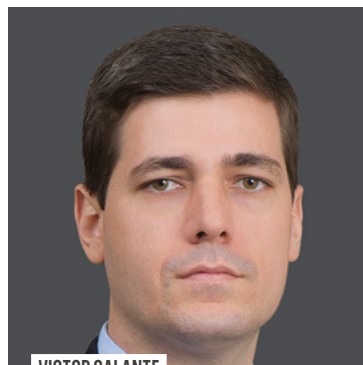
O Grupo CNOOC já era parceiro da Petrobras no Campo de Búzios com 5% de participação, adquiridos em consórcio com a também chinesa CNODC na Primeira Rodada de Licitações do Volume Excedente da Cessão Onerosa conduzida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2019.

Os campos adquiridos para exploração e produção do volume excedente da cessão onerosa possuem uma complexa estrutura regulatória e contratual. A partir da aquisição originária em 2019, os advogados negociaram diversos acordos para a gestão de operações no Campo de Búzios, inclusive o até então inédito Acordo de Coparticipação.

Em razão da aquisição de participação adicional pelo Grupo CNOOC, é a primeira vez que a ANP e o Ministério de Minas e Energia (MME) avaliam e aprovam a cessão de participação em um contrato que opera sob uma área de coparticipação.

O escritório assessorou o Grupo CNOOC na elaboração e negociação do contrato de cessão, assim como no processo de aprovação da operação pela ANP, MME e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e também na alteração de todos os demais contratos em vigor para o projeto de Búzios.

A equipe T&C foi liderada pelo sócio **Victor Galante** (Societário e Fusões e Aquisições) e contou com a participação dos sócios **Tiago Macêdo** (Societário e Fusões e Aquisições), **Guido Vinci** (Tributário) e **Adriana Giannini** (Concorrencial), assim como das associadas **Livia Seabra** (Societário e Fusões e Aquisições), **João Marcelo Rodrigues** (Societário e Fusões e Aquisições), **Niandra Soares** (Tributário) e **Isabella Giorgi** (Concorrencial).



VICTOR GALANTE



TIAGO MACÊDO



GUIDO VINCI



ADRIANA GIANNINI

Cleary Gottlieb na reestruturação de US\$ 2,7 bilhões da Ocyan

O escritório Cleary Gottlieb representou um grupo de detentores de aproximadamente 61% dos títulos emitidos por subsidiárias da Ocyan (ex-Odebrecht Óleo e Gás), empresa brasileira de petróleo e gás que presta serviços de perfuração e manutenção de plataformas de perfuração offshore, na reestruturação de aproximadamente US\$ 2,7 bilhões em dívidas.

A reestruturação ocorrerá por meio de um plano de recuperação extrajudicial e processo iniciado em 12 de dezembro de 2022 no Juízo da Recuperação Judicial do Rio de Janeiro, que será submetido ao Capítulo 15 nos Estados Unidos.

Como resultado da reestruturação, os títulos existentes serão trocados por uma combinação de contraprestação que consiste em dinheiro, participação em uma nova holding domiciliada em Luxemburgo (LuxCo) e novas notas sênior garantidas emitidas pela LuxCo.

Os detentores de títulos poderão escolher entre várias opções de consideração no plano, incluindo a opção de contribuir com US\$ 197 milhões em dinheiro novo para a LuxCo em troca de novas notas seniores garantidas e ações da LuxCo na forma de ações com direito a voto e sem direito a voto. As ações da LuxCo serão alocadas em 45% aos detentores de títulos que optarem por contribuir com o novo dinheiro, 42,5% a todos os detentores de títulos proporcionalmente, 6,5% à Ocyan, 1,5% à administração da LuxCo e 4,5% aos provedores de proteção.

Como parte desta transação, o negócio de perfuração existente da Ocyan será transferido para a LuxCo. Após o surgimento, a LuxCo terá apenas uma dívida de \$ 300 milhões, na forma de notas de sete anos, garantidas por 7,5%. Prevê-se que a reestruturação seja concluída no segundo trimestre de 2023.

A equipe corporativa da Cleary é liderada pelo sócio **Paco Cestero**, com colaboração dos associados Thomas Lopez, José Andres de Saro e Sofia Falzoni, e conta ainda com os advogados internacionais Tamiris Guimarães e João Guilherme Thiesi da Silva.

O sócio **Bill McRae** juntamente com os associados Kylie Barza e Karl Heiland são os consultores em questões tributárias.

O sócio **Chase Kaniecki**, o advogado sênior Jim Corsiglia e o associado Samuel Chang estão aconselhando sobre questões de conformidade e sanções.

O sócio **Luke Barefoot** assessora as questões de falência nos Estados Unidos. A sócia **Marcela Robledo** presta assessoria em questões de propriedade intelectual e tecnologia.



PACO CESTERO



BILL MCRAE



CHASE KANIECKI



LUKE BAREFOOT



MARCELA ROBLEDO

Mattos Filho e Pinheiro Neto atuam em investimento na V.tal pelo CPPIB

Mattos Filho e Pinheiro Neto assessoraram um investimento primário de R\$ 2,5 bilhões do CPPIB no BTG Pactual Infracor Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e, indiretamente, na V.tal Rede Neutra de Telecomunicações, o maior provedor de rede neutra FTTH no Brasil, responsável por cerca de 14% da rede de fibra do Brasil e quase 20 milhões de residências passadas.

Mattos Filho Advogados assessorou o CPPIB e contou com as sócias **Paula Vieira de Oliveira**, **Ana Carolina Lima Nomura** e os associados Carolina Amadeu Vasconcellos Rossini, Mariana Magalhães Santos, José Francisco Rodrigues Gontijo e Melissa Facco.

Pinheiro Neto Advogados assessorou a V.tal – Rede Neutra de Telecomunicações e contou com o sócio **André Bernini**, os associados sêniores Rodrigo Vieira, Ricardo Busana Galvão Bueno e Maximilian Kiderlen Fritz; associados Caio Gambini e Mariana Grande.



PAULA VIEIRA DE OLIVEIRA



ANA CAROLINA LIMA NOMURA



ANDRÉ BERNINI

Lefosse e Cescon atuam em emissão de CRA lastreada pela Marfrig

Lefosse assessorou a empresa e Cescon Barrieu assessorou os coordenadores na oferta pública, nos termos da CVM 400, dos certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) da 1ª e 2ª séries, da 219ª emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio, lastreados em créditos do agronegócio contra a Marfrig Global Foods, no valor total de R\$ 1 bilhão.

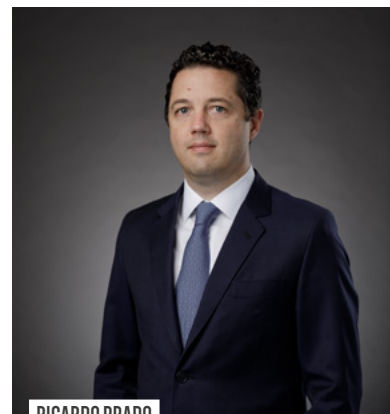
A totalidade dos recursos líquidos captados pela Marfrig por meio da oferta será utilizada, integral e exclusivamente, para a aquisição pela Marfrig de gado da MFG AGROPECUÁRIA.

Os coordenadores da oferta foram XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, como coordenador líder, BB-Banco de Investimento, Banco BTG Pactual, Banco Safra, Banco Itaú BBA e Banco Santander (Brasil).

A Marfrig Global Foods é uma das maiores empresas de alimentos à base de proteína animal do mundo.

Lefosse assessorou a Marfrig Global Foods e contou com o sócio **Ricardo Prado**, a associada sênior Mariana Pollini, a associada Isabela Magalhães Siqueira e a assistente jurídica Letícia Rogick.

Cescon Barrieu assessorou XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, como coordenador líder, BB-Banco de Investimento, Banco BTG Pactual, Banco Safra, Banco Itaú BBA e Banco Santander (Brasil), como coordenadores e contou com os sócios **Daniel Laudisio**, **Mariana Rodrigues Machado Borges**, **Marcelo Martins Moura**, associados Dimitrios Constantinos Constantelos; Ana Beatriz Monteiro Borges e as estagiárias Luana Gaudino Brescia Chulam; Isadora Barbosa.



RICARDO PRADO



DANIEL LAUDISIO



MARIANA BORGES



MARCELO MARTINS MOURA

Mattos Filho e Stocche Forbes atuam em financiamento de R\$ 3,9 bilhões

Stocche Forbes Advogados assessorou Santander, Banco do Brasil, BNPP, Bradesco, BTG e Itaú, na qualidade de provedores de LC, na contratação, pela UTE GNA II, de cartas de crédito bancário no valor total de R\$ 3,93 bilhões para garantir um contrato de empréstimo contratado com o BNDES para financiar a implantação, construção, operação e manutenção da Usina Termelétrica GNA Porto do Açu II.

Mattos Filho assessorou a UTE GNA II Geração de Energia. A transação envolveu pesadas negociações de um acordo de suporte de capital de custos excessivos/atrasos com a BP, Siemens e SPIC.

As LCs também são garantidas por garantias da controladora fornecidas pelas controladoras finais da BP e da Siemens Energy, primeira vez que tais patrocinadores concordaram em fornecer tal garantia em um negócio no Brasil.

O escritório Stocche Forbes assessorou o investidor e contou com o sócio **Bruno Gandolfo** e com os associados Yves Dutra, André Reis, Carlos Távora, Rafaela Tavares Ramos, Clara Francisco Pereira.

Mattos Filho assessorou a UTE GNA II Geração de Energia e contou com o sócio **Pablo Sorj**, associados José Guilherme Malheiro e Laura Capellão.

Assessores jurídicos internos:

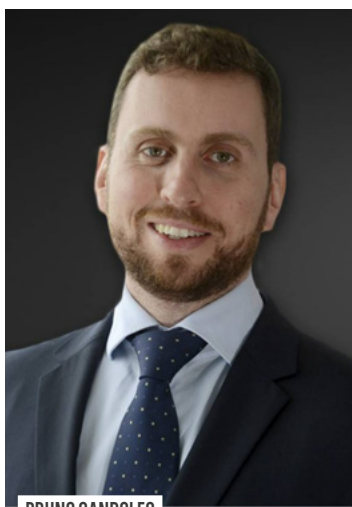
Banco Santander (Brasil): Said Ali;

Banco do Brasil: Eduardo do Prado Godoy;

Banco BNP Paribas Brasil e Banco BTG Pactual: Sophia Machado;

Itaú Unibanco: Rafael Wong.

UTE GNA II Geração de Energia: Fernando Landau, Renata Labronici, Graziela Legatti.



BRUNO GANDOLFO



PABLO SORJ



Is the **largest specialist legal publisher**
across **Southern Europe** and **Latin America**
with the acquisition of the majority share in



LC Publishing Group S.p.A.
Operational office: Via Savona 100 | 20144 Milan
Registered office: Via Tolstoi 10 | 20146 Milan
Tel. + 39 02 36727659

PAULO ROCHA



O escritório Demarest Advogados completará 75 anos em 2023. Embora seja um escritório tradicional, sempre inovou ao longo dos anos, passou muitos desafios e construiu uma história de sucesso.

O Demarest Advogados é um escritório full service, com forte atuação no Brasil e no exterior, com sedes em São Paulo, Rio, Brasília e Nova Iorque, e conta com cerca de 600 de profissionais, dos quais 400 são da área jurídica.

por amanda medeiros

Tradição e inovação:

75 anos de trajetória marcadas pelo sucesso

O The Latin American Lawyer entrevistou o managing partner do Demarest, Paulo Coelho da Rocha. Ele contou um pouco mais da história da firma, que se mistura com a sua própria trajetória profissional. O Demarest teve início com a vinda ao Brasil do advogado norte-americano Kenneth Demarest e seu encontro com João Batista Pereira de Almeida em 1948.

De lá pra cá, o escritório tem acompanhado o crescimento do país, acompanhando os constantes avanços tecnológicos, participando de relevantes operações que incentivaram o investimento de empresas estrangeiras e colocaram o escritório entre os mais respeitados do país.

The Latin American Lawyer: O Demarest completará 75 anos em 2023. Quais são os desafios, novidades, planos que ainda podemos esperar para o futuro do escritório?

Paulo Coelho da Rocha:

Quando o escritório foi fundado em 1948, certamente também havia desafios, novidades e planos. Com certeza muitos deles eram bem diferentes dos tempos de hoje, afinal a forma como praticamos o Direito no cotidiano evoluiu muito, é bem mais dinâmica, além de ser realizada de maneira multidisciplinar. Mas imagino que alguns dos desafios também eram bem parecidos com os atuais, já que a essência da prática do Direito sempre dependeu do talento dos advogados que compõem a firma.

A essência da prática do Direito sempre dependeu do talento dos advogados que compõem a firma

Assim, ainda que tenhamos desafios hoje com a implementação de novas tecnologias e o crescimento em um mercado bem mais competitivo do que no início do escritório, acredito que a base de tudo está na atenção aos nossos talentos. Do momento do recrutamento ao *on boarding*, do treinamento ao longo da carreira até a senioridade de cada um. Por isso, investimos em oportunidades para a carreira dos nossos profissionais, que têm a possibilidade de evoluir internamente e ser promovidos a sócios em suas diferentes áreas de atuação.

Em relação aos **planos**, um deles é seguir intensificando o nosso processo de transformação digital, com projetos que trazem automação e produtividade não só para a área administrativa, mas também para a jurídica e para os clientes do escritório.

Entre as **novidades** está a implementação do Portal do Cliente, que vai propiciar uma linha direta de comunicação com os nossos clientes facilitando ainda mais o acesso e a prestação de serviços. Dessa forma, mantemos nosso DNA inovador no uso de tecnologia – vale lembrar que

fomos o primeiro escritório a implementar o sistema SAP no ambiente jurídico brasileiro, por exemplo.

Paulo, a sua história e do Demarest estão interligadas há muitos anos. Como foi crescer profissionalmente impulsionando e sendo impulsionado pelo escritório?

Em 2023 eu completo 30 anos de Demarest. Acompanhei de perto o crescimento do escritório e tenho participado de momentos muito importantes, como contribuir para a mudança e o incremento do marco regulatório necessário para o combate efetivo à pandemia, maior crise sanitária já enfrentada pelo Brasil e pelo mundo.

Sempre admirei o legado dos fundadores do escritório, baseado no trabalho e foco no cliente, e sou muito grato por todas as oportunidades que o escritório me proporcionou. É um privilégio poder fazer parte de uma equipe tão talentosa e trabalhar com clientes tão importantes.

Falando nisso, o Demarest tem programas de carreira que atraem muitos novos advogados. Essa “escola” forma profissionais de todos

as áreas que vem colaborando ativamente para o mercado. Quais os critérios principais e qualidades mais importantes para fazer parte da equipe?

Buscamos talentos que não sejam apenas brilhantes advogados, mas também pessoas que tenham um espírito de equipe muito forte.

Como somos um escritório *full service*, é importante que nossos profissionais consigam entregar um trabalho de excelência a nossos clientes, trabalhando de forma conjunta. Outras qualidades muito presentes em nossos profissionais incluem a criatividade nas soluções apresentadas de forma multidisciplinar e o espírito de coleguismo.

O curso de Direito da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) anunciou uma parceria com o escritório Demarest Advogados, que será padrinho da primeira turma do curso, que terá início no primeiro semestre de 2023. Como funcionará essa parceria?

Essa parceria inédita vai contribuir para mudar a formação dos novos profissionais do Direito. A mentoria deve ir até o final da graduação, em 2027, e o objetivo é oferecer palestras e oficinas que mostrem como funcionam, na prática, os ensinamentos teóricos apreendidos durante o curso.

Além de entender as leis que regulam o país, os alunos serão preparados para ter uma visão também do mundo

dos negócios, respondendo às demandas de uma economia cada vez mais criativa e colaborativa, o que lhes permitirá chegar ao mercado de trabalho com uma enorme vantagem competitiva.

Ajudar a formar novas gerações de profissionais será um desafio muito prazeroso para os sócios do Demarest, sempre atentos às transformações no Brasil e no mundo, trazendo ao mercado o que há de mais inovador na forma de advogar e nas mais diversas áreas de atuação.

O Demarest conta com vários programas de inclusão social e diversidade. Quais são os principais?

Dentro do pilar de diversidade, equidade e inclusão nós trabalhamos com programas liderados por uma equipe dedicada e com o apoio de grupos de afinidade para criar e fortalecer as pautas ligadas a cada identidade dentro e fora do escritório.

O **D Mulheres** surgiu em 2017, com o objetivo de abordar a diversidade de gênero no escritório, e impulsionado por

ações voltadas ao equilíbrio, remoção de barreiras e distribuição justa de oportunidades. A iniciativa promove desde eventos de networking (focados em cross *selling* entre as mulheres das diferentes áreas de prática do escritório) até programas de mentoria para fortalecer as lideranças femininas atuais e criar futuras líderes.

Em 2018 criamos o grupo **D Raízes**, totalmente comprometido em promover a igualdade, valorizar a diversidade étnica e racial e criar oportunidades justas para todos no Demarest, bem como em relacionamentos com diferentes comunidades. Criamos um programa de vagas afirmativas para convidar cada vez mais pessoas negras a estarem conosco e para que façamos esforços intencionais e focados nessa parte da população que há muito é discriminada na sociedade brasileira. Além disso, o escritório participa de iniciativas como o Incluir Direito e da Aliança Jurídica pela Equidade Racial.

Sou muito grato por todas as oportunidades que o escritório me proporcionou. É um privilégio poder fazer parte de uma equipe tão talentosa e trabalhar com clientes tão importantes

O **D Mais**, também criado em 2018, tem como objetivo trabalhar para fornecer um apoio efetivo em matéria LGBTI+ promovendo um ambiente de trabalho aberto, acolhedor, respeitoso e seguro para todos. Constantemente são feitos treinamentos internos sobre o tema, participamos da Feira de Empregabilidade Trans e criamos um banco de currículos exclusivo para pessoas trans em uma plataforma de empregabilidade focada na comunidade LGBTI+.

Desde suas criações, os grupos se dedicam a contribuir com as dimensões citadas acima, pensando em ações, projetos, campanhas e programas que tratem dos assuntos prioritários dentro e fora da organização. Investimos em ações e programas que incentivam a empregabilidade de pessoas trans – tanto Dentro do Demarest, como na sociedade civil.

Promovemos ações de orientação e buscamos por meio dos diferentes programas, permanecer com políticas e práticas de apoio e inclusão internas vigentes para apoiar as diversidade e inclusão dos que trabalham conosco e daqueles que virão trabalhar.

Temos também um grupo de parentalidade, com debates sobre papéis e responsabilidades e sobre a interseccionalidade que atravessa diversas famílias brasileiras. Criamos ainda o

Buscamos talentos que não sejam apenas brilhantes advogados, mas também pessoas que tenham um espírito de equipe muito forte.



Paulo Coelho da Rocha é sócio das áreas de Fusões e Aquisições, Private Equity e Venture Capital e Direito Societário do Demarest.

Ele é mestre em

Corporation Law pela New York University, em Nova York, onde trabalhou por dois anos como associado estrangeiro no escritório Cravath, Swaine & Moore.

O managing partner do Demarest é também autor de diversos artigos relacionados a área e dos livros “Business Laws of Brazil”, West Thompson (2015), e “Brazil M&A”, Donnelley Financial Solutions (2018).

Paulo faz parte da Secretary do Latin American Regional Forum da International Bar Association (IBA), Past Chair de Lex Mundi. É membro da Brazilian-American Chamber of Commerce e do Conselho Consultivo do Working Group on Legal Opinions da American Bar Association. 🇺🇸

Demarest Advogados - às vésperas de completar 75 anos, o Demarest Advogados é um escritório *full service* de advocacia do Brasil e está entre os maiores da América Latina.

Ao longo de sua trajetória, é conhecido por prestar serviços jurídicos com alto padrão de qualidade e excelência, em um modelo multidisciplinar, com a integração de seus profissionais, o que contribui para a agilidade e a eficácia dos trabalhos realizados.

Atualmente 78 sócios atuam em 22 áreas do Direito Empresarial em importantes transações nacionais e internacionais, e atividades de destaque relacionadas a fusões e aquisições, tributário, contencioso, bancário e financeiro, infraestrutura, compliance, trabalhista, ESG, entre outras, que contribuem para atrair investimentos e impulsionar o desenvolvimento do país.

O Demarest mantém ainda forte relacionamento com escritórios independentes no mundo todo e é o único brasileiro membro da Lex Mundi, a principal associação mundial do setor, com presença em mais de 100 países.

A equipe do Demarest é conhecida ainda por propor, inovar e transformar a sociedade em diversos aspectos – seja ao contribuir para a mudança e o incremento do marco regulatório, necessário para o combate efetivo à pandemia, maior crise sanitária já enfrentada pelo Brasil e pelo mundo, ou ao constituir projetos regulatórios para startups abrirem mercados no ambiente digital, com impacto na geração de empregos do país.

Ao mesmo tempo em que se orgulha da trajetória histórica e do DNA inovador, o escritório mantém a sua responsabilidade social corporativa. Atua com parcerias e ações voluntárias para promover educação, preservação do meio ambiente e saúde das comunidades onde está inserido, além de promover a diversidade com iniciativas como D Mulheres (igualdade de gênero), D Raízes (equidade racial), D Mais (LGBTQIA+), D Ao Redor (ações feitas para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em que escritório está inserido, por meio de voluntariado).

Com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Nova York, o Demarest atende mais de 2.000 clientes do mundo todo, com 600 colaboradores, dos quais 400 são do jurídico. 

É preciso, enfim, abraçar as mudanças. Só assim pode-se estar preparado para o futuro.

grupo de Liberdade Religiosa, um banco de vagas exclusivo para pessoas com deficiência e estamos atuando com proximidade à organização Estou Refugiado para fortalecer a comunidade de pessoas refugiadas no Brasil, apoiando com ações pro bono, voluntariado e contratação.

Há pouco mais de um ano, vocês lançaram o Disrupt, iniciativa para atender startups com soluções jurídicas inovadoras. Quais foram os resultados do programa até aqui?

O **Disrupt** completou um ano em agosto de 2022 com mais de 100 startups que atuam em diferentes segmentos da economia sendo atendidas. É uma iniciativa criada para prestar serviço às startups de forma mais organizada e multidisciplinar, reunindo advogados de diversas áreas do Direito (contratos, tributário, seguros, fusões e aquisições entre outras) e oferecendo um serviço jurídico de primeira linha – desde a concepção da ideia do novo negócio, acompanhando toda a evolução da empresa, até transitar por toda a sua trajetória. Não

só quando ela se torna um unicórnio [valor de mercado superior a US\$ 1 bilhão] e aí, sim, desperta o interesse de todo mundo.

O Demarest já fazia o atendimento a empresas de tecnologia e startups, mas com o Disrupt passou a ter uma área que dá atenção total e foco a este segmento, com um atendimento personalizado, sob medida, o que inclui desde o valor cobrado de honorários, de acordo com a realidade e o grau de desenvolvimento da startup, até a mentoria que considera diversos aspectos e peculiaridades do negócio, auxiliando inclusive no acesso a potenciais investidores.

O Disrupt tende a se fortalecer ainda mais com a retomada de investimentos para as startups a partir de 2023, como já preveem grandes investidores.

Ser advogado é estar aberto às adaptações. Como foi e como é para você como um profissional consolidado no mercado, ter vivido e passado por tantas mudanças e

transformações e o que você espera para o futuro da profissão?

A profissão do advogado é muito dinâmica. Acredito que a capacidade de adaptação, seja às novas legislações, ao mundo digital ou às demandas dos clientes, é fundamental para o profissional do Direito.

É preciso estar em constante atualização, conhecendo novas áreas do Direito que talvez a alguns anos atrás nem existiam. É preciso saber se comunicar de forma mais eficiente, mais pragmática, além de conhecer as novas tecnologias que surgem constantemente, utilizando-se delas para ser mais eficiente e entregar um melhor trabalho para nossos clientes.

É preciso entender também as demandas cada vez mais complexas e urgentes dos clientes – eles próprios tendo que encarar muitas vezes os mesmos desafios. É preciso, enfim, abraçar as mudanças. Só assim pode-se estar preparado para o futuro. ■

LEGALCOMMUNITYWEEK

LC PUBLISHING GROUP

7th
EDITION

NEXT EDITION

12 - 16 JUNE 2023

Hotel Principe di Savoia
Piazza della Repubblica 17 - Milan, Italy

THE GLOBAL EVENT FOR THE LEGAL BUSINESS COMMUNITY

Patronage



Gold Partner

**Baker
McKenzie.**

BERGS & MORE
LEGAL, TAX AND BUSINESS ADVISORY

Supporters

ACC Association of
Corporate Counsel
EUROPE

AIFI
Associazione Italiana del Private Equity,
Venture Capital e Private Debt

AIGI
ASSOCIAZIONE ITALIANA
GESTIONE FIDUCIARIA

**MILAN
CHAMBER OF
ARBITRATION**

Media Partners

LEGALCOMMUNITY

LEGALCOMMUNITYCH

INHOUSECOMMUNITYUS

INHOUSECOMMUNITY

FINANCECOMMUNITY

IBERIANLAWYER

**THE
LATINAMERICANLAWYER**

FOODCOMMUNITY

For info: helene.thierry@lcpublishinggroup.com

Legalcommunity Week 2023

■ Open with registration ■ Private Event

WEDNESDAY 7 JUNE		Partners	Venue	
18:30 - 22:30	■	Pre-Opening Cocktail	 Milan	INFO
MONDAY 12 JUNE		Partners	Venue	
09:00 - 13:00	■	Opening Conference	 PwC TLS	REGISTER
14:15 - 16:15	■	Roundtable	 Hotel Principe di Savoia Piazza della Repubblica 17 - Milan	REGISTER
From 18:30	■	General Counsel Cocktail	 Gatti Pavesi Bianchi Ludovici Piazza Borromeo 8 - Milan	INFO
From 20:30	■	Rooftop Party	 CastaldiPartners Via Savona 19 - Milan	INFO
TUESDAY 13 JUNE				
8:00 - 9:30	■	Breakfast on Finance	 Gianni & Origoni Piazza Belgioioso 2 - Milan	REGISTER
9:15 - 13:00	■	Conference	 Hotel Principe di Savoia Piazza della Repubblica 17 - Milan	REGISTER
11:00 - 13:00	■	Roundtable	 Hotel Principe di Savoia Piazza della Repubblica 17 - Milan	REGISTER
14:15 - 16:15	■	Roundtable	 Hotel Principe di Savoia Piazza della Repubblica 17 - Milan	REGISTER
From 19:00	■	Women leadership: the in-house cocktail	 Baker McKenzie Piazza Filippo Meda 3 - Milan	INFO
WEDNESDAY 14 JUNE				
6:15 - 8:30	■	Corporate Run	 Canottieri San Cristoforo Alzaia Naviglio Grande 122 - Milan	REGISTER
9:00 - 13:00	■	Conference	 Hotel Principe di Savoia Piazza della Repubblica 17 - Milan	REGISTER
11:00 - 13:00	■	Roundtable	 Hotel Principe di Savoia Piazza della Repubblica 17 - Milan	REGISTER
From 19:30	■	Rock the Law	 FABRIQUE Via Gaudenzio Fantoli 9 - Milan	REGISTER
THURSDAY 15 JUNE				
09:00 - 13:00	■	Conference	 Hotel Principe di Savoia Piazza della Repubblica 17 - Milan	REGISTER
14:00 - 16:00	■	Roundtable: "Litigation Funding"	 Hotel Principe di Savoia Piazza della Repubblica 17 - Milan	REGISTER
19:15 - 23:30	■	Corporate Awards	 Milan	INFO
FRIDAY 16 JUNE				
18:00	■	International guests greetings	 Milan	INFO

SEE YOU FROM 12 TO 16 JUNE 2023

For information please send an email to : helene.thiery@lcpublishinggroup.com

www.legalcommunityweek.com



Uma análise sobre os impactos da Copa do Mundo no mercado

Copa do Mundo: os gols dentro e fora do campo

por amanda medeiros

A Copa do Mundo, que aconteceu de 20 de novembro a 18 de dezembro de 2022 no Catar, foi um evento que movimentou o mundo inteiro. No Brasil, o “país do futebol”, não seria diferente. A nação se vestiu de verde e amarelo, torceu, vibrou e sofreu com a seleção brasileira. Havia muita expectativa em busca do hexa, mas o Brasil se despediu da Copa do Mundo ao perder nos pênaltis para a Croácia, na partida válida pelas quartas de final.

Um evento como a Copa do Mundo, não acontece só dentro dos campos. E sendo assim, perder ou ganhar pode ser muito relativo. A Copa do Mundo aqueceu e movimentou diversos setores no Brasil e no mundo.

Para saber mais sobre os impactos econômicos do maior evento esportivo do mundo, seus reflexos positivos e/ou negativos, o The Latin American Lawyer falou com alguns sócios de diferentes escritórios brasileiros, que analisaram e deram seu ponto de vista sobre os impactos sentidos antes, durante e depois de eventos de visibilidade mundial, como a Copa.

BOLA EM JOGO

João de Almeida, sócio das áreas de Fusões e Aquisições e Petróleo e Gás do Demarest Advogados lembra que a Copa é um dos principais eventos esportivos do mundo e envolve uma gama de contratos e diferentes transações. Além de toda a movimentação comercial e financeira que engloba o evento em si, existe um legado para muitos dos envolvidos. “A exposição global é um ativo que deve trazer frutos para o futuro – tanto para o país sede, aqueles que tiveram bom desempenho, empresas e marcas com destaque, ou jogadores que se tornaram conhecidos”, aponta.

Almeida expõe que turismo, patrocínios, novos focos nas diversas formas de transmissão, inclusive o streaming, e as contratações de jogadores são bons exemplos de como o efeito



JOÃO DE ALMEIDA

Copa do Mundo pode afetar transações para o futuro, como por exemplo, por força da exposição e performance dos grandes astros, os atletas, que possivelmente terão novos elementos e subsídios para renovar seus contratos e patrocínios. “Muito além de vencedores e perdedores na competição, a Copa revela receitas milionárias, vendas de diferentes produtos, novas transferências e novos projetos já incluindo aqueles que estão de olho em 2026, etc”, deduz.

Andrea Weiss Balassiano e Carol Monteiro de Carvalho, sócias da área de Comércio Internacional do Mundie Advogados concordam que a Copa do Mundo pode gerar oportunidades de comércio local principalmente em relação aos artigos esportivos e o resultado da Copa do Mundo influencia diretamente na importação de artigos esportivos, produção local de bens relacionados, assim como o incentivo da prática de esportes. Elas relembram também o incremento no comércio de eletrônicos como televisões, games e reflexos positivos na prestação de serviços, incluindo viagens internacionais, e consumo em bares e restaurantes por ocasião dos jogos.



ANDREA WEISS BALASSIANO

CAROL MONTEIRO

Contrariamente, na opinião das sócias, pode-se argumentar que a interrupção de atividades comerciais durante os jogos do Brasil poderia gerar alguns aspectos negativos, mas de forma geral grandes eventos esportivos servem para impulsionar o consumo de bens e serviços. Andrea e Carol pontuam que a atuação do governo na implementação de medidas de promoção e facilitação do comércio internacional pode incentivar a promoção da atividade econômica no Brasil. “Isso foi observado na Copa do Mundo do Qatar e também Copas anteriores, principalmente quando foi realizada no Brasil. Tais medidas incluem não apenas a redução tarifária de bens e artigos relacionados com o evento, mas também a diminuição de impactos burocráticos sobre as importações e exportações”, relembram.

OLHO NO LANCE

Conforme **Vera Kanas**, sócia na área de Comércio Internacional no Escritório TozziniFreire, de maneira geral, durante o evento, os olhos de grande parte do planeta se voltam para os times de futebol, e, internacionalmente, o Brasil é um player importante e bem visto. Assim, pode-se esperar que alguns países, que estão com o Brasil na cabeça, busquem fornecedores brasileiros, ou considerem fazer investimentos aqui durante essa época.

Localmente, nota-se movimentação de vários setores econômicos, como os de bens, serviços e turismo, influenciados pelo fluxo de torcedores,

mas sem grandes impactos. Em especial, o comércio é o que mais se beneficia das pausas no trabalho pelo país e reuniões de pessoas para assistir aos jogos nos bares e restaurantes, da venda de materiais esportivos relacionados ao futebol e do aumento de postos de trabalho para suprir as demandas no período.

Vera Kanas avalia ainda que a aviação também ganhou com o deslocamento de torcedores seja dentro do país, aproveitando os feriados e pausas, seja na viagem para o país que sedia o evento, Catar.

O sócio do Demarest, João de Almeida, argumenta que a economia brasileira não sofre um impacto significativo em virtude do resultado da Copa do Mundo. “É claro que há um mercado consumidor muito grande e que haveria benefícios econômicos com um título de campeão da Copa do Mundo. Haveria um maior consumo no mercado de futebol e um incentivo para o seu desenvolvimento. Porém, esses fatores não seriam suficientes para serem considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Brasil”, diz.

Por outro lado, ele reforça que o nível de excelência da Copa do Mundo e a sua popularidade mostram a força do futebol como um dos principais mercados de entretenimento no mundo. Este efeito também é sentido no Brasil. “Neste contexto, a Copa do Mundo pode ser um ótimo incentivo para o movimento de profissionalização do futebol que está ocorrendo no país. Esta exposição do ‘mercado da bola’ pode atrair investidores para o mercado brasileiro”,



VERA KANAS

TIAGO LOPES



considera.

O movimento dos clubes que iniciaram a transição para SAF (Sociedade Anônima de Futebol), com a atração de investidores e maior transparência e, conseqüentemente, uma mais adequada segurança jurídica, é um dos pilares desta profissionalização, que poderá ainda envolver a criação de uma liga, melhores estruturas de captação de recursos, critérios mais rígidos de governança, diferentes formas de transmissão, entre diversos outros fatores. Segundo João de Almeida, a Copa do Mundo mostra que há muito que se investir no mercado brasileiro do futebol. Ele diz acreditar que este movimento de profissionalização possa trazer muitos frutos para a sociedade.

Tiago Lopes, sócio do Lollato, Lopes, Rangel e Ribeiro Advogados – dedicado à reestruturação e recuperação de empresas, analisa que os impactos no Brasil são em escalas locais, dizendo respeito aos impactos no varejo considerando a alteração o período de realização da Copa do Mundo em 2022. “Nesse sentido, as informações que recebemos de clientes é no sentido de impacto negativo e redução do consumo durante o período o que impactou negativamente o resultado do varejo na época de Natal. Lembrando que o setor já vinha sendo impactado por conta de eleições e cenário político”, menciona.

Thiago concorda que mais do que o resultado do campeonato, outros fatores são mais decisivos para decisão do investidor, tais como segurança

jurídica e estabilidade política.

PASSE DE BOLA

Futebol não se joga sozinho e no mercado econômico o passe de bola também se dá por meio das relações. **Flávio Couto Bernardes**, sócio fundador do escritório Bernardes & Advogados Associados considera a Copa do Mundo como uma engrenagem que integra a teia de relações comerciais e transacionais mundiais que sempre ganha destaque quando de sua realização. Em um primeiro momento, temos a fase de preparação do evento, que inegavelmente movimenta de modo expressivo a economia mundial. “Para demonstrar isso, a atual edição, sediada no Catar, movimentou mais de 200 bilhões de dólares, valor que é superior ao próprio produto interno bruto anual do país. Por óbvio, por consequência, gera-se uma intensa e necessária rede de movimentações, não apenas de capital, mas também de tecnologia e mão-de-obra entre os atores globais”, destaca. Bernardes explana que a realização do evento em si, também impacta diretamente diversos setores, especialmente aqueles vinculados ao comércio, à comunicação e ao turismo mundiais. “Mas ainda mais, para o país-sede, é verdadeira oportunidade de se estabelecer e fortalecer conexões comerciais e culturais que servirão à sua integração nessa complexa rede comercial, especialmente diante do papel simbólico que cerca a realização do evento”, ressalta. O sócio do Bernardes & Advogados Associados reconhece que os efeitos positivos poderiam ser

FLÁVIO COUTO BERNARDES





PAULO BARDELLA CAPARELLI

extraídos com o avanço da seleção brasileira na competição. Do mesmo modo, a economia sente negativamente os resultados advindos de resultados ruins na competição. Nesse sentido, se são aspectos subjetivos que levam a população a movimentar a economia, o fim desses elementos catalizadores, como uma derrota da seleção, por consequência também finda a motivação para o consumo. Assim, a venda que estaria programada, seja de serviços ou bens, acaba, por consequência, não se concretizando, diminuindo o potencial econômico que poderia ser extraído do evento. “Entretanto, é sempre necessário destacar que esses efeitos são sentidos de modos distintos em cada setor. Apesar de o comércio, por exemplo, ser especialmente afetado por resultados ruins, em tempos de redes sociais, diversos são os fatores que podem manter o público engajado e, por consequência, manter os avanços da indústria midiática mesmo que diante dos resultados ruins”, sustenta.

Para **Paulo Bardella Caparelli**, sócio do escritório Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, um evento como a Copa do Mundo afeta as relações comerciais porque gera um estímulo maior para empresas relacionadas a esportes. Sobretudo, aumenta o consumo de empresas do varejo, tanto de alimentos e bebidas, que enfim, nossos clientes reportam que são de alimentos e bebidas, reportam recordes históricos nas vendas desse segmento no período de Copa do Mundo. Um outro mercado que também tem sofrido um estímulo muito grande

por conta da Copa do Mundo, é o segmento de apostas online. A gente percebe que é um outro segmento que também tá bastante forte e bastante aquecido. Então, tudo que é vinculado a isso, desde as próprias transações, que aumenta vendas, aumenta propaganda, marketing, isso tudo tem consequência para o segmento jurídico”. Ele finaliza: “Os negócios de uma maneira geral seguem acontecendo com Copa ou sem Copa”.

NA TRAVE

André Megale, sócio das áreas de Direito Societário/M&A e Desportivo do CQS/FV Advogados é também membro do FIFA Tribunal e esteve na Copa do Catar a convite da FIFA. Ele já foi diretor de governança e compliance da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e atuou em entidades como a Associação das Ligas Profissionais de Futebol da Europa (European Leagues), entre outras passagens na área jurídica. Pela sua experiência, Megale julga ser muito raso dizer que o resultado de uma partida de futebol por si só, ou mesmo a conquista de um título, ainda que em um megaevento mundial como a Copa do Mundo da FIFA, pode impactar diretamente a economia de um país, seja positiva ou negativamente. “É fato que o futebol é um dos maiores fenômenos, não só no âmbito esportivo, mas eu diria no âmbito cultural, da humanidade e, por isso, tem a capacidade de parar um país inteiro para acompanhar sua seleção e levar as pessoas esquecerem seus problemas econômicos do dia a dia”.



ANDRÉ MEGALE



André Megale assinala que, para o mundo como um todo, a Copa sempre traz novidades como o desenvolvimento e a gestão de novas arenas (nessa Copa tivemos como principal novidade um estádio construído inteiramente por containers desmontáveis, o que possibilita o redimensionamento do estádio com mais agilidade e uma possível e inédita transposição do estádio para outra localidade). “Outra novidade importante é a forma de empacotamento dos direitos de transmissão do conteúdo produzido pela FIFA (não só das partidas ao vivo) para a venda e distribuição ao mercado internacional e a transmissão em novas plataformas como plataformas alternativas (e não mais apenas em TV aberta, fechada, pay-per-view etc) e mídias sociais”, destaca. Em relação ao Brasil, o sócio do CQS/FV Advogados observa que, ao se realizar pela primeira vez em novembro/dezembro (ao invés do tradicional período de junho/julho) a Copa do Mundo impactou negativamente as vendas de

Natal e, de outro lado, antecipou o crescimento das vendas de bares e restaurantes, em especial o consumo de cerveja, bebida tradicionalmente associada a espectadores de uma partida de futebol (esses reflexos ocorreram provavelmente em todos os países).

Mas analisando os impactos derivados do conteúdo do evento, Megale conclui que a Copa, como mencionado acima, não trouxe para o Brasil benefícios econômicos ou, ao menos, aqueles benefícios de ordem emocional para a população (como a retomada do orgulho pelo país ou a proliferação de euforia da vitória para outras atividades produtivas e de consumo) dado o desempenho frustrante da seleção brasileira, que parou pelo caminho nas quartas de final, para um adversário historicamente inferior e com requintes de crueldade pela forma com que se deu o empate da Croácia nos instantes finais do segundo tempo da prorrogação.

No entanto, ele acrescenta que a forma de distribuição das partidas da competição no Brasil

que, além do modelo tradicional capitaneado pela Rede Globo, também foi levado para um canal na internet de um conhecido (em especial por crianças e adolescentes) influencer ratifica a constatação que vem sendo debatida no Brasil de que é possível rentabilizar uma partida ou um campeonato por meio de transmissões e distribuições inovadoras.

“Diante das recentes alterações legislativas brasileiras, i.e., a lei das SAFs e a lei do mandante, bem como diante dos recentes movimentos de bastidores dos principais clubes brasileiros, os atuais agentes do nosso futebol terão ainda a chance de espelhar os modelos de monetização da transmissão do evento da Copa em benefício de todo o mercado nacional, mesmo com a frustração da Copa que não ajudará a aquecer nosso mercado do futebol”, pondera.

GOL DE PLACA

Raphael Gomes, sócio da prática de Energia do Lefosse pontua a importância do setor de energia que é normalmente afetado durante eventos da magnitude de uma Copa do Mundo. Ele analisa que o comprometimento do Qatar em realizar o evento neutro em emissões de carbono, demonstra que as questões climáticas estão se tornando cada vez mais prioritárias não somente para as grandes corporações, que buscam atender o cumprimento da ESG (environmental, social, and corporate governance), mas também para as nações.

“Sendo o primeiro país a realizar o torneio neutro em emissões de carbono, o Qatar não só deu um exemplo ao demonstrar a preocupação com as questões ambientais, que são muito importantes para o futuro do planeta, como também trouxe um holofote a um mercado que já estava aquecido. Conforme a consultoria McKinsey, o mercado global de crédito de carbono gerou US\$ 1bilhão em 2021, já no Brasil a movimentação apontada foi de US\$ 25milhões”, comenta.

Conforme o sócio do Lefosse, a pauta do meio ambiente e das mudanças climáticas vem ganhando cada vez mais espaço, o que se demonstra claramente pelo fato de que o mercado voluntário de créditos de carbono, ou seja, o mercado em que as empresas e nações adquirem os créditos como forma de



RAPHAEL GOMES

compensação ambiental pelas emissões de carbono realizadas de forma voluntária e não por existir alguma obrigatoriedade mas por comprometimento pela redução e/ou compensação de gases emitidos, é o mercado principal nesse momento. “Com a grande influência dos tratados relacionados ao comprometimento das nações com as mudanças climáticas, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, o sistema financeiro passou por uma mudança de enfoque, de forma que o ESG tomou lugar de destaque, passando a ser considerado pelo mercado financeiro para análise de risco e retorno de investimentos, vez que funciona como espécie de indicador de perenidade do negócio e longevidade de lucro de uma corporação. Nesse sentido, considerando a importância mundial do assunto a expectativa é que a questão ambiental continue em pauta e que seja cada vez mais relevante no futuro diante da consciência dos impactos no planeta e que, cada vez se busquem mais alternativas de compensar/reduzir tais impactos”, espera. Raphael Gomes diz acreditar que o exemplo do Qatar poderá ter reflexos muito em breve no Brasil no que diz respeito a eventos com neutralidade de emissões. “Além de nossa tradição em sediar grandes eventos musicais (como o Rock in Rio) e esportivos (temos F1, diversas edições do UFC, etc.), temos abundância em energias renováveis, o que poderá nos colocar em posição protagonista nesse tipo de iniciativa”, considera. ■

FINANCECOMMUNITYWEEK

LC PUBLISHING GROUP

SAVE THE DATE

13-17

NOVEMBER 2023

MILAN 5th EDITION

The global event
for the finance community

#financecommunityweek    

For information: helene.thiery@lcpublishinggroup.com • +39 02 84243870



ENGRENAGENS: A MOVIMENTAÇÃO DOS SÓCIOS QUE FEZ O MERCADO GIRAR EM 2022

O The Latin American Lawyer noticiou centenas de movimentações entre os diversos escritórios do Brasil. São mais de 200 sócios entre promovidos e contratados, além de aberturas de escritórios, fusões, nomeações e mudanças estratégicas nas firmas.

por amanda medeiros

Em 2022 anunciamos 222 novos sócios entre promoções e contratações laterais

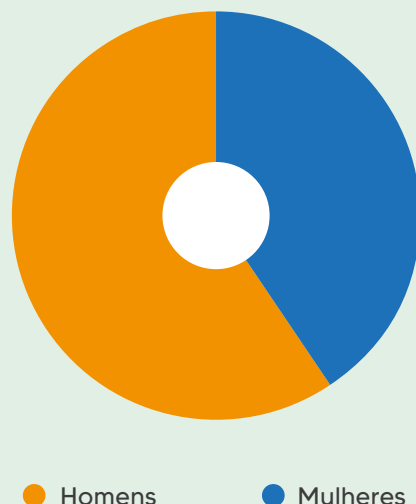
A engrenagem da máquina jurídica não para de rodar. Todos os anos, os escritórios contratam, promovem, alteram e reforçam suas equipes em diferentes áreas. O The Latin American Lawyer recebe um grande número de notificações dessa movimentação e registra por meio do site, o funcionamento do meio corporativo.

Nossos registros contabilizam 222 contratações de novos sócios, entre elas, confirmamos 91 promoções internas, 50 vindos de outros escritórios, além de 81 sócios com procedência não identificada (ou vindo de escritório próprio e/ou outros cargos e empresas).

De forma geral, registramos que 73 escritórios contrataram ou promoveram novos sócios no ano passando, sendo que Mattos Filho foi o que mais se destacou, com um total de 16 novos sócios, seguido de Lefosse com 15 sócios e Demarest e Veirano com 13 novos sócios cada.

Também temos registros de 8 incorporações/fusões/associações entre firmas, 20 aberturas de escritórios entre novas sedes e lançamentos, além de nomeações, novas marcas e mudanças na identidade visual dos escritórios, entre outros dados.

GÊNERO DOS SÓCIOS



Os números correspondem a informações coletadas ao longo de 2022 em nosso site, enviadas pelos próprios escritórios de advocacia, ou coletadas na mídia em postagens no LinkedIn e/ou site das empresas.

Do total de novos sócios, tanto no caso dos movimentos laterais, como nas promoções, 90 são mulheres, o equivalente a 41%.

PROCEDÊNCIA DOS SÓCIOS

Promoções internas

91

Não identificados

81

Outros Escritórios

50

CONTRATAÇÕES

Dos 222 sócios relatados no total, 131 vieram de contratações laterais, sendo que 50 deles são de outros escritórios, o que equivale a 38% enquanto o percentual restante corresponde a advogados de empresas e/ou que assessoraram clientes de forma independente ou ainda que não tiveram a sua procedência identificada.

É o caso de **André Megale** do CQS/FV Advogados, ex-Diretor de Governança e Compliance da CBF – órgão máximo do futebol no Brasil ([leia aqui](#)); **Rodrigo Barata** do Madrona Law, ex-diretor da “Agência de Transportes do Estado de São Paulo” (ARTESP) ([leia aqui](#)); **Sylvia Steinei** do Madruga BTW, ex-juíza do Tribunal Penal Internacional e do Tribunal Federal de Recursos da 3ª Região do Brasil e ex-promotora federal ([leia aqui](#)), entre outros.

Da mesma forma, algumas dessas mudanças de sócios foram resultado de integrações de escritórios como os casos de **Hugo Reis Dias**, do dcom, que incorporou o HRD Advogados ([leia aqui](#)) e **Luiz Fernando Halembeck** e **Daniel Barros** que vieram do Halembeck Barros e atuam pelo Lobo de Rizzo ([leia aqui](#)).

CONTRATAÇÕES LATERAIS

ESCRITÓRIO	Sócio	Veio de
Lobo de Rizzo	Christian Vieira	ASBZ
TozziniFreire	Luiza Sato	ASBZ
FLH Advogados	Rodolfo Bertin	Bertin Advogados
RHOM Advogados	Beatriz Francis Simão	Bicalho e Molica Advogados
Veirano Advogados	Diego Capistrano	BMA – Barbosa Müssnich Aragão
Humberto Sanches e Associados	Patrícia Varela	Castro Barros Sobral Gomes
Mattos Filho	Luiz Felipe Di Sessa	Cescon Barrieu
Madrone Advogados	Roberto Pary	Cescon Barrieu
Lefosse	Fábio Rosas	Cescon Barrieu
Lefosse	José Luis de Rosa	Cescon Barrieu
Lobo de Rizzo	Paula Abi-Chahine	CMT Advogados
Dias Carneiro	Gustavo Lasalvia	Costa, Albino & Lasalvia Sociedade de Advogados
Cascione Advogados	João Guilherme Dal Fabbro	Dal Fabbro Advogados
VMCA	Nathalie Fragoso	Davi Tangerino Advogados
Goulart Penteado Advogado	Alexandre Raphael Rosa	Demarest
Lefosse	Luciana Dias Prado	Demarest
Lefosse	Felipe Camara	E.Munhoz Advogados

Chalfin, Goldberg & Vainboim Advogados	Gustavo de Medeiros Melo	ETAD – Ernesto Tzirulnik Advocacia
Souto Correa Advogados	Tasso Cipriano	Felsberg Advogados
Souto Correa Advogados	André Castilho	Felsberg Advogados
Campos Mello Advogados	Miriam Machado	Felsberg Advogados
Campos Mello Advogados	Ana Cristina Valentim	Felsberg Advogados
Campos Mello Advogados	Flavia Ganzella	Felsberg Advogados
Campos Mello Advogados	Mirella Kaufman	Felsberg Advogados
Campos Mello Advogados	Leonardo Ribas	Felsberg Advogados
CBLM Advogados	Luiz Carlos Junqueira Franco Filho	FYMSA Advogados
Lobo de Rizzo	Luiz Fernando Halembeck	Halembeck Barrros
Souto Correa Advogados	Anderson Ribeiro	Kaszner Leonardos
B Luz	Vanessa Pirró	KLA – Koury Lopes Advogados
Tauil & Chequer Advogados	Christian Roschmann	Lefosse
Queiroz e Lautenschläger Advogados	Rodrigo Griz	Lefosse
LDCM Advogados	Tatiana Flores	Lefosse
LDCM Advogados	Márcio Opromolla	Lefosse
META	Paula Azevedo	Lefosse
Ferraz de Camargo e Matsunaga Advogados	Silvia Fidalgo Lira	Levy & Salomão Advogados
Tauil & Chequer Advogados	Lilian Toscani	Manassero Campello Advogados
Cascione Advogados	André De Vita	Marcus Valverde Sociedade de Advogados
CQSEV	Pedro Baracui	Martini Botelho Casalta Advogados
Viseu Advogados	Guilherme Manier	Monteiro, Rusu Advogados
Terciotti, Andrade, Gomes, Donato Advogados	Rafaela Rocha	Mudrovitsch Advogados
Demarest	Angela Cignachi Baeta Neves	N/A
Mattos Filho	Diego Herrera de Moraes	N/A
Siqueira Castro Advogados	Annelise Abi-Ramia Ferreras	N/A
Warde Advogados	Georges Abboud	N/A
Lobo de Rizzo	Daniel Barros	N/A
Madrone Advogados	Rodrigo Barata	N/A
Chiode Minicucci	Márcio Eurico Vitral Amaro	N/A
CQSEV	André Megale	N/A
Madruga BTW	Sylvia Steiner	N/A
TPC Advogados	Rafael Grassi	N/A
GVNZB Advogados	Paulo Bardella Caparelli	N/A
Lefosse	Adriana Dantas	N/A

Kincaid Mendes Vianna	Larissa Paganelli	N/A
Campos Mello Advogados	Luciana Martorano	N/A
Lobo de Rizzo	Bruna Camargo Ferrari	N/A
Pinheiro Guimarães	Paloma Lima	N/A
PMK Advogados	Rana Moraz Müller	N/A
Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira & Agel	Pedro Seraphim	N/A
Siqueira Castro Advogados	Amauri Saad	N/A
Souto Correa Advogados	Paulo Rosito	N/A
Tauil & Chequer Advogados	Juliana Barbosa Pechincha	N/A
TPC Advogados	Eduardo Cirillo	N/A
VBD Advogados	Thalita De Marco Vani	N/A
Veirano Advogados	Mariella Gondim Rocha	N/A
Siqueira Castro Advogados	Adriano Bordone Consentino	N/A
Amaral Lewandowski Advogados	Stephanie Lopes Schiavinato	N/A
Barreto Lamussi Nunes Advogados	Nataly F. Santos	N/A
BMA	Ana Paula Reis	N/A
BMA	Gustavo Maia	N/A
BMA	Iara Santos Conrado Costa Ferreira	N/A
Bueno Tax Lawyers	Constanza Bodini	N/A
BVA Advogados	Tânia Lehmann	N/A
Carneiros e Dipp Advogados	Gilvandro Araújo	N/A
Chalfin, Goldberg & Vainboim Advogados	Claudio Miranda	N/A
Chalfin, Goldberg & Vainboim Advogados	Henderson Fürst	N/A
Demarest	Camila Affonso Prado	N/A
Demarest	Eduardo Alcantara Lopes	N/A
Demarest	Fernanda Gouveia	N/A
Demarest	Fernanda Stefanelo	N/A
Demarest	Fernando Benjamin Bueno	N/A
Demarest	Fernando Fracari Vargas	N/A
Demarest	Leticia Galdino Wanderley	N/A
Demarest	Roberto Pinatti Casarini	N/A
Felsberg Advogados	Rodrigo Amaral	N/A
Godke Advogados	Alexander Coelho	N/A
Lefosse	Julia Queiroz	N/A
Lefosse	Ligia Padovani	N/A
Lefosse	Vinicius Jucá	N/A
Lefosse	Bernardo Carneiro	N/A
Lefosse	Julio Neves	N/A
Lobo de Rizzo	Mariana Cano Assef Donini	N/A

Lobo de Rizzo	André Bedim	N/A
Lobo de Rizzo	Marcela Tavares de Vasconcelos	N/A
Lobo de Rizzo	Hugo Tubone Yamashita	N/A
Madrona Advogados	José Senedesi Neto	N/A
Mattos Filho	Thais Rodrigues	N/A
Nabarro & Pfeferman	Luiza Martinez	N/A
Nabarro & Pfeferman	Matheus Barroso	N/A
Nasser Advogados	Camila Ramos Montagna	N/A
Nasser Advogados	Maria Isabel Lima	N/A
Nasser Advogados	Ticiane Liarde De Meo	N/A
Nasser Advogados	Fernando Stefanelli Galucci	N/A
pinheiro Guimarães	Caio Scheunemann Longhi	N/A
Pinheiro Neto	Caroline Guazelli Queiroz Gomes	N/A
Pinheiro Neto	Renato Henrique Caumo	N/A
Pinheiro Neto	Tatiana Mello Guazelli	N/A
Pinheiro Neto	Lucas Pinto Simão	N/A
Stocche Forbes	Luciana Stracieri	N/A
Stocche Forbes	Renato Stanley	N/A
Stocche Forbes	Teo Galvão	N/A
Tauil & Chequer Advogados	Olavo Bentes David	N/A
TozziniFreire	Pedro Eroles	N/A
VBG ADVOCACIA	Juliana Dal Moro Amarante	N/A
Veirano Advogados	Raphael Roberto Caropreso	N/A
Veirano Advogados	Juliana Costa	N/A
VPBG	Anne Chang	N/A
Giamundo Neto	Clicia Souza	N/A
VBD Advogados	Leonardo Freitas de Moraes e Castro	N/A
Souto Correa Advogados	Gabriella de Salvio	N/A
dcom	Ugo Reis dias	N/A
dcom	Tiago Mackein	N/A
Demarest	Stella Castro	Pessoa Advogados
KLA Advogados	Roberto Zilsch Lambauer	Pinheiro Neto
Souto Correa Advogados	Ingrid Hessling	Stocche Forbes
Lefosse	Miriam Signor	Stocche Forbes
TAGD Advogados	Antonio Carlos Pereira Neto	Tauil & Chequer
Tauil & Chequer Advogados	Liv Machado Fallet	TozziniFreire
TozziniFreire	Fernanda Fossati	Veirano advogados
Humberto Sanches e Associados	Izabel Nazarian	VELLOZA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Viseu Advogados	Adriana Piraino Sansiviero	VELLOZA ADVOGADOS ASSOCIADOS
GVNZB Advogados	Luisa Torelly Ruiz	Viseu Advogados

PROMOÇÕES

De acordo com as informações publicadas no site da revista foram realizadas 91 promoções internas entre janeiro e dezembro de 2022.

Dos 73 escritórios que foram noticiados pelo site, 32 promoveram dentro de suas equipes. Entre as promoções, destaca-se o escritório Mattos Filho, que anunciou de uma só vez a contratação de 13 advogados a sócios. ([leia aqui](#)).

A contratação de mulheres equivale a 41% do total

PROMOÇÕES INTERNAS

ESCRITÓRIO	SÓCIO	VEIO DE
Mattos Filho	Adriano Moura	PROMOVIDO
Mattos Filho	Anderson D'Ávila	PROMOVIDO
Mattos Filho	João Cavalcanti	PROMOVIDO
Demarest	Amanda Sampaio	PROMOVIDO
Bichara Advogados	Patricia Mendanha Dias	PROMOVIDO
Bichara Advogados	Bruno Matos Ventura	PROMOVIDO
Demarest	André Novaski	PROMOVIDO
Abe Advogados	Maira Madeira	PROMOVIDO
ASBZ Advogados	Milena Meyknecht	PROMOVIDO
B Luz	Milene Fachini	PROMOVIDO
BK&Partners	Pedro Giammarino	PROMOVIDO
Candido Martins Advogados	Mateus Lopes da Silva Leite	PROMOVIDO
Cascione Advogados	Gabriel Capella	PROMOVIDO
Cescon Barriau	Cíntia Lamare	PROMOVIDO
Cescon Barriau	Edson Elias de Freitas	PROMOVIDO
Cescon Barriau	Daniel Pettersen	PROMOVIDO
Cescon Barriau	Marcelo Moura	PROMOVIDO
Cescon Barriau	Matheus Fernandes	PROMOVIDO
Cescon Barriau	Viviane Rodrigues	PROMOVIDO
Felsberg Advogados	Gabriel Paranaquá	PROMOVIDO
Licks Attorneys	Ciro Albuquerque	PROMOVIDO
Licks Attorneys	Rodolfo Barreto	PROMOVIDO

Madruga BTW	Felipe Figueiredo Gonçalves	PROMOVIDO
Madruga BTW	Frederico Martins	PROMOVIDO
Padro Vidigal	Pedro Sanches	PROMOVIDO
SouzaMello Advogados Associados	Diogo Nebias	PROMOVIDO
SouzaMello Advogados Associados	Roberto Panucci	PROMOVIDO
SouzaMello Advogados Associados	Julia Camargo	PROMOVIDO
Trench Rossi Watanabe	Bruno Duarte	PROMOVIDO
Trench Rossi Watanabe	Evaristo Lucena	PROMOVIDO
Trench Rossi Watanabe	Felipe Zaltman	PROMOVIDO
Trench Rossi Watanabe	Marcel Fracarolli Nunes	PROMOVIDO
Trench Rossi Watanabe	Silvia Bernardino	PROMOVIDO
Trench Rossi Watanabe	Telirio Saraiva	PROMOVIDO
Veirano Advogados	Bruno Leandro Palhares	PROMOVIDO
Veirano Advogados	Diego Yago Rodrigues	PROMOVIDO
Veirano Advogados	Maria Cecilia Vieira	PROMOVIDO
Vella Pugliese Buosi e Guidoni	Erik Martins Sernik	PROMOVIDO
Vella Pugliese Buosi e Guidoni	Bruno Sanchez Belo	PROMOVIDO
Vella Pugliese Buosi e Guidoni	Fernanda Le Tassinari	PROMOVIDO
Vella Pugliese Buosi e Guidoni	Anderson Moura	PROMOVIDO
Vella Pugliese Buosi e Guidoni	Fernando Henrique Lopes	PROMOVIDO
Kincaid Mendes Vianna	Fernanda Martinez Campos Cotecchia	PROMOVIDO
BMA	Ellen Juste Nuñez	PROMOVIDO
BMA	Renan Frediani Torres Peres	PROMOVIDO
Buchamar Advogados	Hayna Bittencourt	PROMOVIDO
Buchamar Advogados	Thiago Carapetcov	PROMOVIDO
Demarest	Daniel Kaufman Schaeffer	PROMOVIDO
Lefosse	Bernardo Pires	PROMOVIDO
Lefosse	Carla Gorescu	PROMOVIDO
Lefosse	Dante Zanotti	PROMOVIDO
Lefosse	Rodrigo Cunha	PROMOVIDO
Madrona Advogados	Felipe Medaglia	PROMOVIDO

Madrona Advogados	Luis Bellini	PROMOVIDO
Mattos Filho	Bruno Chedid	PROMOVIDO
Mattos Filho	Guilherme Bouzan	PROMOVIDO
Mattos Filho	Isabela Vidigal	PROMOVIDO
Mattos Filho	João Vicente Assis	PROMOVIDO
Mattos Filho	Rafael Caetano	PROMOVIDO
Mattos Filho	Renato Di Dio	PROMOVIDO
Mattos Filho	Ricardo Cosentino	PROMOVIDO
Mattos Filho	Sofia Barbosa	PROMOVIDO
Mattos Filho	Stefano Motta	PROMOVIDO
Mattos Filho	Waleska Pozzani	PROMOVIDO
Opice Blum	Henrique Fabretti Moraes	PROMOVIDO
Pinheiro Neto	Camila Carvalho Gomes	PROMOVIDO
Pinheiro Neto	Rafael José Lopes Gaspar	PROMOVIDO
Pinheiro Neto	Fabio Rocha Pinto e Silva	PROMOVIDO
Pinheiro Neto	Raphael Palmieri Salomão	PROMOVIDO
Pinheiro Neto	Thiago José da Silva	PROMOVIDO
Santos Neto Advogados	Bruno Salama	PROMOVIDO
Stocche Forbes	Camila Pepe	PROMOVIDO
Tauil & Chequer Advogados	Priscilla Santos	PROMOVIDO
Tauil & Chequer Advogados	Gustavo Scheffer	PROMOVIDO
TozziniFreire	Caio Loureiro	PROMOVIDO
Veirano Advogados	Alberto Monteiro	PROMOVIDO
Veirano Advogados	Bruno Habib Negreiros Barbosa	PROMOVIDO
Veirano Advogados	Daniel Augusto Malatesta	PROMOVIDO
Veirano Advogados	Gisela Miranda	PROMOVIDO
Veirano Advogados	Julia Tamer Langen	PROMOVIDO
Veirano Advogados	Vanessa Felício	PROMOVIDO
Vaz, Buranello, Shingaki & Oioli Advogados	José Afonso Leirião Filho	PROMOVIDO
Azevedo Sette	Juliana Gebara Sene Ikeda	PROMOVIDO
Azevedo Sette	Eduardo Monteiro Moreira César	PROMOVIDO
B Luz	Gabriela locks	PROMOVIDO
B Luz	Juliana Calçada	PROMOVIDO
Galdino & Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub Advogados	Rafael Pimenta	PROMOVIDO
Galdino & Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub Advogados	Eduardo Takemi	PROMOVIDO

Galdino & Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub Advogados	Luiz Roberto Ayoub	PROMOVIDO
Galdino & Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub Advogados	Gustavo Salgueiro	PROMOVIDO
Galdino & Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub Advogados	Diogo Rezende de Almeida	PROMOVIDO

NOVOS ESCRITÓRIOS

Em 2022, o The Latin American Lawyer registrou também fusões, incorporações e associações entre escritórios, incluindo parcerias internacionais, como por exemplo, **Carneiros e Dipp Advogados** que firmou um acordo de colaboração mútua com **Cruz Vilaça Advogados**, com sede em Lisboa, Portugal ([leia aqui](#)).

Tivemos também o registro de 20 novas unidades de novos escritórios no Brasil, sendo 4 deles lançamento: Leal Andreoli Advogados, Mastropasqua, PGD Sociedade de Advogadas e BNS Law e o escritório Viseu Advogados que abriu um escritório no Metaverso. Os demais foram aberturas de novas sedes, incluindo uma mudança de endereço.

Os escritórios que relataram mais mudanças nas suas equipes foram Mattos Filho, Lefosse, Demarest e Veirano.

ESCRITÓRIO	FUSÕES/INCORPORAÇÕES
Braz Campos Advogados	fusão entre Braz Campos e LL Advogados
dcom Advogados	fusão entre Oliveira Drumond Advogados e Cunha Souza Lima Advogados
PDG Sociedade de Advogadas	fusão entre PDG e Motta & Bicalho Sociedade de Advogados
SiqueiraCastro	fusão entre SiqueiraCastro e G2 Advocacia no Rio Grande do Sul
Lobo de Rizzo	incorporou Halembeck Barros
dcom Advogados	incorporou HDR Advogados
DCG Advogados	parceria com BVM Advogados
Carneiros e Dipp	parceria com escritório Cruz Vilaça Advogados/PT

Contabilizamos também quatro mudanças de nomes, sendo B/Luz (antes Baptista Luz), MV Costa Advogados (anteriormente Costa Marfori Advogados) e HLL & Pieri Advogados (antes HLL Advogados) e **Galdino & Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub Advogados** (antes Galdino & Coelho Advogados) que também lançou nova marca ([leia aqui](#)).

Os escritórios Mattos Filho, Santos Neto Advogados, Villemor Amaral, Kincaid | Mendes Viana e CMT – Carvalho, Machado e Timm Advogados também anunciaram a alterações em suas identidades visuais ao longo de 2022.

NOVAS UNIDADES

NOME	NOVO ESCRITÓRIO
Leal Andreoli Advogados	Boutique de Direito Aeronáutico
Mastropasqua	Boutique de Direito Digital
PGD Sociedade de Advogadas	Boutique full service liderada por mulheres
BNS Law	Escritório full service
Viseu Advogados	escritório virtual no Metaverso
dcom Advogados	Nova unidade em BH
LDCM Advogados	Nova unidade no RJ
Briganti Advogados	Nova unidade em Paris
M3BS Advogados	Nova unidade em Fortaleza
Mosello Lima	Nova unidade em BH
Prado Vidigal Advogados	Nova unidade em SP
Schneider Pugliese Advogados	Nova unidade em SP
VBSO Advogados	Nova unidade no RJ
Veirano Advogados	Nova unidade no RJ
Viseu Advogados	UK Desk em Londres
Viseu Advogados	China Desk
VPBG Advogados	Ribeirão Preto
Bichara	China Desk
Schmidt Valois	Mudança de endereço em SP

Mais de 10 escritórios abriram novas sedes

NOMEAÇÕES

Ainda em relação às novidades nos escritórios, noticiamos que Souto Correa Advogados nomeou Guilherme Rizzo Amaral como novo CEO do escritório, Veirano Advogados elegeu Paula Surerus como nova managing partner e que o BMA Advogados iniciou um plano de sucessão dos sócios fundadores ([leia aqui](#)).

Também registramos 12 nomeações de sócios para cargos externos, entre presidentes, vice-presidentes, membros entre outros. Um registro recente é o de **Jeniffer Adelaide Marques Pires**, sócia do Kincaid | Mendes Vianna, que em dezembro de 2022 foi nomeada Presidente da Comissão de Direito Aduaneiro | OAB/RJ ([leia aqui](#)).

Outro exemplo é o de **Guilherme Rodrigues Abrão**, sócio do Cabanellos Advocacia, que foi nomeado membro da **Comissão de Educação Jurídica – CEJ** | OAB/RS ([leia aqui](#)).

Essas e as outras nomeações citadas na tabela, você encontra no site [The Latin American Lawyer](#). 📖

NOMEAÇÕES

ESCRITÓRIO	PROFISSIONAL	CARGO
Ernesto Boerges Advogados	Gaya Schneider	Vice-Presidente da AIDA Brasil
FCAM Advogados	Camila Tebaldi	Presidente da CamCMR
Longo Abelha Advogados	Samantha Mendes Longo	Vice-presidente da CamCMR
Kincaid Mendes Vianna	Godofredo Mendes Vianna	Presidente da CDMPM - OAB/RJ
Kincaid Mendes Vianna	Jeniffer Adelaide Marques Pires	Presidente da Comissão de Direito Aduaneiro (OAB/RJ)
Leandro Frota	Leandro Mello Frota	Secretário geral da ABDINFRA
Robortella e Perez Advogados	Luiz Carlos Amorim Robortella	Presidente da ABDT
Schmidt Valois	Alexei Vivan	Vice-Presidente do SindiEnergia
Leandro Frota	Leandro Mello Frota	Árbitro do CBMA
Bichara	Wolmar Esteves	Presidente ALAE
Bichara	Luiz Gustavo Bichara	Membro da Comissão de Juristas do Senado
Cabanellos Advocacia	Guilherme Rodrigues Abrão	Membro do CEJ/OAB



LEGALCOMMUNITYMENA

The first digital information tool dedicated to the legal market in MENA
Egypt, Qatar, Saudi Arabia, United Arab Emirates

LEGAL MARKET IN MENA AREA

DEAL ADVISORS

PRIVATE PRACTICE LAWYERS

RUMORS & INSIGHTS

LEGAL & IN-HOUSE AFFAIRS

MAIN LEGAL TRENDS & TOPICS

IN-HOUSE LAWYERS



Follow us on



www.legalcommunitymena.com



Brasil dos Advogados: como se destacar diante da maior proporção de profissionais por habitante do mundo

por amanda medeiros

O Brasil é um dos países que tem a maior proporção de advogados por habitantes do mundo. A estimativa baseada nos dados mais recentes, é de em média, 1 profissional para cada 160 pessoas.

A base de cálculos varia conforme os dados e período. De acordo com informações da OAB, até o fechamento desta matéria, o total de advogados regulares e cadastrados era de 1.313.724. O número não inclui estagiários e advogados suplementares.

A estimativa da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calculada com dados prévios do Censo 2022 é de 207.750.291 habitantes. Os dados foram entregues ao Tribunal de Contas da União (TCU) no final do ano passado, mas podem estar desatualizados, haja vista que o Censo não cumpriu sua meta proposta para a pesquisa. É fato que o cálculo não precisa ser exato para chamar a atenção. E, se o número de inscritos na OAB é grande, o de estudantes de direito é ainda maior. Existem no Brasil, cerca de 1,8 mil cursos jurídicos e, segundo dados do próprio órgão (agosto/2022), são mais de 700 mil alunos matriculados.

Para a OAB, o grande número de profissionais no mercado se deve à abertura de novos cursos de direito nos últimos anos. Por isso, a Ordem dos Advogados do Brasil solicitou ao Ministério da Educação a suspensão temporária da autorização para novos cursos de direito e uma melhor análise dos cursos já existentes.

A justificativa é a baixa aprovação no exame da ordem. De cada cinco profissionais apenas um é aprovado e pode exercer a profissão. Em setembro, o MEC já havia suspenso as autorizações para novos cursos de direito à distância. O ministério não respondeu sobre o pedido recente feito pela OAB. Para se ter uma ideia do crescimento desordenado do ensino jurídico, em 1995, eram 235 cursos em funcionamento. Hoje, são mais de 1,9 mil autorizados pelo MEC.

Segundo o site da OAB, o presidente nacional da entidade, Beto Simonetti, entende que o caminho ainda é longo. “Precisamos avançar muito na formação de futuros advogadas e advogados. A

OAB tem o compromisso de lutar e contribuir com a modernização do ensino jurídico brasileiro, sem abrir mão de sua qualidade, eficiência e superioridade técnico-científica”, afirma Simonetti.



PAULO BARDELLA CAPARELLI

QUANTIDADE NÃO É QUALIDADE

Com a concorrência no meio jurídico cada dia maior, o aumento da disponibilidade de profissionais na área é um desafio para a advocacia.

Diante das informações, o The Latin American Lawyer falou com advogados de diferentes escritórios para saber deles, quais são os desafios e os caminhos que os escritórios e os profissionais tem traçado para se destacar na profissão.

Paulo Bardella Caparelli, sócio do escritório Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, identifica que no Brasil, não existe uma barreira de mercado para ser advogado, ou seja, muitas pessoas podem se graduar em Direito, o que deixou de ser, de forma geral, pressuposto de boa formação, de responsabilidade, de credenciamento, etc. Ele menciona que uma outra consequência interessante sobre a quantidade de faculdades, é que por mais que existam muitos profissionais disponíveis, o mercado vive a dificuldade de encontrar advogados com qualificação técnica.



PATRICIA HELENA MARTA MARTINS

Para **Patrícia Helena Marta Martins**, sócia nas áreas de Contencioso e Tecnologia & Inovação de TozziniFreire Advogados, as estatísticas evidenciam a alta competitividade da profissão jurídica no Brasil. “Diante de um cenário como esse, é importante ressaltar que, atualmente, o profissional deve atentar às competências que até então não faziam parte de sua rotina, mas que podem ser vistas como diferenciais hoje em dia. Ter uma abordagem inovadora para a advocacia envolve olhar para a interdisciplinaridade e outros campos do conhecimento e pensar de forma mais abrangente”, diz.



TITO ANDRADE

Tito Andrade, sócio administrador do Machado Meyer Advogados, ressalta que cada vez mais, os advogados precisam se adaptar às necessidades do mercado e dos clientes, pois somente desta forma é possível seguir gerando valor consistente e sustentável. “Muito do que se espera hoje dos advogados, passa pelo entendimento mais profundo da realidade e desafios de seus clientes. Conhecer o ambiente de negócios e suas particularidades setoriais se tornou crucial como ponto de diferenciação”, considera. Na opinião dele, além de um maior mergulho no ambiente de negócios, os desafios associados às novas tecnologias e seu uso em maior escala traz aos advogados uma nova maneira de enxergar seu valor para clientes e a sociedade.

Para Andrade, em suma, em um ambiente de negócios está cada vez mais volátil e dinâmico, o profissional do Direito precisa buscar desenvolvimento de novas habilidades, especialmente voltadas ao conhecimento multidisciplinar, o desenvolvimento de negócios e liderança, para oferecer soluções completas e que não se limitem apenas à prática tradicional do Direito. “Os advogados devem se posicionar como agentes de transformação para a sociedade e como protagonistas da geração de valor e consequente resultados para as organizações”, diz.

NOVAS HABILIDADES

José Diaz, sócio das áreas de Fusões e Aquisições e Comércio Internacional e Aduaneiro do Demarest, diz acreditar também que cada vez mais será exigido que advogados desenvolvam outras habilidades para melhor assistir seus clientes em 2023 e no futuro. “Dentre essas habilidades necessárias, chamadas de “soft skills”, destacamos a visão empresarial do advogado, que deve passar a ter maior afinidade com conhecimentos econômicos, financeiros e de gestão, para melhor compreender as demandas de seus clientes, das empresas e administrar suas próprias atividades, além da capacidade de interagir com ferramentas tecnológicas que favoreçam a velocidade de comunicação, a maior eficiência e o acesso a dados e informações que contribuam com as soluções jurídicas”, menciona.

Ele também pontua que o visual law, que tem por objetivo tornar a comunicação jurídica mais

JOSÉ DIAZ



acessível e eficiente, deve ser considerada uma importante ferramenta para o advogado do futuro. Cada vez mais, os clientes terão menos tempo para serem impactados por soluções. Logo, longos pareceres tendem ao desuso no dia a dia dos clientes que almejam ter acesso a opiniões visuais

PATRÍCIA ALVES



e diretas.

É o que concorda **Patrícia Alves**, sócia e Coordenadora das Áreas de Práticas de Souto Correa Advogados. Ela afirma que ter uma sólida qualificação técnica é pressuposto, e não necessariamente diferencial, para advogadas e advogados. “Para quem quer continuar se destacando na carreira é preciso

investir no desenvolvimento de power skills, que nada mais é do que a junção de habilidades técnicas (hard skills) e habilidades comportamentais (soft skills)”.

Ela defende que as principais habilidades comportamentais para um profissional da advocacia são a capacidade de adaptação rápida às mudanças, capacidade de trabalhar em equipe e se comunicar de forma eficaz, ter foco na resolução de problemas e desenvolver relacionamentos interpessoais. “É importante também ter empatia para compreender o cliente, seus desafios, seu negócio e propor soluções que atendam também às necessidades do negócio. É preciso estar atento também às inovações tecnológicas, à necessidade de tomar decisões baseadas em dados e desenvolver um perfil de liderança inclusiva, isto é, contribuir para o desenvolvimento de ambientes de trabalho diversos e inclusivos.”, pontua.

MUDANÇAS CONSTANTES

No ponto de vista de **Camila Morais Leite**, sócia coordenadora do Tributário do Marcelo Tostes Advogados os últimos dois anos foram de mudanças sensíveis no setor, que experimenta novos protocolos, estratégias de trabalho e formas de prestação de serviços em sintonia com os recursos digitais e de

CAMILA MORAIS LEITE



comunicação disponíveis. “Mesmo ainda resistente, a advocacia tem sofrido grande influência da tecnologia e estamos passando por uma virada de chave quanto à inclusão efetiva de novas estratégias e formatos no dia a dia jurídico, impulsionados pela utilização de recursos tecnológicos nos escritórios. Essas mudanças e o ingresso da tecnologia tanto aqui quanto lá fora já aconteciam anteriormente, mas a intensidade de adoção era muito diferente antes da pandemia, sendo agora mais acelerada e, principalmente, assertiva”, entende.

Enquanto profissional do Direito, Camila diz pensar que a forma de exercer a advocacia e a estrutura dos escritórios mudaram e seguirão mudando numa fase pós-pandemia. “Precisamos compreender que a profissão passa por mudanças muito relevantes e ainda alçará outros rumos com o aperfeiçoamento da tecnologia, proporcionando uma realidade de trabalho cada vez mais virtual e especializada, menos presencial. Tais cenários de adaptação a esta nova realidade exigem o desenvolvimento de competências que devem ser aprendidas e aprimoradas, algumas não

ensinadas nas escolas jurídicas. Habilidades em empreendedorismo, interdisciplinaridade, gestão de projetos, administração de negócios, inovação, liderança, marketing, gestão de pessoas e comunicação são alguns exemplos que já norteiam a atuação profissional nesta nova realidade profissional à qual estamos inseridos”.

Para ela, já não há mais como um advogado ser completo se ele não dispuser de recursos e conhecimento na área de tecnologia que possa auxiliá-lo no dia a dia. Enquanto escritórios, o princípio ideal para se preparar para o futuro tecnológico é promover uma mudança comportamental, desde os sócios até toda a equipe, uma vez que, se todos não estiverem preparados para incorporar essa nova realidade, os esforços serão infrutíferos, considera.

“Aquilo que se sabia pode não ser mais adequado e será necessário aprender a desaprender para reaprender. O mundo jurídico deve se readequar, se reinventar e aprender a se inserir em uma nova realidade que, na prática, é uma forte aliada”, finaliza. ■





LEGALCOMMUNITYCH

The first digital information tool dedicated to the legal market in Switzerland



LEGAL MARKET IN SWITZERLAND

IN-HOUSE LAWYERS

PRIVATE PRACTICE LAWYERS

RUMORS & INSIGHTS

LEGAL & IN-HOUSE AFFAIRS

MAIN LEGAL TRENDS & TOPICS

DIGITAL NEWS



Follow us on



www.legalcommunity.ch

Lavinia Junqueira é advogada, fundadora do Junqueira le Advogados. Questionada sobre o que esperar para 2023, ela trouxe uma análise em diferentes setores, apresentando os desafios que prometem um 2023 de muito trabalho, mas também de muitas oportunidades, confira:

Um 2023 cheio de desafios e oportunidades, também na seara jurídica

por lavinia junqueira

Na economia, o crescimento mundial esperado é pequeno, alguns veem risco de estagnação. No Brasil, o Ministério da Economia estima o crescimento do PIB em 2023 em torno de 2,1%. A inflação dá sinais de que pode estar chegando ao seu pico, mas as expectativas são de preços ainda altos mundo afora em 2023, enquanto oferta e demanda se ajustam aos novos patamares. Os juros seguem também altos para conter essa inflação. O cenário político internacional seguirá conturbado. Enquanto as commodities de óleo e gás seguem com preços altos, na seara da agropecuária a tendência é que comecem a abaixar.

Esse cenário de preços altos, juros altos, incertezas, não



LAVINIA JUNQUEIRA

ajuda o Brasil a voltar a fazer investimentos em capital, em sua infraestrutura e indústria e assim expandir horizontes de crescimento. Uma das oportunidades de investimento que vai sendo adiada é o investimento em energias renováveis, com destaque à energia eólica e solar. A Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), o Brasil tem um potencial estimado em 500 GW de geração de energia eólica, o triplo da energia consumida no país. É também o país do sol, com alto potencial para autogeração e consumo de energia solar, que, contudo, não explora esse potencial por desincentivos na área fiscal e por falta de formas economicamente viáveis de financiamento.

Uma outra oportunidade de investimento no país é o plantio de florestas, por si ou em regime consorciado: integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). Em 2014, a EMBRAPA estimou a existência de cerca de 100 milhões de hectares de pastagens no País com nível de degradação forte ou moderado e, em 2020, estimou que seja possível expandir o sistema ILPF para até 48 milhões desses pastos degradados no Brasil, com ênfase no plantio de espécies nativas. O plantio de florestas pode resultar em retorno de crédito de carbono, sem se falar na exploração direta ou indireta dos recursos das florestas. Embora o mercado de crédito de carbono já tenha sido regulado no país, ainda é necessário facilitar os mecanismos de acesso aos pequenos e médios produtores, o que passa por facilitar registro e certificação das áreas a reflorestar e dos plantios. Há muito o que se aproveitar das tecnologias já existentes nos registros fundiários e rurais brasileiros, como o Cadastro Ambiental Rural, CAR.

Se o caminho dos investimentos encontra obstáculos, o consumo é uma alternativa para o Brasil crescer? O Real perdeu 60% de seu valor nos últimos 5 anos o que já se refletiu em uma inflação local de 32% no mesmo período. Isso afeta o poder de compra de todos que moram aqui, substancialmente da classe média. Para recuperar o que se perdeu, só recompondo emprego e crescimento econômico, não tem mágica. Pelo menos no emprego o país vai relativamente bem: em setembro de 2022 o desemprego no Brasil ficou em 8,7%, a menor marca desde 2015!

Na linha de recuperar renda, o que se sabe é que já está aprovada pelo Congresso a famosa proposta de emenda constitucional (PEC) dos gastos para manter o Auxílio Brasil, mas o auxílio vem acompanhado de um rombo nas contas públicas em cerca de R\$ 200 bilhões. Em campanha, o presidente eleito chegou a falar de isentar do imposto de renda quem ganha até R\$ 5 mil. As medidas querem claramente preservar a renda nas faixas de renda mais baixas, mas será que são suficientes?

A verdade é que o governo segue gastando mais do que ganha. Desde o ano de 2014, inclusive, o país gasta mais do que ganha e a previsão do Tesouro Nacional é que siga gastando mais do que ganha em 2023. São 10 anos seguidos de déficits primários. A dívida do Brasil só não explodiu porque o aumento da inflação corroeu seu valor real. Ainda assim, a relação da dívida brasileira sobre o produto interno bruto (PIB) é de pouco mais de 78% quando o nível reconhecido como bom internacionalmente é em torno de 60%. O gasto excessivo do governo impulsiona a inflação e ela pega o populismo econômico na curva, pois corrói o poder de compra das famílias, afetando exatamente os mais pobres que se desejou proteger com o gasto público excedente. Parece um ciclo vicioso para o qual existem poucos remédios, uns mais amargos do que outros. Quais serão os remédios a serem adotados pelo novo governo Lula?

São muitos desafios e sabe-se pouco sobre a agenda econômica do Brasil 2023.

Há muito se discute a reforma na tributação indireta, de PIS/COFINS/IPI/ICMS/ISS. Fernando Haddad, indicado como novo Ministro da Economia para o governo Lula, apoiou formalmente a reforma dos tributos indiretos dizendo, inclusive, que ela passa à frente dos impostos sobre dividendos. Existem pelo menos duas propostas de emenda constitucional propondo revisão no modelo de tributação indireta, PEC 45 e PEC 110, ambas de 2019. Foi manifestado apoio à PEC 45, que cria um tributo federal seletivo que substitui cinco tributos indiretos: IPI/PIS/COFINS/ICMS/ISS; elimina incentivos fiscais, cria



Lavinia Junqueira é advogada, fundadora do Junqueira le Advogados. Ela é mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e graduada em direito pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professora da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP) e INSPER. É reconhecida por sua experiência na estruturação de operações financeiras e de mercado de capitais, bem como por sua atuação em reestruturações societárias no Brasil e no exterior. Sua trajetória profissional também inclui ampla experiência em

M&A, acompanhamento e coordenação de gestão tributária e societária de conglomerados financeiros e não financeiros nacionais e globais e operações de reestruturação de dívidas judiciais e extrajudiciais. É membro de Comitê de Auditoria da Totvs e do Comitê de Investimento do FIP Parques; bem como do Conselho Fiscal do Instituto Natura. Esteve por 10 anos no comitê de auditoria da Natura, também com passagem por comitê do Banco Pine. 

mecanismos participativos para a repartição de receitas entre entes federativos, um período de teste de dois anos para definição da alíquota do tributo e de transição para efeito de repartição de receitas tributárias de cinquenta anos. Será que surgirá uma nova proposta? Será que as alterações

aumentarão a carga tributária da empresa e do país? Algo para conferir!

O “novo” Presidente Lula e o novo Ministro Haddad já manifestaram apoio a uma reforma tributária que tribute lucros e dividendos, a ser implantada

na sequência dos tributos indiretos. Embora possa surgir uma nova proposta, existem no Congresso pelo menos 17 propostas de Lei nesse sentido, em geral criando imposto de 15% a 20% sobre dividendos, a maior parte delas extinguindo os juros sobre capital próprio. Quem é afetado por essas medidas?

Dependerá se a medida virá acompanhada da redução do imposto de renda da pessoa jurídica ou não e se isentará do imposto de dividendo as empresas do Simples ou não. A reforma tributária proposta pelo então Ministro Paulo Guedes e objeto de ajustes no Congresso havia trazido essas medidas complementares. Caso o “pacote fiscal” seja parecido com os discutidos até o momento, os principais impactados serão empresas pequenas e médias, do lucro presumido, cujos sócios passarão a pagar imposto de dividendos. Outros impactados são empresas de capital fechado com uso intensivo de capital dos próprios acionistas ou sócios e com menos uso de capital de terceiros, como empréstimos. Poucas empresas maiores que utilizam bastante os juros sobre capital próprio também poderão ser impactadas.

Existem também pelo menos cinco propostas alterando a tributação de fundos fechados para exigir “come-cotas” de fundos fechados. Quem é afetado por essas medidas? O principal impacto econômico direciona-se a fundos que são fechados por terem realmente investimentos sem liquidez, ou seja, não terem recursos livres para pagar o “come-cotas”. Nenhuma das propostas de reforma até agora trouxeram solução alternativa para esses fundos.

Como reagir a todas essas mudanças? O que fazer para equilibrar a carga fiscal da empresa? As empresas podem rever a estratégia de caixa e financiamento, modelos de negócios, produtos e serviços.

Na tesouraria, podem rever o estoque de lucros e a conveniência de distribuí-los, alterar a forma de financiar suas atividades como capital ou dívida, rever sua projeção de investimentos e caixa. Pode optar por obter mais recursos de

empréstimo e menos recursos de capital, por exemplo.

No modelo de negócios podem verificar como uma alteração de tributos indiretos afeta a cadeia de fornecimento, os créditos tributários ou deduções fiscais, os regimes especiais, a estrutura de custos e vendas e se há modelos de negócios mais eficientes, qual o custo e a viabilidade da transição. É melhor importar um bem ou serviço ou adquirir localmente? É melhor verticalizar a produção e venda e os serviços em uma única empresa ou segregar? Qual melhor local para posicionar a produção, comercialização, logística, serviços? Qual o melhor modelo dos canais de venda físicos e digitais? E os ativos patrimoniais e intelectuais ficam melhor colocados na empresa ou separados? O tipo de atividade pode se beneficiar de incentivos existentes? Eles serão mantidos? São perguntas que precisam ser respondidas na escolha de qualquer modelo de negócios e também na análise de impactos de reformas tributárias nos modelos de negócios atuais. ■

Junqueira le Advogados atua a partir de uma compreensão total, não apenas das questões jurídicas, mas também do dia a dia de cada um dos clientes. Para garantir essa proximidade, preza por uma comunicação simples e transparente, e nutre um profundo senso de parceria. Assim, busca ser, cada vez mais, aliados incansáveis na busca por melhores resultados. ■



PORTAS GIRATÓRIAS: TODOS OS MOVIMENTOS E COMPROMISSOS DOS PARCEIROS EM 2022

Em 2022, a Iberian Lawyer registou 96 movimentos de sócios e a nomeação de 83 novos sócios (a par de 13 funções executivas dentro da sociedade)

por ilaria iaquinta

82% das mudanças ocorreram de um escritório de advocacia para outro

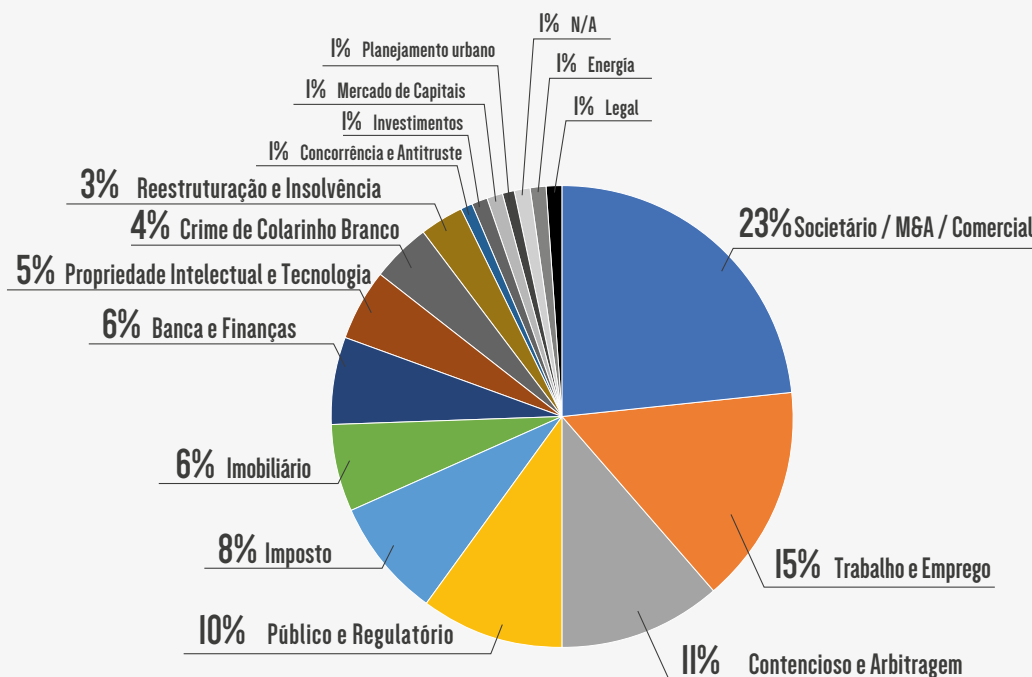
O ano de 2022 tem sido muito movimentado para o mercado jurídico espanhol. Um grande número de sócios passou de uma sociedade de advogados (mas também de uma empresa ou de um cargo administrativo) para outra. Um crescimento que confirma a vivacidade do setor dos serviços jurídicos apresentado pela Iberian Lawyer durante o ano através do seu site. Em particular, de acordo com o Iberian Lawyer, cerca de 96 sócios mudaram de chapéu desde janeiro de 2022 (até 15 de novembro de 2022). Durante o mesmo período, houve 83 nomeações para parcerias e 13 nomeações para cargos executivos dentro dos escritórios de advocacia. Esses números são derivados de declarações oficiais de escritórios de advocacia ou da coleção de informações da redação publicada no LinkedIn.

MOVIMENTOS DOS PARCEIROS

De modo geral, com relação à origem dos profissionais, cabe ressaltar que 82% das mudanças ocorreram de um escritório de advocacia para outro. O percentual restante passou de um cargo administrativo ou de uma empresa, como no caso de **Luis Carlos Moya**, que em outubro ingressou na Deloitte Legal como o novo sócio responsável pela prática de Remuneração e Benefícios dentro da área de Global Employer Services (GES) do escritório da empresa norte-americana Cision ([aqui a notícia](#)). Olhando para o gênero dos parceiros, 24% dos profissionais que mudaram de posição eram mulheres. Entre eles: **Josefina García Pedroviejo**, que deixou a Ashurst em fevereiro para entrar na Pérez-Llorca como a nova parceira financeira que liderará e será responsável pela prática de Serviços Financeiros; ou **Ruth Duque** que se mudou em

24% dos profissionais que mudaram de posição eram mulheres

ÁREAS DE PRÁTICA QUE EXPERIMENTAM A MAIORIA DAS MUDANÇAS



MOVIMENTOS DOS PARCEIROS 2022

NAME	SOBRENOME	DE	PARA
Sergio	Agüera	Pérez-Llorca	Cuatrecasas
Sebastian	Albella •	Latham e Watkins	Linklaters
Francisco	Aldavero	Araoz e Rueda	Maçons Pinsent
Ildefonso	Alier	Rei Wood Mallesons	Clifford Chance
João Inácio	Alonso Dregi	Tcheco Mágan	Andersen
Presidente	Amils Arnal	Clifford Chance	Pérez-Llorca
Ignacio	Aragão	Cremades & Calvo-Sotelo	DWF-RCD
Oscar	Arredondo	Cremades & Calvo-Sotelo	Andersen
Ismael	Aznar •	Ministério da Transição Ecológica e o Desafio Demográfico	PwC
Antonio	Bañón	Deloitte Legal	Escudero Patton Boggs
Maria	Bartle Agostinho	Martinez-Sanz Advogados	Kepler-Karst
Eliana	Bejarano	Governo colombiano	Cremades & Calvo-Sotelo
Frederick	Belausteguigoitia	DWF-RCD	Andersen
Roberto	Benito	Holly & Rubio	Grant Thornton
Juan Antônio	Garrafa	Garrigues	Devesa & Calvo
William	Poço	Araoz e Rueda	Chevez Ruiz Zamarripa
José Maria	Buxeda	Prótons	Toda & Nel-lo
Fernando	Calancha	PwC	Hogan Lovells
Manuel	Calávia	ETL Global	Crowe Legal
Natalia	Callego Pla	Gómez Acebo e Pombo	Nivel superior
Juan	Calvente	Clifford Chance	Simmons & Simmons
Marc	Raça	PwC	Sagardoy
Borja	Carvajal	KPMG Abogados	Gómez Acebo e Pombo
José Ramon	Casado	Padeiro e McKenzie	Ashurst
Luis	Cestas de Cesta	Pryconsa	Tornos Advogados
Anais	Cobo	Padeiro e McKenzie	Broseta
Jacobo	da Guarda	KPMG Abogados	Evergreen Legal
Francisco	por León Miranda	Ashurst	Simmons & Simmons
Isidro	del Moral	Pássaro & Pássaro	Freelance
Pablo	Doñate	Martinez-Echevarria Abogados	Andersen
Pablo	Dorronsoro •	Advogado do Estado	EY Advogados
Rute	Duque	DWF-RCD	Cuatrecasas
Sandra	Garcia	Auren	Écija
Elena	Garcia da Torre	PWC	Crowe Legal
Josefina	Garcia Pedroviejo	Ashurst	Pérez-Llorca
Pablo	Garrido	AddVante	ETL Global
Santiago	Garrido de las Heras	Hogan Lovells	Gómez Acebo e Pombo
Judith	Gené	Melero & Gené Advogados	Cuatrecasas
Orvalho	Gil Robles	Andersen	Casa da moeda Magán
Juan Carlos	Girauta	politico	Cremades & Calvo Sotelo
Daniel	Gomez	Andersen	Kepler-Karst
Eduardo	Gonzalez	Holly & Rubio	Grant Thornton
Enrique	Gonzalez	EY Advogados	Ejaso ETL Global
Manel	Hernandez	Sagardoy Advogados	Pérez-Llorca
Felipe Herrera	Ferreiro	N/A	Attolón
Vitor	Horcajuelo	Pássaro & Pássaro	Andersen
Javier	Lacleta	Martinez-Echevarria Advogados	Andersen
Francisco Javier	Lorient	setor público corporativo	Nivel superior
Miriam	Magdalena	Toda & Nel-lo	Intlaw

Gonzalo	Mairata	Procurador-Geral do Estado	Ramon y Cajal
Francisco	Málaga	Linklaters	Branco e Estojo
Carmen	Março	Broseta	Andersen
Anjo	Marquez	Molina Revuelta Sociedad de Advogados	Maio Legal
Susana	Martinez	Kennedys •	Clyde & Co
Germán	Martinez	Laffer Advogados	Andersen
Davi	Martínez Guardia	Abdon Pedrajas	Lawyou (em inglês)
Javier	Martinho-Merino	Verdegay Advogados	Andersen
Javier	Melero	Melero & Gené	Gonzalez Franco
Vitor	Mercedes	Padeiro McKenzie	Watson Farley e Williams
Isabel	Merenciano	EY	Cuatrecasas
José Luis	Migoya •	Iberdola	Laffer Advogados
Josh	Millan	Penningtons Manches Coope	Maçons Pinsent
Daniel	Parecia	Mediapro	Abdon Pedrajas Littler
Marta	Morales Crespo	Lener •	Andersen
Luis Carlos	Moya	Cisão	Deloitte Legal
Carmen	Mozún	KPMG Abogados	Andersen
Gorka •	Nava	Comissão Europeia	Escudero Patton Boggs
João Inácio	Elms	Tcheco Mágan	KPMG Abogados
Alejandro	Ortiz	Linklaters	Latham e Watkins
Antonio	Paredes	Cuatrecasas	Entrou
Jaime	Peiro	KPMG Abogados	Nivel superior
Thomas	Peña Grande	Procurador-Geral do Estado	
José Javier	Vara	Por Carlos Remón	GVA Gómez-Villares & Atencia
Thomas	Poveda Ortega	Mobergy •	Cremades & Calvo-Sotelo
Josh	Ramon Casado	Padeiro McKenzie	Ashurst
João José	Rios	Holly & Rubio	Grant Thornton
Patricia	Rosell •	Lener •	Casa da moeda Magán
Juan Carlos	Loiro	Holly & Rubio Advogados	Ejaso ETL Global
Ignacio	Ruiz Carrasco	Grant Thorton	AGM Abogados
Alicia	Sáez	Conselho Andaluz das Câmaras de Comércio Indústria e Navegação	Écija
Raphael	Sáez	CMS Albiñana e Suárez de Lezo	Lesayra •
Mario	Saez Bascuñana	Prótons	Ejaso ETL Global
Maria José	Sanchez	Forsesa Advogados	RocaJunyent
Miguel	Sanchez	Ramon y Cajal Advogados	Écija
Alex	Santacana	Roca Junyent	Casa da moeda Magán
Pablo	Santos	Andersen	EY Advogados
Carolina	Ver também	Cuatrecasas	Bayolos
Begoña	Segóvia	Cuatrecasas	Deloitte Legal
Paula	Certo	PwC	Crowe's Legal
Carlos	Serrano	Inspetor Tributário Estadual	Deloitte Legal
Estruturas	Soberón Campo	Linklaters	Branco e Estojo
Luis	Suárez de Centi Buján	Advogado do Estado	Frago & Suárez
Roberto	Tojo Thomas de Carranza	Ramon y Cajal Advogados	Prótons
Santiago	Torrente	Lener •	Casa da moeda Magán
Rafael	Vallet Vila	Lener •	Casa da moeda Magán
Inigo	Zumalabe	Deloitte Legal	Écija

LOS 3 CAMBIOS MÁS SIGNIFICATIVOS DE 2022



SEBASTIAN ALBELLÁ

Em setembro, a Linklaters anunciou a contratação de **Sebastián Albella** como sócio da equipe de M&A. Regressou àquilo que era a sua casa até 2016, altura em que foi nomeado presidente da Comissão Espanhola de Valores Mobiliários (CNMV). Ele retornará à empresa em meados de dezembro, quando não estará mais sujeito a quaisquer restrições decorrentes de seu tempo na CNMV. Durante o verão, Albella deixou a Latham & Watkins para abrir seu próprio escritório de advocacia ([eleé a notícia](#)), mas depois decidiu voltar para a Linklaters. Albella é um dos principais advogados corporativos na Espanha, presta consultoria em transações significativas de fusões e aquisições e assuntos corporativos. Ele tem mais de três décadas de experiência trabalhando em consultórios privados e no setor público.



ALEJANDRO ORTIZ

Em setembro, a Latham & Watkins nomeou **Alejandro Ortiz** como sócio nas práticas de M&A e private equity da empresa. Ortiz tem uma vasta experiência em questões transacionais complexas, em particular fusões e aquisições transfronteiriças, ofertas públicas de aquisição, joint ventures, alienações e refinanciamentos. É considerado um dos mais experientes advogados espanhóis no campo das fusões e aquisições. Possui mais de vinte anos de experiência na assessoria em grandes transações nos setores mais estratégicos e colabora frequentemente com conselhos de administração e empresas em questões regulatórias e de governança corporativa. Ele se juntou ao escritório de advocacia de Linklaters ([aqui a notícia](#)).



ISIDRO DEL MORAL

Em julho, o sócio-gerente da Bird & Bird, **Isidro del Moral**, deixou a administração do escritório de advocacia para iniciar um novo projeto a partir de setembro. Foi também chefe do departamento de Imobiliário e assessorou em assuntos como imóveis comerciais e corporativos, em aquisições de qualquer tipo de imóvel, sobretudo edifícios de escritórios e hotéis. Assessorou também na implementação de transações do mercado imobiliário espanhol, incluindo a aquisição de edifícios únicos, edifícios de escritórios de alto perfil, centros comerciais, carteiras imobiliárias e várias operações de venda e arrendamento. A hotelaria é uma especialidade particular. Ele tem mais de 30 anos de experiência e tem uma profunda experiência no setor de distribuição, por ter trabalhado como consultor interno para a empresa espanhola de alimentos e bebidas Diego Zamora ([aqui a notícia](#)).

outubro da DWF-RCD para Cuatrecasas como sócia na área de serviços financeiros e seguros ([aqui as notícias](#)); ou **Marta Morales** juntando-se à Andersen como sócio corporativo e de fusões e aquisições no escritório de Sevilha da Lener ([aqui a notícia](#)) em novembro passado. Quanto à área de atividades, entre as áreas de atuação mais "movimentadas", destaca-se Corporativo/M&A/Comercial com 23% dos

movimentos. Como os de **Alejandro Ortiz** de Linklaters para Latham & Watkins e **Sebastián Albella** de Latham & Watkins para Linklaters (ver caixa dedicada). Trabalho e Emprego segue com 15% das mudanças, entre as quais as de **Àlex Santacana** saindo de Roca Junyent para Ceca Magán em março ([aqui a notícia](#)) e de **Anaïs Cobo** se juntando a Broseta da Baker

& McKenzie em junho ([aqui a notícia](#)). Depois temos: Contencioso e Arbitragem com 11% dos movimentos dos sócios, como a contratação pela White & Case de **Francisco Málaga** da Linklaters em maio ([aqui a notícia](#)), e Watson Farley & Williams de **Víctor Mercedes** da Baker McKenzie em junho ([aqui a notícia](#)); Público e Regulatório com 10%, onde podemos citar a contratação de **Antonio Bañón** como chefe do departamento de Direito Público da Squire Patton Boggs em março ([aqui a notícia](#)) ou de Santiago Garrido de las Heras em Gómez-Acebo & Pombo, que era o sócio responsável pela área Pública e Regulatória ([aqui a notícia](#)); Imposto com 8%, como o movimento de **Elena García** de la Torre da PWC para a Crowe Legal ([aqui a notícia](#)) e **Jacobo de la Guardia** da KPMG para o escritório de advocacia boutique Evergreen Legal ([aqui a notícia](#)); Imobiliário e Bancário

23% dos movimentos foram em Societário / M&A / Comercial

e Financeiro com 6% cada; Propriedade Intelectual e Tecnologia com 5%; Crime de Colarinho Branco com 4%; Reestruturação e Insolvência com 3% e outros (7%). Olhando mais de perto para os escritórios de advocacia, a marca com o maior número de contratações laterais este ano é a Andersen, que integrou nada menos que 12 sócios (estes são **Juan Ignacio Alonso Dregi, Óscar Arredondo, Federico Belausteguigoitia, Antonio Cañadas, Pablo Doñate, Víctor Horcajuelo, Javier Lacleta, Carmen March, Germán Martínez, Javier Martín-Merino, Marta Morales Crespo e Carmen Mozún**). Segue Ceca Magán com cinco novos sócios entrando no escritório de advocacia (**Rocío Gil Robles, Patricia Rosell, Àlex Santacana, Santiago Torent e Rafael Vallet Vila**), Ecija e Cuatrecasas com 4 novos sócios cada. Perdendo o maior número de parceiros foram PwC, Lener e KPMG Abogados que perderam 4 parceiros cada..

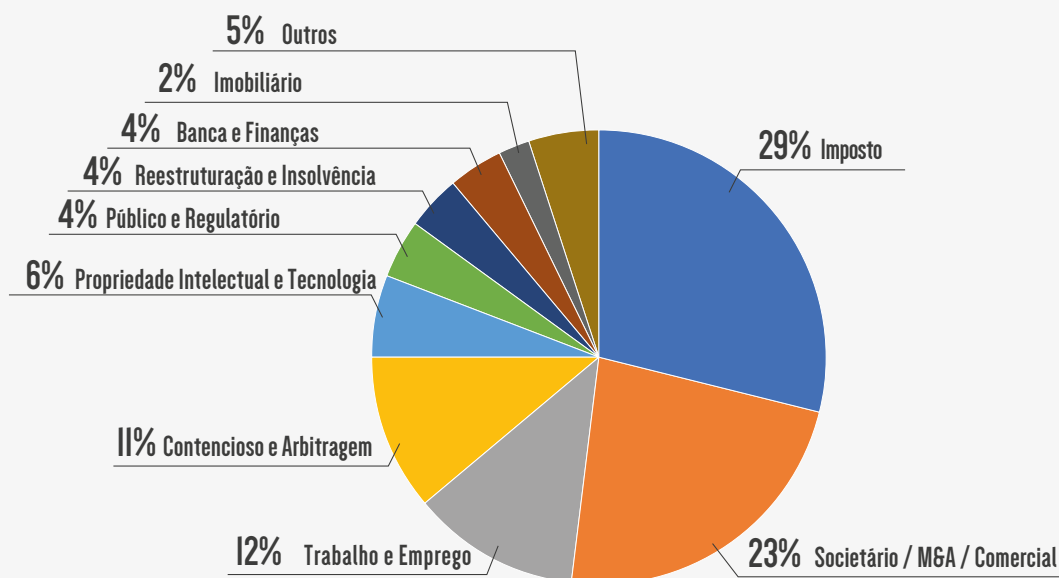
NOMEAÇÕES PARA FUNÇÕES EXECUTIVAS

NOME	SOBRENOME	ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
Imaculado	Castellón •	Maçons Pinsent
Veronica	Ceron	Garrido Advogados
Nicolau	de Gaviria	Deloitte Legal
Paz	da Igreja	DLA Piper
Inigo	Erláiz	Gómez Acebo e Pombo
Paulino	Fajardo	Herbert Smith Freehills
Rafael	Fonte	Cuatrecasas
Carla	Frangoni •	Garrigues
Fernando	Gutierrez	Maçons Pinsent
Jacobo	Martinez	Eversheds Sutherland
Eduardo	Peñacoba	Simmons & Simmons
Jesus	Remon •	Uria Menéndez
Salvador	Sánchez-Teran	Uria Menéndez

COMPROMISSOS

Ainda de acordo com os dados recolhidos pela redação da Iberian Lawyer, houve 83 nomeações para parceria em 2022. Promoções que envolveram mulheres em 33% dos casos. Entre eles, por exemplo, **Beatriz Cuevas** em Garrigues ([aqui a notícia](#)), **Elisabet Calzada**

ÁREAS DE PRÁTICA QUE EXPERIMENTAM A MAIORIA DAS NOMEAÇÕES



NOMEAÇÕES PARA PARCERIA 2022

NOME	SOBRENOME	ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
Bernad •	Afonso	DWF-RCD
Silvia	Andrew	Garrigues
Irene	Arevalo	Gómez Acebo e Pombo
Esteban	Arza •	Linklaters
Jara Alejandra	Atienza Jiménez	Garrigues
Jon	Aurrekoetxea	Hogan Lovells
Celia	Bartholomew	BDO
Celia	Bertomeu	BDO
Alejandro	Bonitch Pearcy	Cuatrecasas
Patricio	Byrne	B. Cremades e Associados
Gabriel	Cabelo	Linklaters
Javier	Caminho	DWF-RCD
Elizabeth	Calzada Oliveras	Cuatrecasas
Antonio	Canais	Dia de Jones
Lorena	Castells Félix	Garrigues
Ignacio	Cerrato	CMS Albiñana e Suárezde Lezo
Nicolau	Clark Barragan	Garrigues
Cristina	Coca Fraile	Cuatrecasas
Cosme	Apicultor	Pérez-Llorca
Xavier	Virgula	BDO
Beatriz	Cavernas	Garrigues
Carla	Daniels Vicente	Garrigues
Maria Teresa	Deltell Ulecia	Garrigues
Cristina	Díaz-Malnero	DWF-RCD
Mariana	Díaz-Moro	Gómez Acebo e Pombo
Pablo	Dez	Garrigues
Eva	Díez-Ordás Berciano	Garrigues
Bruno	Dominguez	Padeiro McKenzie
Pablo	Espolita Suárez	Cuatrecasas
Victoria	Esteban del Palacio	Garrigues
Javier	Éster	Watson Farley e Williams
Xavier	Fábregas	DWF-RCD
Eugene	Fernández-Rico	Clifford Chance
Pedro	Ferreras	CMS Albiñana e Suárezde Lezo
Candida	Ferris Villanueva	Garrigues
Vidal	Galindo •	Dia de Jones
Elena	Garcia	BDO
Francisco	Garcia	DWF-RCD
José Vicente	Garcia Sanjuan	Garrigues
Ricardo	Garcia-Borregon	Ashurst
Alejandro	Gil Murillo	MAIO Legal

Jon	Goirigolzarri	Garrigues
Ramon Javier	Gola Gómez	Garrigues
Ignacio	Gonzalez	Abdon Pedrajas Littler
Lucia	Gonzalez Fernández	Nivel superior
Francisco	González Fernández-Mellado	PwC
Nasif	Hamed	Pérez-Llorca
César	Herreras •	Garrigues
Clara de ovo	Ferreiros	Garrigues
Alejandro	Pomares	Garrigues
Jesus	Ibanez	Gómez Acebo e Pombo
Sergio	Lavadora Noguera	PwC
Miguel	Lobon Garcia	Lener Conselheiros
Itxaso	Lopez	Prótons
José Maria	Lopez Useros	Cremades e Associados
Davi	Moldura	PwC
Ivan	Martinho-Barbon	Dia de Jones
Pablo	Medina	Linklaters
José Maria	Mesa	Mariscal Advogados
Alejandro	Mico	Garrigues
Irene	Parecia	CMS Albiñana e Suárezde Lezo
Daniel	Muñoz Almazán	Garrigues
Antonio	Muñoz Vico	Garrigues
Franco	Gatinha Loayza	Garrigues
Francisco Javier	Navarro Arias	Garrigues
Alberto	Ouro	DWF-RCD
Marcelino	Palheiros	Marimón Abogados
Miriam	Perez-Schafer	Campos de Frescos
Jorge	Perujo Fariña	Nivel superior
Andy	Ramos	Pérez-Llorca
Davi	Riopérez	Gómez Acebo e Pombo
Antonio	Roussillon	DWF-RCD
José Anjo	Rueda Garcia	Cuatrecasas
José Carlos	Ruiz Cabanes	Garrigues
Xavier	Ruiz de Loizaga	Garrigues
Patricia	Relámpago	Elzaburu
Ignacio Eloy	Sánchez Lopez	Garrigues
Elena	Santias	Santiago Mediano Advogados
Daniel	Adesivos	Crowe Legal
Irene	Terraços	Mariscal & Advogados
Cristian	Valcárcel	DWF-RCD
Luis	Vegas	Evergreen Legal
Teresa	Villarroya	Eversheds Sutherland

Oliveras em Cuatrecasas (aqui a notícia) e **Irene Arévalo** em Gómez Acebo & Pombo (aqui a notícia). A área de atividade com maior crescimento é Fiscal (29%), onde houve, por exemplo, as nomeações de **Ricardo García-Borregón** em Ashurst (aqui a notícia) e **Daniel**

Tarroja em Crowe Legal (aqui a notícia). Segue Corporate / M&A / Comercial (23%), onde podemos citar por exemplo **Nasif Hamed** em Pérez-Llorca (aqui a notícia) e **Irene Miró** em CMS Albiñana & Suárez de Lezo (aqui a notícia). Depois temos: Trabalho e Emprego (12%),

Contencioso e Arbitragem (11%), Propriedade Intelectual e Tecnologia (6%); Público e Regulatório, Reestruturação & Insolvência e Banca & Finanças (com 4% cada); Imobiliário (2%) e outros (5%). A sociedade de advogados que tem promovido o maior número de sócios é a Garrigues com 25 novas pessoas, seguida da DWF-RCD com 8 novos sócios.

Além disso, houve 13 nomeações para cargos executivos dentro do escritório de advocacia e relacionadas a funções nacionais ou internacionais atribuídas a sócios. Estes incluem, por exemplo, as nomeações como presidente executivo ou presidente (**Rafael**

33% das nomeações envolveram mulheres

Fontana de Cuatrecasas – [aqui a notícia](#); e **Jesús Remón** da Uría Menéndez – [aqui a notícia](#); como sócio-gerente do escritório de advocacia (**Inmaculada Castelló** e **Fernando Gutiérrez**, Maçons Pinsent – aqui a notícia, **Nicolás de Gaviria**, Deloitte Legal – aqui a notícia, **Íñigo Erláiz**, Gómez Acebo & Pombo – [aqui a notícia](#); **Eduardo Peñacoba**, Simmons & Simmons – [aqui as notícias](#) e **Salvador Sánchez-Terán**,

LOS 3 NOMBRAMIENTOS MÁS IMPORTANTES DE 2022



INMACULADA CASTELLÓ E FERNANDO GUTIÉRREZ

A Pinsent Masons nomeou **Inmaculada Castelló** e **Fernando Gutiérrez** como sócios-gerentes para liderar o escritório de Madrid a partir de 1º de setembro de 2022. Ambos são sócios fundadores da Pinsent Masons Espanha, tendo aderido quando o escritório abriu para negócios em 2017. Castelló é sócio da equipe Comercial. Fernando Gutiérrez é diretor da prática de Contencioso e Arbitragem em Madrid. Atualmente é Procurador do Estado em licença. Ambos os advogados assumirão o lugar de Diego Lozano, que está deixando o cargo após cinco anos à frente do escritório na Espanha e continuará como sócio da equipe Mercantil ([aqui a notícia](#)).



NICOLÁS DE GAVIRIA

Em junho, **Nicolás de Gaviria** tornou-se o novo sócio-gerente da Deloitte Legal. De Gaviria ingressou no escritório em 1997 e tornou-se sócio em 2011. Trabalhou em processos de reestruturação a nível internacional com clientes principalmente no setor do turismo, hotelaria e serviços. Esta tem sido a sua principal área de especialização, onde tem anos de experiência a trabalhar com grandes grupos empresariais nacionais e internacionais. Ao lado dele, María Guinot, Willy de Molina e José María Gómez Rosende também foram nomeados como novos sócios responsáveis pelas áreas jurídica, tributária e comercial, respectivamente ([aqui a notícia](#)).



ÍÑIGO ERLÁIZ

Em janeiro, a Gómez-Acebo & Pombo nomeou **Íñigo Erláiz** como novo sócio-gerente da empresa. Erláiz substituiu Carlos Rueda, que se tornará presidente do conselho de administração da empresa. Erláiz ingressou GA_P em 1999, onde desenvolveu toda a sua carreira profissional e onde é sócio desde 2010. Lidera a área corporativa desde 2016, período em que a prática tem experimentado um crescimento notável. É especialista em M&A, tendo assessorado regularmente em fusões e aquisições e transações de private equity. Erláiz é membro do conselho de administração do escritório há oito anos ([aqui a notícia](#)).

INTEGRAÇÕES DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

Aos movimentos mencionados no artigo devemos acrescentar também aqueles que resultaram da integração ou fusão de escritórios de advocacia, que claramente envolveram a transferência de profissionais de um escritório para outro.

A *Iberian Lawyer* contabilizou 13 fusões em 2022. Você pode encontrá-los aqui abaixo

BDO Abogados - AME

A BDO Abogados integrou a Alemany & Muñoz de la Espada (AME) para reforçar a sua equipa de insolvência em Madrid, os sócios da AME **Dolores Alemany** e **Rafael Muñoz de la Espada** juntaram-se à BDO Abogados juntamente com uma equipa de nove profissionais especializados em reestruturação e insolvência, societário e M&A e direito do trabalho ([aqui as notícias](#)).

Martínez-Echevarría - San Simón & Duch

Martínez-Echevarría Abogados assinou um acordo de integração com San Simón & Duch, escritório de advocacia especializado em direito marítimo, de transportes e seguros, estabelecido em 2001 pelos sócios fundadores **Luis de San Simón** e **Mercedes Duch** ([aqui a notícia](#)).

ETL Global - Estivill

Estivill Assesors, o escritório de advocacia fundado em 1934, que está integrado na ETL Global é composto por 60 profissionais. A ETL Global acrescenta e continua o seu objetivo de crescimento e acaba de fechar a integração de um novo escritório, desta vez na Catalunha ([aqui a notícia](#)).

Ontier - DG DIREITO

A Ontier integrou a DG LAW e nomeou o seu fundador, **Daniel Gutiérrez Bernardo**, na área da inovação e da economia digital. Por meio dessa incorporação, o escritório busca fortalecer sua posição em setores tecnológicos, como inteligência artificial, blockchain, realidade virtual e metaverso ([aqui as novidades](#)).

Ejaso - Acuerdo

A Acuerdo Servicios Jurídicos fundiu-se e integrou-se com a Ejaso ETL Global, após mais de sete anos de colaboração. Os 27 advogados da boutique Acuerdo juntaram-se à equipa da Ejaso ([aqui a notícia](#)).

RSM Espanha - Letslaw

A boutique de negócios digitais Letslaw, fundada e gerida por **José María Baños** há 10 anos, integrou-se à RSM Espanha. A equipa da Letslaw é formada por 17 profissionais especializados em negócios digitais, proteção de dados, propriedade intelectual e industrial, privacidade, e-commerce e fintech ([aqui as novidades](#)).

Oleart Abogados - Sánchez & Vidal-Abarca

A Oleart Abogados fundiu-se com a Sánchez & Vidal-Abarca. Oleart Abogados foi fundada por Javier Pérez e Ricardo Oleart em 2010. Desde a fusão, a equipa cresceu para mais de 20 profissionais, incluindo o ex-presidente do Tribunal Constitucional, Francisco Pérez de los Cobos ([aqui a notícia](#)).

Vento - Sánchez-Iniesta Abogados

A Vento Abogados & Asesores reforçou a sua sede em Madrid, inaugurada no início do ano, com a integração da Sánchez-Iniesta Abogados, uma sociedade de advogados do setor bancário e financeiro. A equipa Sánchez-Iniesta Abogados, liderada por Juan Manuel Sánchez Iniesta e Borja Sánchez Robledo, faz agora parte da estrutura organizacional da Vento.

Bellavista - Morison ACPM

O escritório catalão de advogados e economistas, Bellavista, juntou-se à Morison ACPM. A empresa resultante tem escritórios em Barcelona, Madrid, Valência e Girona. A equipa terá mais de 250 profissionais e espera atingir um volume de negócios de 20 milhões de euros até ao final de 2022 ([aqui a notícia](#)).

Selier Abogados - Hispajuris

Selier Abogados integrou-se na Hispajuris. Com esta nova incorporação, a Hispajuris adicionou uma equipa de mais de 35 profissionais ao projeto. A Hispajuris conta agora com 33 escritórios distribuídos por toda a Espanha e mais de 600 profissionais ([aqui a notícia](#)).

Morison ACPM - Fenoy e Llargues

A Morison ACPM integrou a empresa de serviços profissionais Fenoy and Llargues, com sede em Terrassa (Barcelona), reforçando assim a sua estratégia de crescimento. Até o final de 2021, incorporou a empresa madrilenha Vergara Dauden e Gómez Espinosa de los Monteros ([aqui a notícia](#)).

Cuena & Gómez Aguilera - Espuela Asesores

A Cuena & Gómez Aguilera Abogados integrou na sua estrutura a sociedade Espuela Asesores, uma sociedade com mais de 40 anos de experiência nas áreas do Direito Contábil, Fiscal e do Trabalho. Com a incorporação Cuena & Gómez Aguilera conta com 17 profissionais ([aqui a notícia](#)).

Zurbarán - [A]Code Abogados

Zurbarán chegou a um acordo para se fundir com a [A]CODE Abogados para fortalecer o mercado de private equity, a área de prática de planeamento urbano ([aqui a notícia](#)).

Uría Menéndez – aqui a notícia) ou como de deputada de uma sede estrangeira (**Carla Frangoni**, chefe do escritório das Guarrigues em Nova York – [aqui a notícia](#)); ou chefe de departamentos ou equipas a nível internacional ou nacional (**Verónica Cerón**, como chefe do departamento do Trabalho de Garrido Abogados – [aqui a notícia](#); **Paz de la Iglesia** como nova sócia responsável pelo Trabalho e Emprego na DLA Piper – [aqui a notícia](#); **Paulino Fajardo** como novo Diretor Regional de Contencioso e Arbitragem – aqui a notícia; e **Jacobo Martínez** como novo membro do Comitê Executivo Global da Eversheds Sutherland – [aqui a notícia](#)). 📧

MUDANÇAS INTERNAS

Quanto às mudanças internas. O Iberian Lawyer registou os que se seguiram.

NOME	SOBRENOME	PAPEL	DE	PARA
Carlota	Catalão	<i>Chefe de Contencioso</i>	González Franco Abogados	Iberdola
Sérgio	Bacia	<i>Assessoria Jurídica</i>	Novicap	Cofidis
Jaime	del Gallego Vida	<i>Conselheiro Geral</i>	I+D Energías	Grupo «Ecologização»
Vitor	Gamazo Martins	<i>Chefe de Jurídico</i>	Caixa Bank	JB Mercado de Capitais
Aurora	Juanas	<i>Assessoria Jurídica</i>	DAC Beachcroft	Grupo Cosentino
Pedro	Gaspar Marcas	<i>Assessoria Jurídica</i>	Accor	Processador Salesforce
Vitor	Mella Lopez	<i>Consultor Jurídico Espanha & Portugal</i>	Hogan Lovells	TikTok
Jorge	Monclús Ruiz	<i>Diretor jurídico e de compliance</i>	Cuatrecasas	Rakuten TV
Ana	Montanhas	<i>Diretor Jurídico</i>	Pressa	Alantra
Davi	Suárez Pelaz	<i>Consultor Jurídico Sênior</i>	Linklaters	Repsol
Carolina	Tardin	<i>Chefe de Jurídico</i>	ORPEA Ibérica	DomisVi



Expert Opinion

Podcast IBL 

The appointment where the most important law professionals will discuss the latest legal trends, tips and tools in the Iberian context

**YOUR SPACE,
YOUR VOICE.**

Expert Opinion



YOUR SPACE, YOUR ARTICLE.

For information:
info@iberianlegalgroup.com



MAG

**THE LATIN
AMERICAN
LAWYER**



NUMERO	23 enero	
29	2023	ESP

Impacto social

Heka Law Firm apuesta
por el intraemprendimiento social

Entrevista

Oscar Benavides, vicepresidente
de la Cámara de Comercio Canadá-Perú

Compliance

Resumen de la 4ta edición del Summit
de Transparencia de la WCA

FUERZA DE ALTOS DIRECTIVOS: MOVIMIENTOS DE SOCIOS 2022

Todos los movimientos de socios registrados por The Latin American Lawyer en 2022,
incluyendo 40 fichajes y 66 nombramientos

Editorial

EN GUARDIA

Por Giselle Estrada Ramírez

La unión latinoamericana ha estado presente con más fuerza durante estos últimos meses, ya sea que se deba a los nervios previos a nominaciones de premiaciones de renombre, al orgullo del triunfo de Argentina en la copa del mundo, o a momentos de *cultura pop* como canciones de cantantes colombianas, nos encontramos en un periodo de mucha reciprocidad entre las naciones, vínculo que necesitaremos como apoyo para afrontar el siguiente año.

Si bien logramos superar los estragos de la pandemia y meses de incertidumbre política, tal parece que nos espera una temporada de adversidad, de acuerdo a las proyecciones de organizaciones mundiales. Por un lado, la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE), prevé que el Producto Interno Bruto (PIB) disminuya de un 3,1% hasta un 2,7% a nivel global, mientras que México, Argentina, Colombia y Chile igual esperan pocos resultados.

De manera similar, la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) pronostica que durante este año se profundizará la desaceleración del crecimiento económico. Asimismo, en

intonía con los organismos mencionados anteriormente, el Fondo Monetario Internacional está a la expectativa de que el crecimiento mundial se frene al menos al 2,7%.

Afrontamos un complicado panorama financiero, sin embargo, tal como se preparan los grandes atletas frente a un duelo, no queda más que posicionarse “en guardia”, de manera que estemos preparados ante cualquier estímulo, manteniendo el respaldo entre naciones ante el que recibimos el 2023.

Tomando en cuenta lo anterior, en esta edición celebramos los logros e iniciativas que mantienen la esperanza a flote. Uno de ellos es el arranque del proyecto “Pongamos de moda el intraemprendimiento social”, propuesta por Heka Law Firm, a través del cual, por medio del storytelling, confían en inspirar a las empresas a tomar acción en pro de la comunidad. Con apoyo de los asociados líderes, describimos el proyecto que está tomando las riendas en el Ecuador.

También en Ecuador, gracias a esfuerzos de la World Compliance Association (WCA), presentamos un resumen de lo que se vivió durante las tres jornadas del Summit de Transparencia “Importancia del Compliance y Lucha contra la Corrupción”, evento que tomó lugar en Quito entre el 15 y el 17 de noviembre. Por lo demás, también de la mano de la WCA seguimos aprendiendo del uso del cumplimiento, en esta ocasión, con el respaldo del capítulo Perú.

Otras de las acciones que mantienen a la región con la cabeza en alto son las de las empresas, las cuales han visto por su crecimiento en distintas operaciones de Derecho Corporativo, recopiladas en nuestra sección On The Web.

Ponemos en relieve la importante relación entre Canadá y Perú, resaltando la reincorporación de Oscar Benavides a la Cámara de Comercio Canadá-Perú (CCCP) en su segundo periodo como vicepresidente, quien nos compartió sobre los objetivos que tiene la institución, muy enfocados en la educación de las próximas generaciones.

Como en todos nuestros números, presentamos los fichajes más destacados de los últimos meses en nuestra sección On The Move. Además, siguiendo la línea de los nombramientos, recopilamos todos los movimientos registrados por The Latin American Lawyer a través del sitio web que se suscitaron a lo largo del 2022. En el artículo en portada, desglosamos los 40 fichajes y 66 nombramientos que observamos, además de fusiones de firmas y otro tipo de designaciones.

Del mismo modo, de parte de la revista ibérica del grupo, Iberian Lawyer, entregamos los traslados y nombramientos a socios de España, publicados hasta noviembre en el website oficial. 

On the move

MÉXICO

Chevez promueve a 7 nuevos socios

Chevez Ruiz Zamarripa ha anunciado la promoción de siete nuevos socios, con efectos a partir del 1 de enero de 2023: **Aline Espinosa** y **Anthar González** en el área Fiscal, **Marco Antonio de la Fuente** en la práctica Patrimonial, **Diego Marván** en las áreas de prevención y lavado de dinero así como Litigios, y **Gloria Niembro** de Propiedad Intelectual en la oficina de Ciudad de México; **Miguel Ángel Cantú** en el área Laboral de la oficina de Monterrey; y **Juan Soto** en el área Laboral en las oficinas de Ciudad de México y Querétaro.

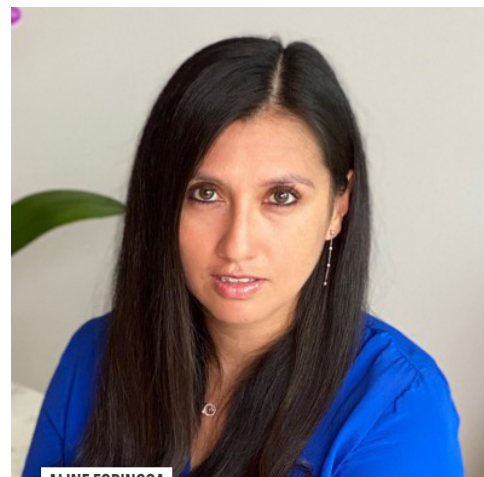
Aline Espinosa se unió a la firma en 2005. Cuenta con 17 años de experiencia en el área Fiscal asesorando principalmente a personas morales con operaciones en México y en el extranjero, específicamente en proyectos de reestructuras corporativas, M&A y colocaciones de instrumentos de deuda y capital. Es licenciada en Contaduría Pública por la Universidad La Salle y cuenta con una Maestría en Derecho Fiscal por la Universidad Panamericana.

Anthar González se incorporó a la firma en 2008 y desde 2022 funge como director en el área de Consultoría Fiscal. Es Licenciado en Contaduría Pública y Estrategia Financiera, por el Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM), obtuvo una Maestría en Derecho Fiscal por la Universidad Panamericana y un Diplomado en Asesoría Corporativa en el ITAM.

Marco Antonio de la Fuente ha sido parte de la firma desde 2009, donde ha enfocado su práctica en el ámbito Fiscal y en la parte patrimonial a personas físicas y a *family offices*. Es licenciado en Contaduría Pública y Finanzas, por parte del Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM).

Diego Marván entró a la firma en 2002. Su práctica se centra en el área de Litigio Fiscal y se ha especializado en prevención de lavado de dinero, anticorrupción y cumplimiento e integridad empresarial. Es abogado por la Universidad Iberoamericana, y maestro en Derecho Fiscal por la Universidad Panamericana, además curso la maestría en Políticas Iberoamericanas Anticorrupción en la Universidad de Salamanca.

Gloria Niembro se incorporó al despacho como directora en el área de Propiedad Intelectual en 2020. Cuenta con más de diez años de experiencia en Derecho de Propiedad Intelectual, incluyendo medidas preventivas de



ALINE ESPINOSA



ANTHAR GONZÁLEZ



MARCO ANTONIO DE LA FUENTE

protección, así como coordinación de negociaciones y procedimientos. Previo a su incorporación fue asociada en las firmas Basham Ringe y Correa, y Ladas & Parry (Nueva York). Es abogada por parte del ITAM y obtuvo un LL.M. en Propiedad Intelectual por la Benjamin N. Cardozo School of Law.

Miguel Ángel Cantú es parte de la firma desde 2020. Su principal enfoque es en el área Laboral y de Seguridad Social, incluyendo asesoría en aspectos de relaciones individuales y colectivas de trabajo. Previamente se desempeñó como asociado laboral en Santamarina y Steta. Es abogado por la Universidad de Monterrey (UDEM), obtuvo una maestría en Derecho Laboral en la Universidad Regiomontana y en la Escuela Libre de Derecho.

Juan Soto se unió a la firma en 2021. Centra su práctica en Derecho Laboral Corporativo, incluyendo litigio individual y colectivo del trabajo. Anteriormente se desempeñó como asociado en Natividad Abogados, como asociado sénior en Santamarina y Steta y en Gonzalez Calvillo, así como socio en Arias Lazo y Soto Arias. Es licenciado en Derecho y Bachelor of Arts in Legal Studies por la Universidad de las Américas, con estudios de postgrado en la Universidad Nacional Autónoma de México y en la Escuela Libre de Derecho.

Con estos nombramientos, la firma suma un total de 63 socios en sus 6 diferentes sedes (Ciudad de México, Monterrey, Querétaro, Nueva York, Houston y Madrid).



GLORIA NIEMBRO



JUAN SOTO

CHILE

Carey se fortalece con el nombramiento de 4 nuevos socios

Carey ha anunciado el nombramiento de 4 nuevos socios para fortalecer sus áreas de Litigios y Medio Ambiente, con la incorporación de **Mónica Pérez, Roberto Villaseca, Julio Recordon, y Manuel José Barros.**

Mónica Pérez forma parte de los grupos de Litigios, Arbitrajes, Insolvencia, Quiebras y Reestructuraciones y de Derecho del Consumo y Publicidad. Es abogada de la Universidad Católica, de donde se graduó con máxima distinción, y tiene un LL.M. de la Universidad de California, Berkeley. Está admitida para ejercer, tanto en Chile, como en Alabama, Estados Unidos. Con más de 13 años de experiencia, su práctica se centra en litigios civiles y comerciales, arbitrajes domésticos e internacionales, en diversas materias, incluyendo responsabilidad civil contractual y extracontractual, Derecho Societario, acciones de clase de protección al consumidor, competencia desleal, contratos de distribución,



MÓNICA PÉREZ



ROBERTO VILLASECA



JULIO RECORDON



MANUEL JOSÉ BARROS

garantías y medioambiente, entre otros. Es profesora del departamento de Derecho Privado de la Universidad de Chile, donde imparte clases de Derecho Civil y en el Diplomado de Postítulo en Derecho del Consumo. En 2017, trabajó como asociada extranjera del grupo de Litigios y Arbitrajes del estudio español Pérez-Llorca en Madrid.

Roberto Villaseca es parte de los grupos de Litigios, Arbitrajes, Insolvencia, Quiebras y Reestructuraciones. Es abogado de la Universidad Católica y tiene un LL.M. de la Universidad de Columbia, de donde se graduó con honores. Está admitido para ejercer, tanto en Chile, como en el estado de Nueva York. Con 14 años de experiencia, su práctica se centra en litigios civiles y comerciales, y resolución alternativa de disputas, ambos ante tribunales ordinarios y arbitrales, insolvencia y quiebras y disputas de comercio internacional. Es profesor de Derecho Civil de la Universidad Católica desde el año 2016. Es miembro fundador de la Turnaround Management Association en Chile (TMA), una prestigiosa asociación mundial de insolvencia. Entre los años 2015 y 2016 trabajó como asociado internacional en la firma Simpson Thacher & Bartlett en Nueva York.

Julio Recordon forma parte de la práctica ambiental. Es abogado de la Universidad Católica de Valparaíso y tiene un Diplomado en Derecho Administrativo de la misma universidad. Su práctica se centra en Derecho Ambiental, incluyendo asesorías en el Sistema de Evaluación de Impacto Ambiental, auditorías, gestión de residuos, permisos sectoriales y procedimientos y litigios administrativos y judiciales vinculados a toda clase de actividades y proyectos. Es autor del libro “Régimen Jurídico de los Permisos Ambientales Sectoriales”, publicado por Ediciones Jurídicas de Santiago, y profesor del Diplomado en Derecho de la Construcción de la Universidad de Los Andes. Fue asesor del Gabinete en la Contraloría General de la República entre los años 2016 y 2017 y abogado de la División Jurídica del Ministerio del Medio Ambiente entre los años 2010 y 2014.

Manuel José Barros forma parte de la práctica Ambiental. Su trabajo se focaliza en Derecho Ambiental e incluye asesorías en el Sistema de Evaluación de Impacto Ambiental, auditorías, procedimientos administrativos y juicios. Además, asesora a clientes, especialmente desde la perspectiva ambiental, incluyendo la generación de estrategias ambientales para la implementación y desarrollo de toda clase de proyectos, y también en aspectos regulatorios relacionados a recursos naturales. Es abogado de la Universidad Católica, tiene un diplomado en Derecho Administrativo en la Universidad Católica de Valparaíso y un Máster en Política y Regulación Ambiental de The London School of Economics and Political Science. Es miembro del Comité Consultivo Público Conjunto para la Cooperación Ambiental entre Chile y Canadá, y profesor de Derecho Ambiental del Diplomado en Derecho Ambiental y Sustentabilidad de la Universidad Católica y del magíster en Recursos Naturales y Medio Ambiente de la Universidad Finis Terrae. Entre 2015 y 2016 fue asociado extranjero en el estudio Eversheds en Londres.

Con estos nuevos nombramientos Carey ahora cuenta con más de 270 profesionales en su área legal y 44 socios.

PERÚ

PRCP promueve a cuatro nuevos socios

El despacho peruano Payet Rey Cauvi Pérez Abogados ha anunciado la promoción de **Vanessa Chávarry**, **Micaela Ortiz**, **David Kuroiwa** y **Mayra Bryce** como nuevos socios.

Vanessa Chávarry, del área Ambiental, se unió a PRCP en 2014. Egresada de la Pontificia Universidad Católica del Perú, cuenta con un MBA en INCAE Business School. Previo a su incorporación fue comisionada de la Adjuntía del Medio Ambiente, Servicios Públicos y Pueblos Indígenas de la Defensoría del Pueblo, y abogada especialista en temas ambientales en Roselló Abogados y en Grau Abogados. Tiene más de 15 años de experiencia en brindando asesorías en Derecho Ambiental, temas sociales y de responsabilidad social corporativa.

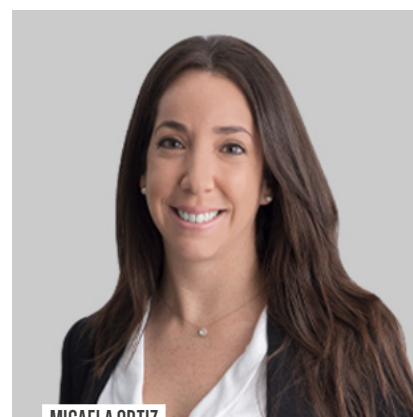
Micaela Ortiz es parte de la firma desde 2008, siendo parte del área de Litigios y Solución de Controversias. Abogada por la Pontificia Universidad Católica del Perú, cuenta con un LLM en la IE Business School. Anteriormente trabajó en el departamento de Arbitraje como asociada extranjera en la firma española Pérez-Llorca. Su práctica se centra en el Arbitraje, Derecho Procesal Civil, Derecho Procesal Constitucional y Derecho Procesal Administrativo.

David Kuroiwa se incorporó al despacho en 2007 al área de Competencia. Abogado Magna Cum Laude de la Pontificia Universidad Católica del Perú, también cuenta con un LLM de la Universidad de Chicago. Previamente se desempeñó como asociado extranjero en la firma española Uría Menéndez. Está especializado en Derecho de la Competencia, Propiedad Intelectual, protección de datos, Derecho Administrativo, derechos de autor, protección de los consumidores y Derecho Mercantil.

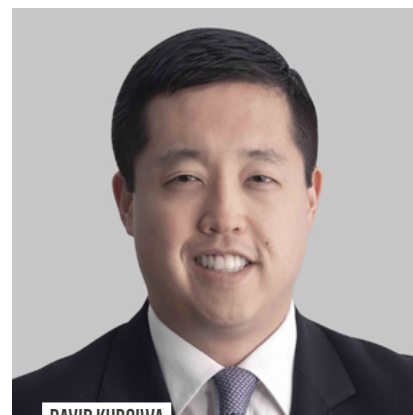
Mayra Bryce lleva más de 12 años en siendo parte de la firma en el área de Solución de Controversias. Es licenciada en Derecho por la Pontificia Universidad Católica del Perú, obtuvo un diplomado en Arbitraje Internacional e Inversiones de la Universidad del Pacífico y un LLM de la New York University. Se desempeñó como international visiting associate en la oficina de Nueva York de Skadden Arps Slate Meagher & Flom. Su práctica se centra en Derecho Internacional, Arbitraje, resolución de disputas civiles y comerciales, Derecho Procesal Civil y contratos.



VANESSA CHÁVARRY



MICAELA ORTIZ



DAVID KUROIWA



MAYRA BRYCE



OSCAR TRELLES

PERÚ

Cuatrecasas nombra socio director a Oscar Trelles en Lima

Cuatrecasas ha anunciado el nombramiento de **Oscar Trelles** como nuevo socio director de su oficina en Lima.

“Continuaremos trabajando cohesionadamente para la firma, como lo hemos hecho hasta ahora, con el soporte y profesionalismo de **Aldo Reggiardo**, a quien agradezco su liderazgo durante la primera etapa de nuestra oficina y su compromiso y lealtad para continuar aportando su experiencia en el crecimiento futuro de la oficina en Lima”, comentó el nuevo socio director.

Por su parte, Aldo Reggiardo, socio de Cuatrecasas, continuará su trabajo en la oficina de la firma en Lima liderando el área Financiera y de Proyectos e Infraestructura, asesorando en operaciones de financiación corporativa, estructuradas y de proyectos en los sectores energético, minero y de las infraestructuras.

Oscar Trelles es experto en el asesoramiento a empresas y fondos nacionales e internacionales en operaciones de Fusiones y Adquisiciones y Private Equity. Hasta ahora, lideraba el área de Fusiones y Adquisiciones en la región de Latinoamérica y coordinaba el área de Private Equity en la oficina de Lima. Es especialista en financiación de proyectos y financiaciones y ha participado en varias de las transacciones más relevantes y sofisticadas a nivel local e internacional, incluyendo múltiples jurisdicciones.

Licenciado en Derecho (suma cum laude) por la Pontificia Universidad Católica del Perú, Oscar tiene además una Maestría en Leyes por parte de la Escuela de Derecho de Harvard. Anteriormente se desempeñó en despachos internacionales como Curtis, Mallet – Prevost Colt & Mosle y Simpson Thacher & Bartlett.

Es miembro de los colegios de abogados de Nueva York y Lima, y catedrático de Fusiones y Adquisiciones y financiación de proyectos en el Máster en Derecho de la Pontificia Universidad Católica del Perú y en el Programa Internacional de Dirección Financiera de la Universidad de Piura.

PERÚ

RE&M añade a cuatro nuevos socios

La firma peruana Rodrigo Elías & Medrano ha añadido a cuatro nuevos socios con efecto a partir de 2023: **Lourdes Castillo Crisóstomo** del área Tributaria, **Carolina Noriega Ackermann** de Petróleo y Gas, **Diego Pachas** de Medio Ambiente y Derecho Minero, y **Piero Scarafone** de Recursos Naturales.

Lourdes Castillo se incorporó a la firma en 2011. Es especialista en Derecho Tributario con énfasis en consultoría, planeamiento y solución de controversias. Se graduó como abogada con mención honorable por la Universidad de Piura y tiene una Maestría en Tributación Internacional de la New York University School of Law.

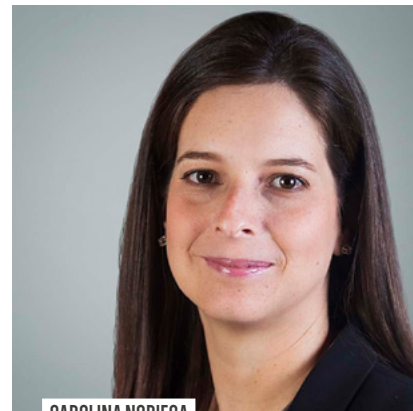
Carolina Noriega es especialista en petróleo y gas con énfasis en temas transaccionales. Es parte de Estudio Rodrigo desde 2016, y anteriormente se desempeñó como asociada en Estudio Muñiz. Es abogada por la Universidad de Lima y cuenta con una Maestría en Gestión de la Energía con especialización en Gas Natural por la Universidad ESAN.

Diego Pachas es especialista en Derecho Minero y Medio Ambiente. Brinda asesoría a diversas compañías internacionales y nacionales en el financiamiento y desarrollo de proyectos mineros en el Perú. Se unió a la firma en 2008. Es abogado (magna cum laude) de la Universidad de Lima, cuenta con diplomados en Derecho Minero y Regulación Ambiental, así como un LLM con especialización en Recursos Naturales y Medio Ambiente de Stanford University.

Piero Scarafone es especialista en hidrocarburos, con énfasis en temas transaccionales y regulaciones. Forma parte de Estudio Rodrigo desde 2016, anteriormente desempeñándose en Estudio Muñiz. Es abogado de la Universidad de Lima, y cuenta con una Maestría en Derecho en Energía Global, Arbitraje Internacional y Derecho del Medio Ambiente por la Universidad de Texas.



LOURDES CASTILLO



CAROLINA NORIEGA



DIEGO PACHAS



PIERO SCARAFONE



CAMILA CORVALÁN

ARGENTINA

Beccar Varela abre práctica de Public Affairs

Beccar Varela ha anunciado la inauguración de su nuevo departamento de Public Affairs, dirigido por la abogada sénior **Camila Corvalán**, especialista en relaciones gubernamentales, defensa de la competencia y comercio internacional.

El nuevo departamento tiene como objetivo principal asesorar empresas respecto al entramado regulatorio de Argentina y sus consecuencias en la práctica Corporativa, con especial enfoque en tres pilares: la auditoría normativa, que analizará la estructura del negocio del cliente identificando la normativa aplicable a su actividad; el sistema de alerta temprana, que informará al cliente cambios normativos que podrían afectar sus negocios; así como la creación de soluciones a problemáticas particulares.

En línea con el crecimiento de la firma, la incorporación de la práctica también responde a la demanda de los clientes, ya que “Los mercados generan nuevos productos y servicios que constantemente dan lugar al surgimiento de cambios en las reglas de juego, normativas inéditas y, sobre todo, una creciente necesidad de respuestas”, afirmó el socio administrador de la firma, **Horacio E. Beccar Varela**.

Por su parte, Camila Corvalán agregó: “A la par de grandes firmas globales, y pioneros en Argentina, desde hace un tiempo percibíamos la necesidad de crear este departamento. Brindaremos un servicio vital para el funcionamiento eficiente de los negocios de nuestros clientes”. Asimismo, **Mariano Plaza**, miembro del equipo, resaltó que “formalizar esta nueva área nos da la oportunidad de abordar integralmente la problemática diaria de los negocios de nuestros clientes”.

COLOMBIA

Bedoya Goyes Abogados se integra a ECIJA Colombia

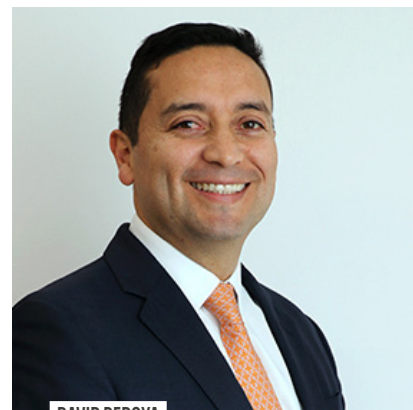
ECIJA Colombia ha anunciado su integración con Bedoya Goyes Abogados, incorporando una nueva oficina en Bogotá especializada en Derecho Tributario y Fiscal.

Bedoya Goyes es una de las firmas líderes del mercado colombiano en Derecho Tributario, Cambiario y Litigios relacionados. Esta integración permitirá a los clientes de ECIJA en Colombia acceder a asesoría adicional en dichas materias, además de las áreas de Derecho de la Competencia, Derecho Corporativo y Laboral, tecnologías, entretenimiento, telecomunicaciones, e inmobiliario.

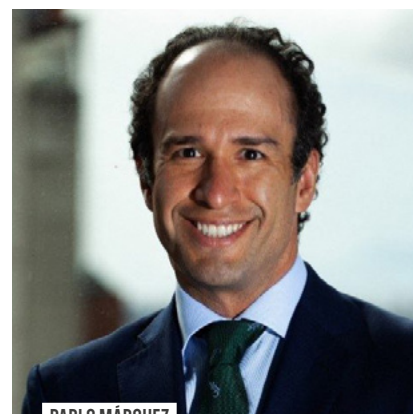
Bedoya Goyes, firma liderada por **David Bedoya**, está formada por un total de tres socios y cuenta con más de 10 años de presencia en el mercado colombiano. Destaca como una firma boutique en sus áreas de especialidad, brindando asesoría comprehensiva y muy especializada a sus clientes.

David Bedoya, socio director de Bedoya Goyes, comentó: “Estamos muy ilusionados con esta integración, la cual nos permitirá dar un salto cuantitativo y cualitativo en nuestros servicios de asesoría en materia fiscal y transaccional”.

Por su parte, **Pablo Márquez**, socio director de ECIJA Colombia, mencionó: “La integración con Bedoya Goyes supone un paso más en la consolidación de ECIJA Colombia como una firma integral”. “Latinoamérica ha sido y es una prioridad para la firma. Con la consolidación del proyecto en Colombia seguimos dando pasos para posicionarnos en uno de los mercados legales más importantes de la región,” agregó **Hugo Écija**, socio fundador y presidente ejecutivo de la firma.



DAVID BEDOYA



PABLO MÁRQUEZ



HUGO ÉCIJA

On the web

Flexibilidad de las empresas

Desde inicios de 2022 una de las palabras que más se han escuchado cuando se habla respecto al panorama mundial económico es la inflación. Resulta imposible negar que el alza de precios no haya afectado a muchas empresas a nivel internacional, donde Latinoamérica no quedó exenta de encarar un difícil año en el que se estima que la inflación alcanzó hasta un 14,1%, según datos del Fondo Monetario Internacional (FMI).

A pesar de que para el 2023 se espera un panorama inflacionario similar o incluso más desafiante al del año anterior, de acuerdo a la [proyección](#) de la directora gerente del FMI, Kristalina Georgieva, estos coletazos no han impedido que algunas compañías pongan en marcha estrategias corporativas y financieras que les permitan continuar progresando.

En esta edición, The Latin American Lawyer resalta un conjunto de operaciones, anunciadas en los últimos meses, en las que las empresas apostaron por su crecimiento, desde ofertas públicas de adquisición o creaciones de fondos hasta acuerdos de inversión, incluyendo dos significativas transacciones asesoradas por Carey.



ANDRÉS COFIÑO



PAÚL RODRÍGUEZ

G&B asesora a ONGAWA en registro como ONG en Guatemala

García & Bodán ha asesorado a la empresa de origen español, ONGAWA Ingeniería para el Desarrollo Humano, en la preparación de toda la información requerida para registrarse como Organización No Gubernamental de acuerdo a la legislación guatemalteca vigente.

La asesoría implicó la revisión de los documentos legales enviados desde la casa matriz, necesarios para llevar a cabo el proceso en Guatemala, la notarización de cada uno de estos documentos, reuniones con funcionarios públicos del Registro de Personas Jurídicas (REPEJU) y del Ministerio de Gobernación para aclarar aspectos legales de la operación de ONGAWA en Guatemala, entre otros. Asimismo, se brindó asesoría en el seguimiento de todo el proceso de inscripción ante las autoridades gubernamentales respectivas hasta la obtención del registro correspondiente.

Los proyectos desarrollados por ONGAWA tienen como objetivo reducir la incidencia de enfermedades diarreicas en las zonas rurales de Sololá, promoviendo el cumplimiento de los derechos humanos al agua y al saneamiento a través de la mejora de las capacidades de gestión de las comunidades y municipalidades, especialmente las relacionadas con el monitoreo y control de la calidad del agua. El empoderamiento y la participación de las mujeres en los espacios de gestión comunitaria son uno de los motores esenciales para lograrlo.

El equipo de G&B estuvo liderado por el asociado senior **Andrés Cofiño** y el asociado **Paúl Rodríguez**.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Derecho Corporativo

OPERACIÓN

Registro de empresa como ONG en Guatemala

FIRMA

García & Bodán

ABOGADOS PRINCIPALES

Andrés Cofiño, Paúl Rodríguez

VALOR

Confidencial



SIGFRIDO GROSS-BROWN



NÉSTOR LOIZAGA



CARLOS CODAS ZAVALA

Gross Brown representa a Abbeyfield y Sudameris en fusión por absorción con Banco Regional

Gross Brown ha representado a Abbeyfield Group y a Sudameris Bank en sus negociaciones con respecto al proceso de fusión por absorción con el Banco Regional.

A través de esta transacción, Sudameris absorberá al Banco Regional, convirtiéndose así en uno de los bancos más grandes de Paraguay, lo que logrará desarrollar sus planes estratégicos de crecimiento y fortalecimiento. La fusión está sujeta a la aprobación del Banco Central del Paraguay, la CONACOM y demás autoridades competentes.

Ferrere representó a Rabobank como accionista mayoritario de Banco Regional. La fusión está sujeta a la aprobación del Banco Central del Paraguay, CONACOM y otras autoridades pertinentes.

El equipo de Ferrere incluyó a los socios **Néstor Loizaga** y **Carlos Codas Zavala**, asistidos por los abogados Manfred Heyn, Pamela Lezcano Sachelaridi, Fernanda Benitez Aguilera, Maurizio De Oliveira Lagoa, Yamina Beatriz Centurió Coronel, Marcelo David Sosa Velázquez, Hans Batscheck, Estefania Mendoza Murto y Martín Parra.

El equipo de Gross Brown estuvo liderado por el socio **Sigfrido Gross-Brown**, con apoyo de los asociados Pablo A. Debuchy Boselli, Francisca Peroni, Martín Bertón, Camila Basili y Alvaro Portillo Prono.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Derecho Corporativo, M&A

OPERACIÓN

Fusión por absorción de Abbeyfield Group y Sudameris Bank con el Banco Regional

FIRMAS

Gross Brown, Ferrere

SOCIOS PRINCIPALES

Sigfrido Gross-Brown, Néstor Loizaga, Carlos Codas Zavala

VALOR

Confidencial

Carey asiste a CMPC en acuerdo de producción e inversión con NBG

Carey ha asistido a CMPC Venturas en una inversión en Nordic Bioproducts Group (NBG), startup filial de la Universidad Aalto de Finlandia, y en un acuerdo de producción con la empresa para la exploración de una tecnología para la fabricación de fibra textil con celulosa.

La inversión fue cerrada el primero de agosto por una cantidad aproximada de \$6.5 millones de dólares, mientras que el acuerdo de producción se realizó el 27 de enero. Ambas operaciones involucraron a las jurisdicciones de Chile y Finlandia.

El acuerdo busca potenciar el desarrollo de Norratex, filial de NBG. Se trata de un proyecto de innovación relevante para CMPC, ya que se utilizaría la celulosa que genera para la creación de fibra textil.

Por su parte, la inversión se utilizará tanto en Nordic Bioproducts, como también para la creación de Norratex.

CMPC lanzó hace un año su departamento de corporate venture capital y está avanzando con fuerza en nuevos proyectos de tecnología, tanto en Chile como en el extranjero. NBG es propietaria de la tecnología patentada AaltoCell y creó una fibra textil de origen vegetal denominada Norratex, la cual es fabricada sin productos químicos ni tóxicos y sin disolventes costosos, enfocada en el desarrollo de fibras textiles en base a la celulosa de CMPC.

White & Case actuó como asesor internacional para CMPC, mientras que Avail Attorneys actuó como asesor de NBG.

Rafael Cox y Benjamín Concha actuaron como abogados in-house para CMPC.

El equipo de White & Case fue representado por el socio **Janko Lindros**.

El equipo de Avail Attorneys fue integrado por el socio **Valtteri Vimpari**.

El equipo de Carey estuvo compuesto por el socio **Francisco Guzmán** y los asociados Sebastián Melero, respecto a la inversión, y Andrés Latorre, respecto al acuerdo de producción.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Derecho Corporativo, Bancario y Financiero

OPERACIÓN

Firma de acuerdo de producción e inversión en startup Nordic Bioproducts Group por parte de CMPC Venturas

FIRMAS

Carey, White & Case, Avail Attorneys

SOCIOS PRINCIPALES

Francisco Guzmán, Janko Lindros, Valtteri Vimpari

VALOR

\$6.5 millones de dólares (USD)



FRANCISCO GUZMÁN



JANKO LINDROS



VALTTERI VIMPARI

Cleary asesora a Goldman Sachs y HSBC en oferta pública de adquisición de Mega



JORGE JUANTORENA

Cleary Gottlieb ha asesorado a Goldman Sachs y a HSBC (Securities), como dealer managers, en una oferta pública de adquisición por parte de Operadora de Servicios Mega (Mega) para comprar en efectivo hasta \$100,000,000 de monto principal agregado de sus Notas Senior en circulación al 8.250% con vencimiento en 2025.

La oferta se lanzó el 1 de diciembre de 2022 y las ofertas anticipadas se liquidaron el 16 de diciembre de 2022. La oferta expirará el 29 de diciembre de 2022.

Mega es una arrendadora mexicana con sede en Guadalajara, Jalisco, con más de 15 años de experiencia operativa especializada en tres líneas principales de negocio: arrendamiento, crédito y crédito automotriz. Se especializa en atender a pequeñas y medianas empresas

en México, que en gran medida están desatendidas por las instituciones bancarias tradicionales.

El equipo de Cleary incluyó al socio **Jorge Juantorena** y a la asociada Carla Martini, con respecto a materias corporativas. El abogado Matthew Brigham y el asociado Eugene Wei-En Woo prestaron asesoramiento fiscal.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Derecho Corporativo, Tributario/Fiscal

OPERACIÓN

Oferta pública de adquisición por parte de Mega

FIRMA

Cleary Gottlieb

SOCIO PRINCIPAL

Jorge Juantorena

VALOR

\$100,000,000 de monto principal agregado de Notas Senior



HUGO TRIACA



AVROHOM GELBER

Clifford Chance asiste en oferta pública de adquisición de acciones de TGI

Clifford Chance ha asistido a Itau BBA USA Securities, en su carácter de dealer manager, en la oferta pública de adquisición de acciones de Transportadora de Gas Internacional (TGI), a través de la cual, la empresa recompró USD \$155.854.000 en monto principal agregado de sus Notas Senior de 5.550% con vencimiento en 2028.

Gracias a esta operación TGI logrará reducir su riesgo cambiario. TGI es una empresa de servicios públicos de Colombia, y la mayor empresa de transporte de gas natural del país, en términos de kilómetros de activos de gasoductos, según la Unidad de Planeación Minero Energética de Colombia.

El equipo de Clifford Chance estuvo compuesto por los socios **Hugo Triaca** y **Avrohom Gelber**, el abogado David Rondon, el asociado Wei Bin Tan y la asistente de derecho extranjero Adriana Cabal Gutiérrez.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Derecho Corporativo, Tributario/Fiscal

OPERACIÓN

Oferta pública de adquisición de acciones de Transportadora de Gas Internacional

FIRMA

Clifford Chance

SOCIOS PRINCIPALES

Hugo Triaca, Avrohom Gelber

VALOR

USD \$155.854.000 en monto principal agregado de Notas Senior

Carey asiste a PSP Investments en oferta pública de adquisición de Hortifrut



CRISTIÁN FIGUEROA



FELIPE LARRAÍN

Carey ha asistido a PSP Investments en una Oferta Pública de Adquisición de Acciones por el 100% de las acciones en circulación de Hortifrut, por US\$660 millones.

Esta transacción fue firmada el 16 de diciembre de 2022 e implicó a las jurisdicciones de Chile, España, México y Perú. Linklaters actuó como asesor internacional de PSP Investments, mientras que Claro & Cía. actuó como asesor local de Hortifrut.

La asesoría implicó la negociación de los acuerdos suscritos con los controladores de Hortifrut, destinados a que PSP Investments inicie una Oferta Pública de Adquisición de Acciones (OPA) por el 100% de las acciones en circulación de Hortifrut. La transacción contempla que el grupo controlador mantenga al menos un 50,1% de las acciones de Hortifrut, por lo que la negociación contempló la suscripción de un pacto de accionistas que regula, entre otras cosas, el gobierno corporativo de Hortifrut y la transferencia de sus acciones luego de la OPA. Adicionalmente, Carey lideró el due diligence en España, México y Perú.

Hortifrut es una sociedad anónima abierta y se ha constituido como una plataforma de negocios líder a nivel mundial en la producción y comercialización de berries frescos y congelados. Sonia Rasquinha actuó como abogada in-house de PSP Investments.

El equipo de Claro & Cía incluyó al socio **Felipe Larraín** y al asociado Vicente Allende. El equipo de Carey estuvo compuesto por los abogados **Cristián Figueroa**, Vicente Güell, Catalina Walker, Tomás Iturriaga y María Loreto Anguita.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Derecho Corporativo, Tributario/Fiscal

OPERACIÓN

Oferta pública de adquisición de acciones por el 100% de las acciones en circulación de Hortifrut

FIRMAS

Carey, Linklaters, Claro & Cía

SOCIOS PRINCIPALES

Cristián Figueroa, Felipe Larraín

VALOR

\$660 millones de dólares (USD)



LEGALCOMMUNITYMENA

AWARDS

The event celebrating in-house & private practice lawyers
in the Middle-East and North African markets

SAVE THE DATE
23 NOVEMBER 2023
CAIRO

#LcMenaAwards 

www.legalcommunityMENA.com

For information: helene.thiery@lcpublishinggroup.it

La importante relación bilateral entre Perú y Canadá se ha profundizado en gran parte al aporte de la Cámara de Comercio Canadá-Perú. The Latin American Lawyer entrevistó a Oscar Benavides, vicepresidente de la CCCP y socio de Rodrigo Elías & Medrano, respecto a su nombramiento en la institución, su trayectoria y objetivos durante el periodo en el que desempeñará el puesto.

CCCP, motivados por la educación Oscar Benavides

por giselle estrada ramirez

La cálida relación bilateral entre Perú y Canadá es un factor clave para ambos países, debido a que, según datos oficiales del gobierno canadiense, Perú es su segundo socio comercial en América del Sur y Central, donde las exportaciones de mercancía Perú se multiplicaron por más de seis en los últimos 20 años, alcanzando un récord de \$1.100 millones de dólares en exportaciones en 2021. Asimismo, en ese año, La inversión extranjera directa canadiense en Perú ascendió a \$12.700 millones de dólares, principalmente en minería, petróleo y gas y servicios financieros, industrias que se vieron beneficiadas tras la pandemia de covid-19.

La Cámara de Comercio Canadá-Perú (CCCP) ha contribuido a una comunicación amena entre estas naciones, por lo



OSCAR BENAVIDES

que conocer a los directivos detrás de la organización es una oportunidad enriquecedora. Siguiendo su reciente nombramiento como vicepresidente, The Latin American Lawyer se acercó a Oscar Benavides:

Oscar ¡felicitaciones por su nuevo puesto! ¿qué le entusiasma más de este nombramiento y cómo se ha preparado para asumir el cargo?

Muchas gracias. En realidad, estoy involucrado en la Cámara de Comercio Canadá-Perú (CCCP) desde hace muchos años. Este es mi segundo periodo como vicepresidente, gracias a la gentil invitación de Jorge León, presidente de la CCCP. Mi rol no cambiará mucho, ya que seguiré colaborando desde el Consejo Directivo de la CCCP con la planificación y organización de los distintos eventos y programas que lleva adelante la CCCP.

Sin embargo, en el 2023 lideraré el grupo de la CCCP que coordina la participación de la delegación peruana en el PDAC, la feria

minera más importante del mundo. Y como bien sabes, el Perú es un país minero por excelencia. La CCCP tiene el privilegio, desde hace más de 10 años, de coordinar los esfuerzos para que la participación del Perú en el PDAC sea exitosa.

Podría comentarnos, inicialmente ¿qué le llamó la atención de la abogacía, y, en concreto del Derecho Minero y Transaccional?

Sinceramente no tuve interés en ser abogado hasta que ingresé a la universidad. Cuando estaba por ingresar a ella, tuve que completar una encuesta indicando qué carrera podría interesarme. Por algún extraño motivo, puse Derecho. Ya en la universidad, me di cuenta de que, si quería cambiar esa selección, tenía que hacer un trámite, que nunca hice. Y, así, un día aparecí en la facultad de Derecho y me enganché con la carrera.

Mi contacto con el Derecho Minero comenzó en el estudio, en el que estoy desde que tengo 18 años. Ni bien comencé la facultad de Derecho, inicié mis prácticas en el estudio y aquí continúo con gran satisfacción.

¿Cómo describiría su nueva función? ¿Tendrá más enfoque en las actividades mineras o algún sector en específico?

La minería representa alrededor del 60% de las exportaciones del Perú. Es la industria que contribuye de mayor manera al presupuesto público a través del pago de tributos. El Perú es un país minero y la CCCP no puede estar al margen de ello.

La CCCP ha sido siempre conocida por ser una “cámara minera”, porque gran parte de nuestros asociados tienen vinculación con la actividad minera. Por ese motivo, es que la mayoría de los programas de la CCCP tienen gran relación con la minería. Esto quizá no cambie en los próximos años.

Sin embargo, en la CCCP tenemos muy claro que el desarrollo sostenible del Perú pasa por mejorar la educación en el país. Por ello ponemos mucho énfasis en el desarrollo de programas (pregrado, posgrados, especializaciones, prácticas profesionales, cursos de idiomas, campamentos, entre otros) que impulsen la educación,

En la CCCP tenemos muy claro que el desarrollo sostenible del Perú pasa por mejorar la educación en el país. Por ello ponemos mucho énfasis en el desarrollo de programas que impulsen la educación [...] Queremos que la CCCP sea un agente de cambio en este aspecto, difundiendo y canalizando oportunidades para que nuestros jóvenes y profesionales perfeccionen sus habilidades y conocimientos



SOBRE OSCAR BENAVIDES

Oscar Benavides se especializa en brindar asesoría en temas transaccionales y regulatorios para proyectos mineros. Tiene más de 20 años de experiencia asesorando a clientes en financiamiento de proyectos, M&A, contratos de inversión en proyectos de exploración, joint ventures y minería en general. Reconocido como un abogado líder en minería por publicaciones internacionales.

Es, además, vicepresidente de la Cámara de Comercio Canadá-Perú, tiene un LLM de la Universidad de Denver, EE.UU y fue becario de la beca Jan M. y Marjorie G. Laitos en Recursos Naturales. 

para lo cual tenemos alianzas con universidades y escuelas técnicas peruanas y canadienses, las cuales estamos expandiendo por todo el país.

Queremos que la CCCP sea un agente de cambio en este aspecto, difundiendo y canalizando oportunidades para que nuestros jóvenes y profesionales perfeccionen sus habilidades y conocimientos.

Hablando de minería, Perú es uno de los países que lideran las transacciones mineras en Latinoamérica, viéndose impulsada a raíz de la pandemia ¿cuál es la relación con Canadá en este aspecto? ¿por qué las mineras canadienses invierten tanto en Perú?

El Perú ha sido, sin duda, un destino atractivo para la inversión canadiense, desde hace por lo menos 20 años. La inversión canadiense en el Perú es hoy significativa, especialmente en minería. No solamente la mayoría de las grandes empresas mineras tienen presencia en el Perú, sino también muchas empresas “junior” que han sido uno de los motores de la exploración minera en el Perú.

Soy optimista, sin embargo, de que aprenderemos de estos años de inestabilidad y retomaremos el camino del crecimiento

El Perú sigue siendo un país geológicamente privilegiado. Es no cambiará, como tampoco el interés de las empresas mineras canadienses en invertir aquí. Sin embargo, no debemos olvidar que competimos con otros países por atraer esas inversiones y que debemos mejorar las condiciones regulatorias que concreten ese interés, además de promover que las condiciones sociales sean más propicias.

A pesar del gran impacto que tuvo la industria en 2021 y 2022, El Banco Central estima que la inversión minera en Perú se reduzca entre 15% y 18% en 2023. Desde la CCCP y el despacho Rodrigo Elías & Medrano ¿cómo afrontarán este panorama para mejorar la estadística?

No podemos negar que el Perú ha sufrido mucha inestabilidad política durante los últimos años. No podemos estar orgullosos de haber tenido 6 presidentes en 7 años. A pesar de que la economía peruana ha confirmado la solidez de sus fundamentos, no soy de quienes piensan que la economía y la política van por cuerdas separadas. Hay muchas intersecciones y, tarde o temprano, una impacta a la otra. Eso lo estamos viviendo en el Perú y la industria minera no está a salvo de ese impacto.

Soy optimista, sin embargo, de que aprenderemos de estos años de inestabilidad y retomaremos el camino del crecimiento, aunque no puedo perder de vista que llegar a los niveles de inversión minera que teníamos en años anteriores, tomará su tiempo.

Creemos que no hay mayor privilegio que ese, acompañar a un cliente en los retos cotidianos de su vida comercial

Desde su punto de vista, ¿por qué es importante contar con instituciones como lo es la CCCP?

Porque canalizan las mejores prácticas de diversas industrias y pueden servir como foro de discusión técnica y difusión de oportunidades. Canadá es un país del que podemos tomar muchos ejemplos positivos, en campos como la educación, infraestructura, energía y minería, entre otros.

La CCCP busca ser un vehículo para que esos ejemplos se conozcan en el Perú y para que en Canadá conozcan las múltiples oportunidades que el Perú presenta para los inversionistas canadienses en esas industrias y otras.

¿Cuáles son sus objetivos a lograr en el resto del periodo en que se desempeñará como vicepresidente de la Cámara de Comercio?

Sin duda, continuar apoyando a la CCCP en consolidar su rol de cámara líder en el Perú, intentando ampliar la cobertura de los servicios que presta y a través de éstos apoyar al desarrollo del país desde el sector privado, de una manera

organizada. Como ya comenté, la educación es algo que nos motiva muchísimo promover.

Ahora hablemos de Estudio Rodrigo, como socio en distintas prácticas ¿cómo organiza sus funciones y cómo están conformados los equipos?

La mayor parte de mi tiempo la dedico a atender a empresas mineras en sus negocios en el Perú y, en algunos casos, fuera del Perú. A lo largo de los años, me he ido especializando en la compra y venta de proyectos mineros, con un foco especial en la exploración y en el financiamiento de actividades mineras.

En el estudio somos alrededor de 14 abogados que vemos temas mineros de manera exclusiva (el más grande en el Perú); algunos estamos más enfocados en asuntos corporativos y contractuales, otros en aspectos regulatorios y administrativos y otros en temas ambientales. Se podría decir que funciona como un estudio de abogados en sí mismo. Tengo el privilegio de trabajar con un equipo de lujo, que abarca distintas generaciones de abogados y

visiones diferentes de la vida y la profesión.

¿Cuáles son las transacciones más significativas, las que más valora?

No me atrevo a mencionar ninguna en particular porque todas son importantes, más allá de los montos involucrados o de la publicidad que reciben. En el estudio hemos tenido la suerte de estar involucrados en las transacciones de mayor resonancia (no solamente mineras), pero también estamos muy orgullosos de apoyar a nuestros clientes en su proceso de crecimiento y desarrollo en su día a día. Creemos que no hay mayor privilegio que ese, acompañar a un cliente en los retos cotidianos de su vida comercial.

¿Algún proyecto personal, o de la firma, que le gustaría destacar?

Ninguno en particular, salvo por desear que el 2023 sea un año más estable para el Perú, en el que podamos avanzar en cerrar las brechas e inequidades que existen, para lo cual tenemos que recuperar el tiempo perdido. Todos podemos colaborar para que las cosas mejoren. ■

SOBRE LA FIRMA

Rodrigo, Elías & Medrano Abogados es una firma full-service líder en el mercado peruano. Fundada en 1965, su principal objetivo es brindar soluciones creativas a sus clientes, con los más altos estándares de calidad, eficiencia e innovación. Cuentan con más de 180 profesionales altamente calificados, y todas sus áreas de práctica son líderes en sus respectivas especialidades. ■



La World Compliance Association capítulo Ecuador abre sus puertas para la cuarta edición del Summit de Transparencia “Importancia del Compliance y Lucha contra la Corrupción”, evento dirigido a impulsar la cultura del cumplimiento y anticorrupción y hacer cómplices a cada vez más partes a tomar acción

Cumplimiento y Anticorrupción en el 4^o Summit de Transparencia de la WCA, Ecuador

por giselle estrada ramírez

No es ningún secreto que los esfuerzos para combatir la corrupción en Latinoamérica han tenido poco éxito en los últimos años y, por ende, los Derechos Humanos de la región se han visto desprotegidos. Es por ello que, organizaciones como la World Compliance Association (WCA), ponen de su parte para identificar áreas de oportunidad y entablar espacios de debate.

El capítulo Ecuador de la WCA recibió a más de 35 ponentes nacionales e internacionales, junto a más de 200 asistentes presenciales y un centenar más de asistentes virtuales en la 4ta edición del Summit de Transparencia “**Importancia del Compliance y Lucha contra la Corrupción**”, celebrado en Quito, entre el 15 y 17 de noviembre de 2022.

Tras algunas ediciones del evento realizadas de manera virtual, vía remota, en esta ocasión se retomó la asistencia presencial de este importante foro internacional. Desde The Latin American Lawyer recopilamos los momentos más destacados que se vivieron a lo largo de las tres jornadas.

DÍA I: TRANSPARENCIA, TECNOLOGÍA Y CUMPLIMIENTO PENAL

El Summit de Transparencia 2022 inició con una inauguración presentada por el presidente de la WCA, **Diego Cabezuela Sancho**, junto a Santiago Solines Moreno, presidente de la WCA capítulo Ecuador y socio de Solines & Asociados, y a **Alfredo Enrique Borrero Vega**, vicepresidente constitucional de la República del Ecuador. En este primer espacio se recalcó sobre la importancia del mantener el compliance y la transparencia en las instituciones y en el gobierno.

Posteriormente se dio a lugar para la primera mesa temática “**Por un sector público más**



transparente: Nuevas herramientas y procesos implementados”, moderada por Santiago Solines, con la participación de **Luis Fernando Verdesoto Custode**, secretario de Política Pública Anticorrupción, **Maria Sara Jijón Calderón**, directora general del Servicio Nacional de Contratación Pública, **Danilo Sylva Pazmino**, superintendente de Control del Poder de Mercado, y **María Paz Jervis**, presidenta ejecutiva de la Cámara de Industrias y Producción. La conversación giró en torno a las diferentes medidas en las que se puede llevar un mejor control en el funcionamiento de los procesos de la información y en sus evaluaciones, con el objetivo de lograr combatir la corrupción.

A continuación, fue el turno de la conferencia titulada “**Compliance Tecnológico: El Compliance y la Tecnología como mecanismos de transparencia**” introducida por **Bryan Mancero Viscarra**, gerente general de MANCELEX. En esta participaron **Verónica Cando Benavides**, viceministra de Inclusión Social, **Lorena Naranjo**, directora de la Maestría en Derecho Digital e Innovación de la UDLA,



Fernando Altamirano, coordinador de la Carrera de Derecho de la Universidad Internacional SEK y **Juan Carlos Solines Moreno**, socio y coordinador del área de Tecnología y Telecomunicaciones de Solines & Asociados. Los asistentes aprendieron sobre la importancia de supervisar desde el compliance la evolución tecnológica, en el sentido de adaptarse a los nuevos procesos digitales, siempre protegiendo los datos y garantizando la seguridad con medidas transparentes.

Por último, tuvo lugar el acto titulado **“Compliance Penal: El cumplimiento penal y su importancia”** conducido por **Luis Jose Montes**, CEO en BCComply, y por **Nicole Sáenz Proaño**, coordinadora compliance FEXLAW Abogados. Intervinieron **Mariela Anchundia Míeles**, subgerente legal & presidente ejecutiva LATAM- Airlines Ecuador, **Victor Hugo Guerra Hernández**, gerente legal senior Venezuela/ Colombia/Suiza- Philip Morris International Colombia Coltabaco, **Ricardo Andrés Palacio Garcés**, oficial de Cumplimiento Alterno de Produbanco – Grupo Promerica, y **Mariana Zambrano**, gerente en EY Ecuador en la práctica de Gestión de Riesgos de Integridad. En este se recalcó acerca de cómo es necesario implementar una buena cultura empresarial, trabajar en equipo y buscar en todo momento cumplir con protocolos bien establecidos para corregir

errores fácilmente y mantener la imagen de la empresa.

DÍA 2: PROTECCIÓN DE DATOS, EMPRESAS Y DEPORTES

Abrió la jornada la mesa redonda titulada **“Antifraude: Sinergia en una gestión efectiva del riesgo de fraude en Ecuador. Perspectiva estratégica, financiera y legal”** moderada por **Geovanni Nacimba** y **Krystel Zamora**, socio y senior manager – Forensic & Integrity Services en EY Ecuador, respectivamente, en la que participó un panel conformado por **Marcelo Dotti**, gerente general en Boehringer Ingelheim Ecuador & Perú, **Luis Mario Sánchez**, director financiero de Grupo SolGold Ecuador, y **Sofia Almeida**, general counsel de Zurich Seguros Ecuador. A través de las palabras de los ponentes, se reflexionó en cuestiones de plasticidad organizacional y prevención de riesgos en el área financiera y, sobre todo, a cómo las compañías no deben perder la capacidad de adaptación y aplicar normas del compliance.

El evento continuó con foros tan interesantes como **“Compliance Deportivo: El Compliance como recurso reputacional a puertas del mundial”** presentado por **Juan Sebastian Naranjo Tapia**, vicepresidente de la WCA capítulo Ecuador y socio en SVAR, en el que los ponentes fueron

MESA COMPLIANCE ANTIFRAUDE



los siguientes: **Emilio García Silvero**, jefe legal y compliance officer- FIFA, **Pilar Chavarria-Arias**, responsable de ética & cumplimiento del Atlético del Madrid, **Graciela Garay**, directora de ética y cumplimiento de CONMEBOL, y **Celso Vásconez Ojeda**, director de la firma de Derecho Deportivo LEXSPORTIVA. A partir de la discusión, se pudo concluir que en una industria manchada de controversias, como lo es la deportiva, es necesario contar con estrictas medidas de control que eviten situaciones en las que se permita la corrupción.

Por la tarde se celebró la conferencia “**Protección de Datos: Sistema de gestión de riesgos relativos a la protección de datos personales**”, la cual contó con las aportaciones de **María Clara Iturralde**,

coordinador del observatorio de Ciberderechos y Tecnosociedad de la Universidad Andina Simón Bolívar, **Martín Gonzales**, gerente senior CPA en Robalino Abogados, **Beatriz Cabal**, socia de Galindo Arias & Lopez, **Maria José Peñaherrera**, asociada senior de Robalino Abogados, y **Pablo Proaño Galarza**, consultor especialista en Seguridad de la Información. Los participantes del debate pudieron inferir sobre lo pertinente que es el que las empresas cuenten con sistemas o programas que gestionen la seguridad de la información de sus empleados y clientes.

El segundo día terminó con el encuentro “**Compliance para Pymes y grandes empresas: Retos y aprendizajes del nuevo rol Compliance Officer**” bajo la moderación de **María Gracia Riofrio**, coordinadora del área compliance de Solines & Asociados, y **Gabriela Paredes Gootman**, compliance manager en Cervecería Nacional (AB-InBev). En este debatieron **María Gabriela Jijón**, general counsel & Corporate Affairs manager en Holcim, **Vanessa Benavides**, gerente de compliance LCP Fresenius Medical Care Ecuador, **Verónica Almeida**, cross country compliance (Ecuador, Perú, Uruguay, Paraguay y Bolivia) en Roche, y **Diana Caicedo Jimenez**, gerente de cumplimiento integral de Banco Diners Club del Ecuador. Al respecto, se llegó a la conclusión de que es necesario efectuar capacitaciones a los equipos de trabajo para que conozcan los códigos de conducta, además de poseer algún tipo de herramienta que permita detectar fallas o riesgos de éstos.

MESA PROTECCIÓN DE DATOS





DÍA 3: SOSTENIBILIDAD, FINANZAS Y MEDICAMENTOS

La conferencia “**Compliance Recursos No Renovables: Compliance, sostenibilidad y responsabilidad corporativa en la industria de recursos naturales**” arrancó la última jornada, donde se alternaron cinco ponentes: **Paula Giraldo**, socia de sostenibilidad corporativa en BDO Colombia; **Luis Castillo**, socio líder en Consultoría de Riesgos, Forense, Cumplimiento y Sostenibilidad en BDO Ecuador; **Viviana Gutiérrez Bohórquez**, oficial de Cumplimiento de SERTECPET; **Adrián Roberto Lovato**, chief compliance officer en Andes Petroleum Ecuador; y **Scott Campbell**, gerente general de Dundee Precious Metals Ecuador. La discusión tocó temas como la imagen que proyectan las empresas frente a la responsabilidad ambiental y la dimensión ética que maneja los valores corporativos.

También tuvo lugar la mesa temática “**Compliance Farmacéutico: Regulación y Trazabilidad de las Medicinas y Dispositivos Médicos en el Ecuador y Latinoamérica**” bajo la moderación de **Juan Francisco Salvador**, gerente de Riesgos, Legal y Asuntos Públicos en Corporación GPF (Grupo Fybeca)- FEMSA Salud; en la que intervinieron **Santiago Salguero**, director ejecutivo de la Asociación de

Laboratorios Farmacéuticos- ALAFAR; **Cristina Murgueitio**, directora ejecutiva de la Asociación Ecuatoriana de Distribuidores e Importadores de Productos Médicos ASEDIM; **Luisa Fernanda Suárez**, oficial de cumplimiento de Cruz Verde Colombia; y **Gilberto Alfonso Gutiérrez Perdomo**, socio de la firma FBPH Abogados. En esta mesa se dialogó con respecto a los métodos de rastreo de los medicamentos y el severo control que se debe tener sobre ellos, ya que los errores pueden llegar a causar grandes pérdidas económicas y, en especial, afectar la salud de las personas.



MESA COMPLIANCE FARMACÉUTICO



El programa continuó con la celebración de **“Compliance Financiero Bancario: Los nuevos retos del compliance en el sistema financiero”** con los ponentes **Sophia Espinosa Coloma**, Global Focus Client Head Credit Suisse, **Ernesto Kruger**, CEO Fundador de Kruger Corporation, **Diana Cáceres**, jefa de la Unidad de Cumplimiento de Banco para la Asistencia Comunitaria FINCA, **Eduardo Cantón Reyes**, chief Governance & Compliance Officer- Kushki, y **Rossy Tapia Troya**, gerente nacional de Seguridad Integral- Banco de Guayaquil, donde la moderación estuvo a cargo de Santiago Solines Moreno y de **Martín Pallares Sevilla**, socio en Robalino Abogados. Tras la charla, se pudo deliberar sobre la cultura de cumplimiento que deben tener las instituciones financieras, y cómo ésta se ve influenciada por los cambios geopolíticos o sociales, por lo que debe estar regulada e ir de la mano con el área de seguridad.

La última sesión **“Compliance Internacional: Cómo lograr un cambio de cultura”** fue presentada por **Agustín Acosta Cárdenas**, socio de Dentons Paz Horowitz, y reunió los testimonios de **Carlos Loaiza**, presidente de la Comisión de Integridad y Anticorrupción de ICC Ecuador, **Zoltan Rodas**, presidente de la WCA capítulo Guatemala, **Octavio De la Torre**, presidente de la WCA capítulo México, y **German Rodas Chaves**, coordinador de la Comisión Nacional Anticorrupción. Los participantes de la conversación exploraron cuestiones como lo prioritario que es denunciar actos de

corrupción, cómo el implementar programas de compliance en las grandes empresas genera que otras comiencen a aplicar estos conceptos de cumplimiento y la importancia de empapar a las nuevas generaciones en una cultura ética y de honestidad.

Para cerrar con broche de oro, la clausura fue llevada a cabo por **Esteban Andrade Rodas**, vicerrector en la Universidad Internacional SEK Ecuador, y por Juan Sebastian Naranjo Tapia, en la que se recalcó lo trascendente que es el contar con eventos y espacios de este tipo, para instruir sobre el compliance, combatir la corrupción y generar una cultura de transparencia. ■

MESA COMPLIANCE FINANCIERO BANCARIO





FUERZA DE ALTOS DIRECTIVOS: MOVIMIENTOS DE SOCIOS 2022

Todos los movimientos de socios registrados por The Latin American Lawyer en 2022: 40 fichajes y 66 nombramientos, además de fusiones de firmas, aperturas de oficinas, designaciones internacionales y promociones directivas.

por giselle estrada ramírez

Las designaciones de mujeres fueron equivalentes a un 27%

El dinamismo de la industria legal en Latinoamérica se puede ver reflejado a través del gran número de traslados y promociones en los altos directivos de los despachos. The Latin American Lawyer no se queda atrás al documentar a lo largo del año estas importantes designaciones por medio de su sitio web.

En total, durante todo el 2022 se contabilizaron 106 contrataciones, incluyendo 40 traslados laterales y 66 promociones. Asimismo, registramos 16 designaciones directivas, y 6 nombramientos a socios especializados en Latinoamérica desde oficinas en Estados Unidos. Las cifras corresponden a datos recopilados de comunicados oficiales de los despachos de abogados, así como a publicaciones de LinkedIn por parte de las firmas.

Tanto en el caso de los movimientos laterales, como en las promociones, las designaciones de mujeres fueron equivalentes a un 27% de total, mientras que las de los hombres se reflejaron en un 72%, siendo 11 mujeres y 29 hombres en relación a los traslados, y 18 mujeres contra 48 hombres en el caso de las promociones.

FICHAJES

Entre los 40 fichajes señalados durante el año, el 90% de los profesionales circularon de un despacho a otro, mientras que el porcentaje restante corresponde a abogados provenientes de empresas o que asesoraban a clientes de manera independiente.

Entre estos últimos se encuentran **Juan Carlos Balzán Pérez** de Araquereyna, quien practicaba la abogacía de forma independiente; **Ignacia**

López Vives de Cariola Díez Pérez-Cotapos, previamente Gerente de Personas en la Clínica Alemana de Santiago; **Juan David Mina Robles** de Cuatrecasas, que trabajaba como consultor Fiscal autónomo; **Álvaro Cedeño Molinari** de TACTIC, previo abogado independiente; y **Juan Araya Allende** que se desempeñaba como Jefe de División de Estrategia y Gestión Corporativa en InvestChile antes de unirse a Vásquez Urrea Abogados.

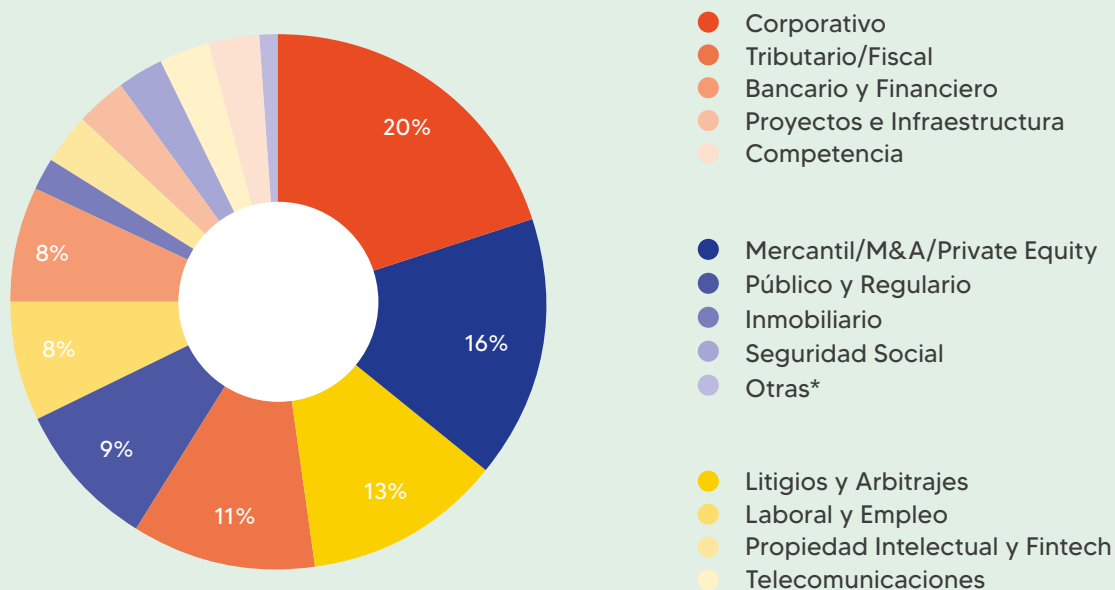
Asimismo, algunos de estos cambios de socios fueron consecuencia de integraciones de despachos como lo son los casos de **Elsa Ortega L.** y **Sofía Gómez Ruano**, de Creel García-Cuéllar Aiza y Enríquez, provenientes de Ortega & Gómez Ruano; **Juan Fernando Valdivieso González**, **Sebastián López Hidalgo**, **Xavier Molina López** y **Santiago Vega Malo** incorporándose a ECIJA desde Estudio Central; **Gilberto Gutiérrez** y **Alfonso Becerra**, que se unieron a Flor Bustamante Pizarro & Hurtado desde Antitrust Consultores & Abogados; **Gustavo Pardo Ardila** de Holland & Knight, tras la integración de Gustavo Pardo & Asociados; y **Miguel Tsuyoshi Ishii Yokoyama** junto a Citlali Pérez Rentería procedentes de Ishii Abogados para unirse a Ontier. Cabe destacar a **Carla Dittus Cabrera** quien, en enero había sido promovida a socia en Bofil Mir & Álvarez Jana, sin embargo, se trasladó a Jana & Gil en marzo tras la separación del estudio ([ver nota aquí](#)).

Entre los 40 fichajes señalados, el 90% de los profesionales circularon de un despacho a otro

CAMBIOS DE SOCIOS 2022

NOMBRE	APPELLIDO	DE	A
Juan Carlos	Balzán Pérez	Trabajo independiente	Araquereyna
Juan José	Figueroa Torres	Pittier, Almádoz y Elíaz	Araquereyna
Ignacia López	Vives	Clínica Alemana de Santiago	Cariola Díez Pérez-Cotapos
Elsa	Ortega L.	Ortega & Gómez Ruano	Creel García-Cuéllar Aiza y Enríquez
Sofía	Gómez Ruano	Ortega & Gómez Ruano	Creel García-Cuéllar Aiza y Enríquez
Felipe	Mariño	Gómez-Pinzón	Cuatrecasas
Diego	Carrión	Hernández & Cía.	Cuatrecasas
Alberto	Zuleta Londoño	Holland & Knight	Cuatrecasas
Juan David	Mina Robles	Trabajo independiente	Cuatrecasas
Rodrigo	Stein	KPMG	Cuatrecasas
Ana María	Sánchez	Rebaza Alcázar & De Las Casas	Cuatrecasas
Álvaro E.	Garza-Galván	White & Case	DLA Piper
Mauricio	Valdespino	White & Case	DLA Piper
Roberto	Ríos Artigas	White & Case	DLA Piper
Antonio	Cárdenas Arriola	White & Case	DLA Piper
Daniel	González Estrada	White & Case	DLA Piper
Guillermo	Aguayo Garza	White & Case	DLA Piper
Juan Fernando	Valdivieso González	Estudio Central	ECIJA Abogados
Sebastián	López Hidalgo	Estudio Central	ECIJA Abogados
Xavier	Molina López	Estudio Central	ECIJA Abogados
Santiago	Vega Malo	Estudio Central	ECIJA Abogados
Rocío	Saux Valdez	Lazo & De Romaña Abogados	Estudio Muñiz
Raúl	Vizcarra Castillo	Philippi Prietocarrizosa Ferrero DU & Uría	Estudio Muñiz
Priscilla	Falconi Avellán	Carmigniani Pérez Abogados	Falconi Puig
Gilberto	Gutiérrez	Antitrust Consultores & Abogados	Flor Bustamante Pizarro & Hurtado
Alfonso	Becerra	Antitrust Consultores & Abogados	Flor Bustamante Pizarro & Hurtado
Carolina	Camacho Solana	Posse Herrera Ruiz	Garrigues
Erika	Báez Elizondo	Chevez, Ruiz, Zamarripa y Cía.	Greenberg Traurig
Eduardo	Medina Zapata	Jáuregui y Del Valle	Greenberg Traurig
Xavier	Mangino Dueñas	DLA Piper	Holland & Knight
Camilo	Gantiva Hidalgo	Garrigues	Holland & Knight
Gustavo	Pardo Ardila	Gustavo Pardo & Asociados	Holland & Knight
Carla	Dittus Cabrera	Bofill Mir & Álvarez Jana	Jana & Gil
Andrés	Nieto	Creel Abogados	Norton Rose Fulbright
Miguel	Ishii Yokoyama	Ishii Abogados	Ontier
Citlali	Pérez Rentería	Ishii Abogados	Ontier
Geraldine	Moffat	Bruchou & Funes de Rioja	Pérez Alati Grondona Benites & Arntsen
César	Luna Victoria León	Rubio Leguía Normand	Rebaza Alcázar & De Las Casas
Álvaro	Cedeño Molinari	Trabajo independiente	TACTIC Estudio Legal
Juan	Araya Allende	InvestChile	Vásquez Urra Abogados

ÁREAS DE PRÁCTICA MÁS ACTIVAS EN LOS TRASLADOS



*Otras prácticas: Reestructuraciones, Mercado de Capitales, Energía, Civil, Inmigración, Compliance.

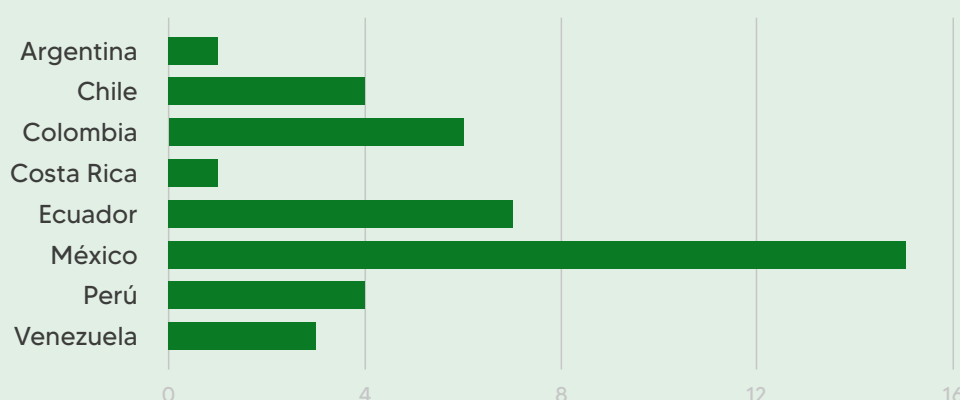
Las áreas más activas en el caso de estas contrataciones fueron las de Derecho Corporativo, Mercantil/M&A, Litigios y Arbitrajes, Tributario/Fiscal, y Derecho Público y Regulatorio, las cuales, del total, representaron un porcentaje del 20, 16, 12, 11 y 9%, respectivamente.

Respecto a los despachos con mayor número de fichajes laterales se destacaron DLA Piper en México con 6 fichajes,

alcanzado por Cuatrecasas (con 3 cambios en Colombia, 1 en Perú, 1 en México y 1 en Chile), luego ECIJA en Ecuador con 4, y Holland & Knight con 3 (2 en Colombia y 1 en México).

Por último, el país en el que se registró la mayor cantidad de cambios fue México, donde se efectuaron el 37% de estos, seguido de Ecuador (17%), Colombia (15%) y Perú y Chile, ambos con un 10%.

TRASLADOS DE SOCIOS EN LATINOAMÉRICA



NOMBRAMIENTOS

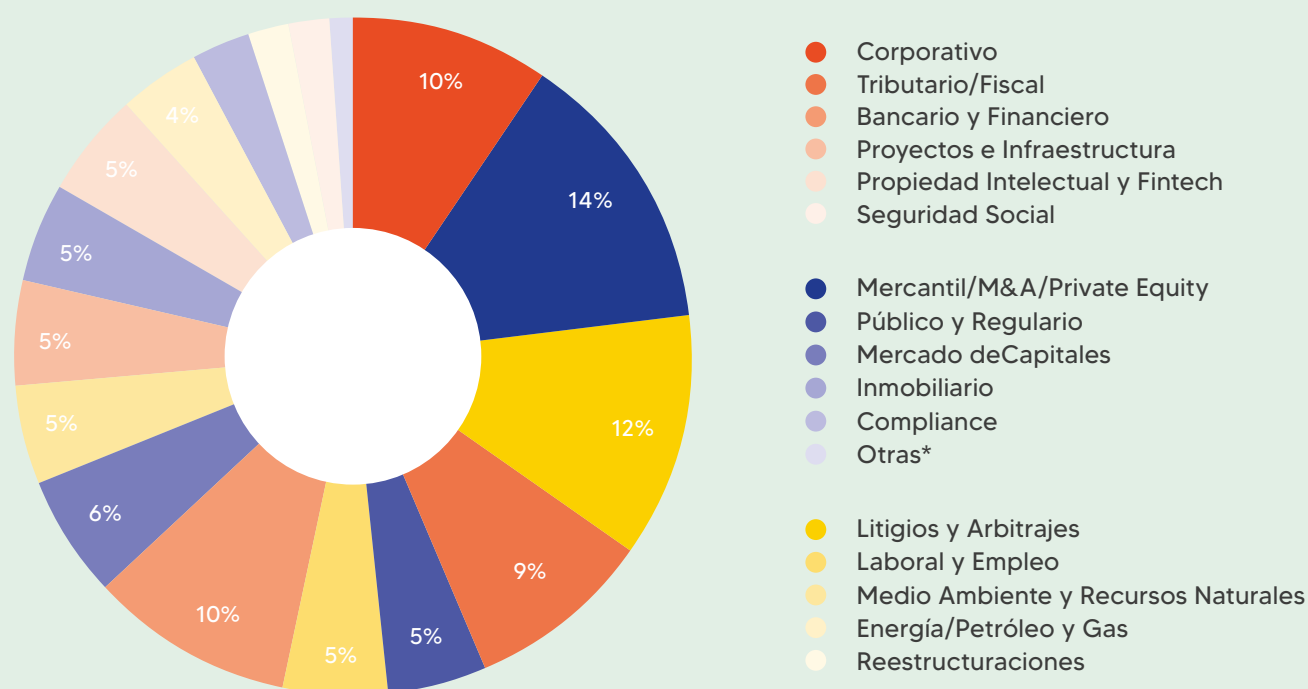
De acuerdo a las notas publicadas en la página web de la revista, adicionalmente se ejecutaron 66 promociones a socios entre enero y diciembre de 2022. Las prácticas que más crecieron fueron la Mercantil/M&A donde se produjeron el 14% de los nombramientos, a continuación, Litigios y Arbitrajes con un 12%, Bancario y Financiero junto a Corporativo, ambas reflejadas en un 10%, y Tributario/Fiscal con un 9%.

Como en el caso de los fichajes, es relevante mencionar a Juan Antonio Zocca y Florencia Angélico, quienes fueron promovidos a socios antes de la integración

El país en el que se registró la mayor cantidad de cambios fue México, donde se efectuaron el 37% de estos

de Bruchou & Funes de la Rioja, mientras se encontraban en Bruchou Fernández Madero & Lombardi. Al producirse la fusión, ambos continuaron en el nuevo despacho.

ÁREAS DE PRÁCTICA CON MÁS NOMBRAMIENTOS



*Otras: Minería, Civil, Aeronáutico, Inmigración/Comercio Exterior y Aduanas, Telecomunicaciones, Competencia, Derecho Internacional, Derecho del Consumidor, Patrimonio, Derecho Familiar, Derecho Deportivo.

NOMBRAMIENTOS A SOCIOS 2022

NOMBRE	APPELLIDO	FIRMA
Mauricio	Carloza	Allende Bascuñán & Cía.
Michael	Camus Dávila	Allende Bascuñán & Cía.
Enrique	López Méndez	Acedo Santamarina
Rafael	McCausland Echeverry	Arrubla Devis
Cristóbal	Pellegrini Munita	Barros & Errázuriz
Lucas	Marinovic Carrasco	Barros & Errázuriz
Tomás	Kovacevic Yáñez	Barros & Errázuriz
María Olga	Rivera Ruz	Barros & Errázuriz
Gerson	Vaca Avendaño	Basham Ringe y Correa
Roberto	Serralde Rodríguez	Basham Ringe y Correa
Rodrigo	Gardner Borboa	Basham Ringe y Correa
Mariana	Vargas Macías	Basham Ringe y Correa
Manuel	Arias	BKM Berkemeyer
Luis Alberto	Cruchaga Ossa	Bofill Mir
Jorge	Valenzuela Baldwin	Bofill Mir
Felipe	Mutis Téllez	Brigard Urrutia
Paula	Camacho Henao	Brigard Urrutia
Juan Antonio	Zocca	Bruchou & Funes de Rioja
Florencia	Angélico	Bruchou & Funes de Rioja
Roberto	Villaseca	Carey
Julio	Recordon	Carey
Manuel José	Barros	Carey
Mónica	Pérez Quintana	Carey
Bárbara	Zlatar Ayuso	Cariola Díez Pérez-Cotapos
Juan Manuel	Rey	Cuatrecasas
Juan Carlos	Puentes	Cuatrecasas
Kiomi Mercedes	Osorio	Cuatrecasas
Arturo	Guerrero	ECIJA Abogados
Michael	Morales	Estudio Olaechea
Jorge David	Uribe Reyes	Falconi Puig
Luis Enrique	Cervantes Estevez	Gonzalez Calvillo
Alberto	Pliego Beguerisse	Gonzalez Calvillo
Daniel	Morán Salgado	Gonzalez Calvillo

NOMBRE	APPELLIDO	FIRMA
César	Gálvez T.	Guerrero Olivos
Felipe	Frühling K.	Guerrero Olivos
Mary Carmen	Fuertes Abascal	Hogan Lovells
Manuel	Bernet Páez	Jara del Favero
Christian	Schiessler Quililongo	Jara del Favero
Juan de Dios	Ferrada	Larrain y Asociados
Diego	Garay Pérez	Larrain y Asociados
Joaquín	Larrain Hurtado	Larrain y Asociados
Isabel	Palacios Del Valle	Larrain y Asociados
Francisco	Abeal	Marval O'Farrell Mairal
Fernando Manuel	Alemaný	Marval O'Farrell Mairal
Eugenio	Hoss	Marval O'Farrell Mairal
Agustina María	Ranieri	Marval O'Farrell Mairal
Luis Antonio	Monroy	Mijares, Angoitia, Cortés y Fuentes
Rodrigo	del Valle	Mijares, Angoitia, Cortés y Fuentes
Ana Clara	Gómez Casadei	Mitrani Caballero & Ruiz Moreno
Santiago	Martínez	Morales & Besa
David	Kuroiwa	Payet Rey Cauvi Pérez Abogados
Vanessa	Chávarry Meza	Payet Rey Cauvi Pérez Abogados
Micaela	Ortiz Rivarola	Payet Rey Cauvi Pérez Abogados
Mayra	Bryce Alberti	Payet Rey Cauvi Pérez Abogados
Facundo	Fernández Santos	Pérez Alati Grondona Benites & Arntsen
Agustín	Martorell A.	Prieto Abogados
Isabel Margarita	Wolleter	Prieto Abogados
Héctor	Cárdenas Ortega	Ritch Mueller
Santiago	Carrillo Cattori	Ritch Mueller
Juan José	Paullada Eguirao	Ritch Mueller
Adriana	Padilla Rivas	Ritch Mueller
Muriel	Menchola	Roselló Abogados
Alfonso	Liao Molina	TACTIC Estudio Legal
Alejandro Julián	Mora	Tanoira Cassagne
Rocío	Carrica	Tanoira Cassagne
Fernando Elías	García Gómez	White & Case

Entre las firmas con más designaciones se destacaron 7, las cuales sumaron 4 abogados como socios respectivamente: Barros & Errázuriz, Larrain y Asociados, y Carey en Chile; Ritch Mueller, y Basham Ringe y Correa en México; Marval O'Farrell Mairal en Argentina; y Payet Rey Cauvi Pérez Abogados en Perú.

En cambio, el país más dinámico respecto a las promociones fue Chile, donde se nombró al 37% del total de socios. Posteriormente México, Argentina, Perú y Colombia, donde, de forma respectiva se realizaron un 24%, 15%, 10% y 6% de los nombramientos.

DESIGNACIONES DIRECTIVAS

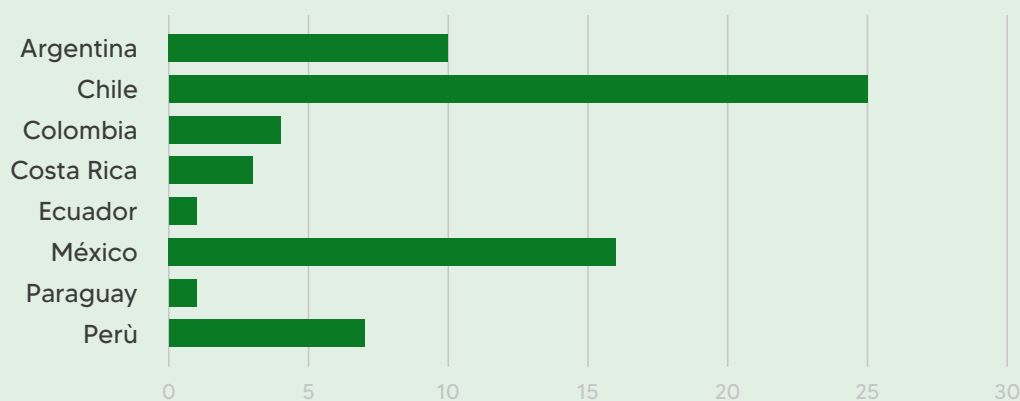
Adicionalmente, cabe mencionar algunas promociones que, no necesariamente fueron nombramientos a socios, sino a cargos directivos o de mayor renombre al puesto que desempeñaban anteriormente. Entre estos, sobresalen los fichajes de **Javier Naranjo Solano**, anteriormente ministro en el Ministerio de Medio Ambiente de Chile, ahora director de área en Jara del Favero;

La práctica con más crecimiento fue Mercantil/M&A donde se produjeron el 14% de los nombramientos

Mauricio Riesco, nombrado director de área en Honorato Delaveau, previamente asesor en Antofagasta Minerals; y **Marta Villagómez** ahora directora de área en Tobar ZVS, trasladándose desde la firma CorralRosales.

Por su parte, también resaltan **Matías Cikato**, designado director general de Cikato Abogados; **Francisco de Rosenzweig** y **Carlos Mainero Ruíz**, quienes desde enero fueron promovidos a socio ejecutivo y socio director, respectivamente, de la oficina de White & Case en México; **Oscar Trelles**, contratado como socio director de la oficina de Cuatrecasas en Lima; y los abogados de García & Bodán **Federico Gurdíán Sacasa** y **Oscar Torres Cañas** nombrados socio sénior y director regional del área Laboral, de forma respectiva.

TRASLADOS DE SOCIOS EN LATINOAMÉRICA



DESIGNACIONES DIRECTIVAS 2022

NOMBRE	APELLIDO	FIRMA	PUESTO DESIGNADO
Javier	Naranjo Solano	Jara del Favero	Director de área
Matías	Cikato	Cikato Abogados	Director general
Diego	Chijane	Cikato Abogados	Director de área
José Ignacio	Mercado	Carey	Director de área
Jorge	Fuentes	Carey	Director de área
Oscar	Trelles	Cuatrecasas	Socio director
Francisco	de Rosenzweig	White & Case	Socio ejecutivo
Carlos	Mainero Ruíz	White & Case	Socio director
Federico	Gurdián Sacasa	García & Bodán	Socio sénior
Oscar	Torres Cañas	García & Bodán	Director regional
Mauricio	Riesco	Honorato Delaveau	Director de área
Marta	Villagómez	Tobar ZVS	Director de área
Santiago	Miramón	Dentons Cárdenas & Cárdenas	Director de área
Paula	Vejarano Rivera	Dentons Cárdenas & Cárdenas	Director de área
Laura	Mateus	Dentons Cárdenas & Cárdenas	Director de área
María Paula	Álvarez	Dentons Cárdenas & Cárdenas	Director de área

FUSIONES DE FIRMAS

No podemos dejar de lado las integraciones que hubo entre despachos, gracias a las cuales se suscitaron movimientos de abogados, ya sea a nuevas firmas o a algunas ya existentes. The Latin American Lawyer contabilizó un total de 4 fusiones, descritas a continuación.

H&K - Gustavo Pardo

Gustavo Pardo y Asociados, despacho creado en 2013, se integra a Holland & Knight en Colombia, designando como socio a Gustavo Pardo Ardila ([ver nota aquí](#)).

ECIJA - Estudio Central

ECIJA GPA inauguró una oficina en la ciudad de Cuenca, Ecuador, tras integrarse con el despacho Estudio Central, incorporando a un equipo de 4 nuevos socios ([ver nota aquí](#)).

Bruchou Fernandez Madero & Lombardi - Funes de Rioja & Asociados

Los despachos argentinos Bruchou Fernandez Madero & Lombardi, y Funes de Rioja & Asociados anunciaron su integración en julio, introduciendo un equipo de más de 150 abogados y 55 socios ([ver nota aquí](#)).

Bedoya Goyes Abogados - ECIJA

ECIJA Colombia se fusionó con Bedoya Goyes Abogados a partir de noviembre, abriendo una nueva oficina en Bogotá especializada en Derecho Tributario y Fiscal ([ver nota aquí](#)).

FLUJO INTERNACIONAL

Por último, ponemos en relieve importantes movimientos a nivel internacional de firmas de Latam, aperturas de oficinas, así como los fichajes recopilados de socios especializados en la práctica Latinoamericana desde las oficinas de reconocidos despachos en Estados Unidos.

En primer lugar, un nuevo fichaje en la oficina en Madrid, España, de la firma mexicana Chevez Ruiz Zamarripa, a la cual, desde febrero, se integró el abogado fiscal **Miguel Bastida Peydro**, trasladándose desde el despacho español Uría Menéndez ([ver nota aquí](#)).

Asimismo, también en el país ibérico, el bufete mexicano Creel García-Cuellar Aiza y Enríquez anunció la apertura de una nueva oficina ubicada en Madrid, la cual operará a partir de este 2023 bajo el liderazgo del socio **Iker Arriola** ([ver nota aquí](#)).

Por el contrario, acercándose a Latinoamérica, la firma Dentons Global Advisors dio a conocer en octubre la

El país más dinámico respecto a las promociones fue Chile, donde se nombró al 37% del total de socios

inauguración de su oficina en Bogotá, iniciando operaciones en el país colombiano ([ver nota aquí](#)).

A su vez, cinco firmas con cobertura global designaron como socios a los siguientes abogados quienes, desde sus oficinas en Estados Unidos, brindarán asesoramiento en sus respectivas prácticas especializadas en el mercado Latinoamericano. El más destacado de estos fue **Alfonso Ugarte**, quien en septiembre se trasladó desde Chile a la oficina en Nueva York de Cuatrecasas para dirigir la práctica latinoamericana mercantil de la firma en Estado Unidos ([ver nota aquí](#)). ▣

FICHAJES ESPECIALIZADOS EN LATAM

NOMBRE	APELLIDO	FIRMA
José Miguel	Vivanco	Dentons Global Advisors
Alfonso	Ugarte	Cuatrecasas
Juan	Delgado	Sidley Austin
Francisco	Balduzzi	Womble Bond Dickinson
Alexandra	Aguirre	Holland & Knight
Paulo	Varnieri	Holland & Knight



INHOUSECOMMUNITYUS

The 100% digital information tool in English for U.S. and international In-house counsel



LEGAL AND INHOUSE AFFAIRS

INHOUSE INTERNATIONAL POSITIONS

GENERAL COUSEL IN THE US

COMPANIES' TOP MANAGEMENT

INTERNATIONAL DIGITAL NEWS



Follow us on



www.inhousecommunityus.com

TOMMY MENESES



PAMELA ANDRADE

Las iniciativas de empresas en Ecuador que apuestan por el beneficio de la sociedad han encontrado un espacio para compartir sus logros a través del proyecto “Pongamos de moda el intraemprendimiento social”, reciente propuesta de Heka Law Firm. The Latin American Lawyer se suma a la cadena de difusión tras conversar con los asociados a cargo, buscando inspirar a más compañías a tomar acción.

Inspirar a la comunidad a través del intraemprendimiento social

por giselle estrada ramírez

Para apoyar el crecimiento económico y social de una comunidad se puede iniciar con pequeños pasos y, sobre todo, difundiendo las acciones que algunos toman e inspiran al resto. Ante este concepto en beneficio de la sociedad, Heka Law se dio a la tarea de visibilizar iniciativas que impactan de manera positiva.

Bajo el [proyecto](#) “Pongamos de moda el intraemprendimiento social” se busca reconocer los esfuerzos de empresas de Ecuador y la región que impulsen el intraemprendimiento social y la responsabilidad social corporativa. Todo ello a través de notas, artículos y entrevistas, difundidas de manera mensual en distintos [medios](#) de comunicación, enfocadas en los líderes de este tipo de proyectos que incidan provechosamente en la comunidad.

La firma describe el intraemprendimiento social como una herramienta disruptiva en las organizaciones que crean en sus trabajadores una oportunidad de materializar sus ideas, un “ganar-ganar” tanto para la empresa como para la comunidad o el medio ambiente. Debido a ello, y para promover la diversidad e inclusión, en esta iniciativa se invita a empresas de todo tipo de industrias a compartir sus experiencias, beneficiándose al destacar su diferenciador social y exponer sus objetivos de manera masiva.

Desde multinacionales de alimentos y bebidas como Nestlé, organizaciones Fintech, compañías de telecomunicaciones y farmacéuticas como Boehringer Ingelheim y Roche se han sumado al proyecto, donde esta última ya detalló su propuesta de etiquetado digital en los medicamentos por medio de una [entrevista](#).

Los asociados a cargo del proyecto describieron en sus propias palabras, para The Latin American Lawyer, el corazón detrás de la labor, así como el evento que concluirá la primera etapa de esta propuesta que pretende continuar a largo plazo, impactando positivamente en las comunidades.

¿Cómo surgió este proyecto?

Tommy: Este proyecto fue una iniciativa de los asociados del equipo de TMT, Tommy Meneses y Pamela Andrade, con el apoyo del Directorio de la firma, el cual aprobó y destinó recursos para su realización. Este proyecto busca promover, a través del storytelling, que más empresas en Ecuador y Latinoamérica emprendan iniciativas de Intraemprendimiento social.

El Intraemprendimiento social que fue el concepto que inspiró esta iniciativa, se refiere a una herramienta disruptiva, la cual se desarrolla en torno a iniciativas emprendidas por una organización en beneficio de la sociedad o el medio ambiente. Este concepto está íntimamente ligado a la responsabilidad social corporativa.

Dentro de la firma ¿quiénes conforman el equipo a cargo y cómo se organizan?

Tommy: El equipo encargado de este proyecto está co-liderado por Tommy Meneses y Pamela Andrade, asociados de la firma, con el apoyo directo de Isabela Sacoto, paralegal. Este proyecto, además, tuvo el apoyo directo e inmediato del Directorio de la Firma, siendo como consecuencia supervisada por Andrés Terán, socio y gerente de la firma.

Objetivo del proyecto:
Promover la participación de nuevas empresas que deseen incursionar en iniciativas de responsabilidad social corporativa



SOBRE TOMMY MENESES

Tommy es abogado por la Universidad Central del Ecuador, cuenta con una especialización como International Privacy Professional otorgada por la International Association of Privacy Professionals y es auditor interno de Sistemas de Gestión Antisoborno por la Universidad de Cataluña.

Tommy tiene 6 años de experiencia en las áreas de Corporativo, Tributario, Compliance/ Anticorrupción, así como en sectores regulados y las principales industrias; alimentos, farmacéutica, salud, energía renovable y no renovable. Ha basado su práctica profesional dentro de prestigiosas firmas jurídicas del Ecuador y en diversos departamentos de legales y Compliance de compañías multinacionales en Chile, Ecuador y Perú.

Generar un espacio de conversación y de debate, necesario en Ecuador y Latinoamérica, respecto a no sólo pensar en el desarrollo del negocio, sino dar de vuelta: ¿cuál es el rol de las empresas en las comunidades?

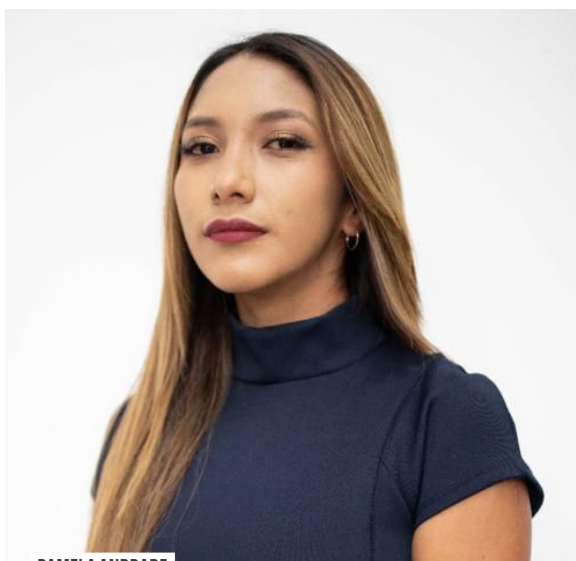
A pesar de que el equipo arriba detallado se encarga directamente de gestionar el proyecto, éste está abierto para que cualquier miembro de Heka Law Firm, independientemente de su rol, rango o posición en la compañía, pueda colaborar activamente.

Para Heka Law Firm es importante que los colaboradores realicen actividades dinámicas que los saquen de su zona de confort y desarrollen sus habilidades blandas al mismo tiempo que impactan positivamente a la sociedad.

¿Hacia quién va dirigido el proyecto? ¿cómo se medirá el impacto alcanzado?

Pamela: Este proyecto está dirigido a empresas y organizaciones en Latinoamérica, de cualquier tamaño o rubro, ya que creemos que todos podemos generar un impacto positivo en la sociedad o el medio ambiente.

Al finalizar cada año, se presentarán de forma pública a través de los medios de difusión al alcance de la firma (redes sociales, página web, etc.) estadísticas del impacto generado por las empresas entrevistadas.



PAMELA ANDRADE

¿Cómo decidieron las industrias y empresas que forman parte de esta primera parte piloto del proyecto?

Tommy: Heka Law Firm cree en la diversidad e inclusión, por esto, el primer grupo de empresas pertenece a diferentes industrias como la farmacéutica, alimentos y bebidas, gremios empresariales, telecomunicaciones, etc., demostrando así que cualquier empresa, sin considerar su giro de negocio, puede aportar a la sociedad y al ambiente.

Entre estas empresas se encuentran multinacionales, medianas y pequeñas empresas. Por tanto, el mensaje que queremos enviar es que, sin importar el tamaño o industria a la que pertenezca una organización se puede impactar positivamente a la sociedad al emprender proyectos de intraemprendimiento social.

¿Qué se espera lograr a partir de concluir la primera parte del proyecto? A futuro ¿se continuará con el proyecto, o se crearán nuevos proyectos con los mismos objetivos?

Pamela: Al concluir la primera parte del proyecto se realizará un foro que hemos denominado “Foro por la sostenibilidad”, en el cual invitaremos a los líderes de las empresas que hemos entrevistado e invitados especiales que brindarán información práctica sobre como emprender iniciativas de Intraemprendimiento Social.

Si bien este será un foro dirigido a empresas,

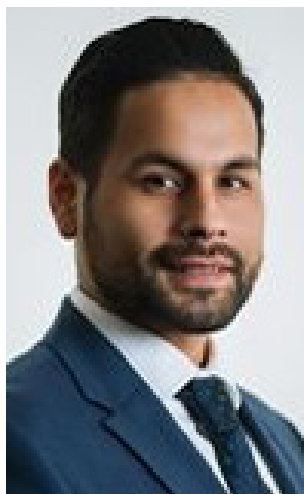
también estará abierto al público general, para que cualquier persona interesada en impactar positivamente a la sociedad, pueda compartir ideas, hacer preguntas e informarse sobre este relevante tema.

El proyecto “Pongamos de moda el Intraemprendimiento social”, no finalizará con este evento, sino que además tendrá una segunda edición a llevarse a cabo durante el 2023. En esta nueva etapa se presentarán historias de diversas empresas sobre temas relacionados con la sostenibilidad, tales como: diversidad e inclusión, conservación medioambiental, igualdad de género, etc. 📖



SOBRE SOBRE HEKA LAW

Heka Law Firm nace con el objetivo de brindar servicios legales mediante soluciones acertadas, de manera proactiva, ética y eficiente. Dispone de un equipo de expertos profesionales con perfiles multidisciplinarios para atender los más diversos requerimientos de sus clientes. La firma cuenta con oficinas en Quito y Cuenca; así como corresponsalías en las ciudades más importantes del Ecuador.



Cuando los acuerdos para no quitarse trabajadores entre empresas pueden generar riesgos para las organizaciones - EL CASO PERUANO

por crosbby buleje

Muchas organizaciones actualmente están al tanto de la existencia de las normas de libre competencia. Por esa razón, en atención a sus compromisos con sus clientes, incorporan en sus programas de cumplimiento, la prohibición de establecer acuerdos entre competidores para fijar los precios de sus productos; o la prohibición de repartirse clientes o zonas geográficas con sus competidores; de acuerdo a lo que establece el art. 11 de la Ley de Represión de Conductas Anticompetitivas ("LRCA").

Es sabido que, al prohibir tales conductas, se busca que el mercado sea más competitivo, lo que se traduce en mejores precios y condiciones para los consumidores. Estos mismos beneficios se producen cuando existe libre competencia en el mercado laboral. En efecto, bajo condiciones de competencia adecuadas, los empleadores compiten por ofrecer los mejores sueldos o condiciones laborales a fin de captar a los mejores trabajadores. Sin embargo, podría ocurrir que empleadores de distintas compañías (con

independencia de que sean o no competidores en el mercado, con respecto a los productos o servicios que ofrecen), ejecuten determinados acuerdos que restrinjan la competencia en el ámbito laboral, lo cual se puede traducir en menores salarios o incluso la pérdida de oportunidades laborales en mejores condiciones.

Como establece la Guía para Profesionales de los Recursos Humanos emitida por el Departamento de Justicia de Estados Unidos ("DOJ"), una empresa podría infringir las leyes antimonopolio en ese sentido si: a) acuerda con el personal de otra empresa el salario de los empleados u otros términos de compensación, ya sea en un nivel específico o dentro de un rango ("wage fixing agreements"), o b) acuerda con el personal de la otra empresa no solicitar o contratar a los empleados de esa otra empresa ("no poaching agreements").

Los wage fixing impiden que los trabajadores puedan acceder a mejores salarios o condiciones laborales. Los no poaching

agreements impiden que los trabajadores puedan acceder a mejores puestos de trabajo. Por esta razón, las agencias de competencia investigan la existencia de estos acuerdos y verifican que no infrinjan la legislación de libre competencia. En el Perú, ello ya no es novedad. En el 2020, Indecopi publicó la "Guía Informativa - Acuerdos Anticompetitivos entre Empresas en el Ámbito Laboral", con la finalidad de orientar a las empresas, empleadores y profesionales de recursos humanos sobre los principales alcances y aplicación de las normas de la libre competencia en el ámbito laboral (la "Guía").

La Guía es un buen punto de partida para las organizaciones a fin de identificar riesgos relacionados con acuerdos restrictivos en el ámbito laboral. En mi opinión, no obstante, la Guía podría ser perfeccionada en una segunda versión, en tanto que no aborda un aspecto muy importante: los casos en que sí pueden ser legítimos.

En efecto, conforme la LRCA, las infracciones pueden ser del



tipo “prohibiciones absolutas” o “prohibiciones relativas”. Cuando las empresas se ponen de acuerdo con la única finalidad de fijar precios o repartirse el mercado, se considera una prohibición absoluta. En tales casos, basta con la sola existencia del acuerdo, para que la conducta sea ilegal. No se analiza su razonabilidad ni los efectos en el mercado. Sin embargo, cuando estos acuerdos son auxiliares a otros acuerdos de integración, se consideran prohibiciones relativas. Ello implica que, para determinar la ilegalidad, se requiere primero identificar el acuerdo y luego analizar si los efectos restrictivos sobre la competencia superan las eficiencias de mercado que se puedan generar. Y es que pueden existir integraciones económicas que, aunque supongan acuerdos entre competidores, pueden ser beneficiosas para el mercado. Pensemos, por ejemplo, en los terminales terrestres organizados entre diferentes compañías de transporte en los que el tarifario, los horarios y el punto para el embarque y desembarque, son el resultado de un acuerdo entre competidores. Lo mismo sucede con los no poaching y wage fixing agreements. Bajo determinadas condiciones, su implementación puede ser legítima desde un punto de vista de una mayor eficiencia de mercado y por ende no deben ser considerados per se ilegales. Evidentemente ello no ocurre cuando dos empresas se ponen de acuerdo con el único fin de no competir para ofrecer mejores salarios a sus trabajadores o

mejores oportunidades de trabajo, por lo que, en ese contexto, se consideran prohibiciones absolutas. No sirven a un propósito legítimo. Sin embargo, ello no es equiparable cuando estos acuerdos tienen lugar en el contexto de una operación de concentración como una compra de empresa o la creación de un joint venture entre dos agentes económicos; o, en el marco de una relación vertical franquiciante - franquiciado. En estos casos, el establecimiento de acuerdos de no poaching o wage fixing son auxiliares a acuerdos de integración que buscan generar eficiencias, con un propósito legítimo. Por ejemplo, la protección de secretos comerciales o know-how, o la rentabilidad en el largo plazo del negocio conjunto o la operación de concentración.

La Guía no analiza estos supuestos y establece únicamente que los no poaching agreements infringen la LRCA y que los wage fixing agreements se consideran prohibiciones absolutas. En la guía de la DOJ, por el contrario, sí se ha señalado que en los contextos anteriores, tales acuerdos pueden ser lícitos, según cada caso, en la medida que el acuerdo restrictivo (a) sea auxiliar a la integración, conste por escrito y sea el resultado del acuerdo entre todas las partes; y, (b) sea proporcional y se implemente de manera restrictiva (que aplique únicamente respecto de aquellos trabajadores que sean necesarios para lograr el propósito legítimo y la duración del acuerdo esté bien acotada).

Como puede observarse, existen situaciones en la que estos acuerdos pueden generar riesgos en materia de libre competencia, por lo que es importante que las organizaciones contemplen en

sus programas de cumplimiento algunas reglas y recomendaciones de cuándo se podrían establecer este tipo de acuerdos en el ámbito laboral a fin de evitar riesgos de infringir la LRCA. 

SOBRE CROSBY BULEJE

Crosby es abogado y magister. Cuenta con más de 15 años de experiencia en Derecho de la Competencia, Publicidad y Regulación, tanto en el sector privado como público. Actualmente, es presidente del Comité de Libre Competencia de la World Compliance Association. Asimismo, es asociado principal en el Estudio Echecopar asociado a Baker & McKenzie International en el área de competencia y TMT. Ha participado en las investigaciones y procedimientos más importantes en derecho de la competencia a nivel nacional. Diferentes rankings de abogados han destacado su labor en el campo de derecho de la competencia y telecomunicaciones, debido a su profundo conocimiento en las materias. Crosby se encarga de la consultoría en materias en competencia, regulación publicitaria, protección al consumidor, telecomunicaciones y protección de datos. De igual manera, tiene a cargo la defensa de empresas en distintos procedimientos ante el INDECOPI, OSIPTEL y otras autoridades. Ha publicado diversos artículos en materia de competencia y se ha desempeñado como docente en dichos campos.. 



ENTROPÍA Y *COMPLIANCE*

por nancy yong ch.

La entropía, concepto muy utilizado en termodinámica, se define como la tendencia natural hacia el desorden de todo proceso o sistema establecido: mientras más “positiva” sea esta, mayor será el desorden. Esta situación puede darse por degradación del mismo sistema o por la influencia de agentes externos. Por ejemplo, empíricamente sabemos que un motor que no se utiliza se degrada por falta de uso y el mismo equipo funcionando también se degrada, pero en este caso, por el desgaste natural que produce su manipulación.

Desde el punto de vista de gestión empresarial, el mantenimiento y actualización de los procesos y sistemas adoptados requiere de esfuerzos y recursos efectivos, eficientes y continuos. Este último concepto es clave para evitar su degradación; generando una entropía “negativa” que permita que estos permanezcan

funcionando sostenible y oportunamente.

En línea con ello, una pregunta que siempre debe estar en mente de los altos directivos y alta gerencia es: ¿nuestro enfoque o estructura de cumplimiento (el sistema) es adecuado para nuestra perspectiva de futuro? O, dicho de otra forma, ¿la estructura de cumplimiento que tenemos nos permitirá llegar adecuadamente al lugar que visualizamos?

La experiencia nos indica que muchas veces en el momento de esbozar los planes y presupuestos, sean estos de corto, mediano o largo plazo, los aspectos relacionados con planificación y cumplimiento no se toman en cuenta de manera correlacionada, pues no se tiene una real conciencia de sus impactos e implicancias empresariales. De esta manera, se termina “poniendo la carreta delante de los caballos”, generando potenciales riesgos

de impactos financieros negativos para la organización. Como parte de su metodología de trabajo, PwC ha identificado los siguientes cinco atributos de enfoques altamente efectivos que permiten lograr una estructura de *compliance* adaptable a las circunstancias actuales y futuras, facilitando la eficacia en los esfuerzos de cumplimiento regulatorios, legales, de tecnología de información, financieros, fiscales y comerciales, entre otros:

1. Cumplimiento alineado con la estrategia organizacional, su propósito, sus valores y no sólo con las leyes y regulaciones. Los procesos y soluciones de cumplimiento alineados con los objetivos comerciales generales son más efectivos para generar confianza y esto se puede lograr a través de saber el “por qué”, “cómo” y “dónde” del cumplimiento.



2. Experiencia diferenciada con los clientes. Los procesos de cumplimiento deben diseñarse en función al cliente, siendo que el *compliance* de sus expectativas fortalece la confianza y es clave para competir con eficacia y efectividad.

3. Los procesos de cumplimiento deben soportarse en tecnología y datos, pues ayuda a aumentar y optimizar los resultados al reducir tanto el costo de los procesos de cumplimiento como la probabilidad de costosas fallas. Hoy en día, es difícil concebir alta confiabilidad y eficiencia en el cumplimiento sin ayuda de la tecnología.

En la actualidad hay organizaciones que están implementando una amplia gama de tecnologías de última generación que implican reconocimiento de lenguaje natural y análisis avanzado para desarrollar un *compliance* más eficiente, automatizado y efectivo; relacionadas con estructuras y sistemas de gobierno corporativo, gestión de riesgos y cumplimiento (GRC).

4. Diseño centrado en el ser humano. Los procesos de cumplimiento deben construirse para ayudar a las personas a impulsar una conducta y comportamiento de cumplimiento, basados en una sólida comprensión del

comportamiento humano que permita reducir el riesgo de incumplimiento involuntario, así como alinear los objetivos del personal y de la organización.

5. Cumplimiento predictivo y preventivo. Las actividades de *compliance* son predictivas, preventivas y proactivas, y no sólo de detección. Prevenir las fallas de cumplimiento es siempre más efectivo que detectarlas, investigarlas y corregirlas.

Una de las formas más comunes en que ocurren estas fallas es cuando las organizaciones se retrasan en la identificación de los desarrollos regulatorios emergentes. Aprovechar los conocimientos y la información de las herramientas de exploración del horizonte regulatorio y las bases de datos de terceros puede ayudar a mantenerse a la vanguardia. La disponibilidad de datos y tecnología en toda la organización permite que la prevención, la detección en tiempo real y la corrección de las infracciones de *compliance* sean cada vez más eficientes.

Finalmente, es importante recalcar que debe revisarse y actualizarse permanentemente las actividades de *compliance* de tal manera que permitan disminuir los altos costos relacionados con una “entropía positiva” que inadvertidamente puede estar desarrollándose al interior de los sistemas

organizacionales. Al final del día, se trata de constituir y mantener una organización sostenible, basada en altos estándares medioambientales, sociales y de gobernanza (ASG) para una anhelada supervivencia empresarial. 

SOBRE NANCY YONG CH.

Socia de la Línea de Advisory, Líder de Servicios de Gobierno Corporativo, Riesgos & Cumplimiento y Líder de Servicios Forenses de PwC. Cuenta con más de 30 años de experiencia en empresas del sector minero, banca y seguros y de la industria en general; brindando servicios de asesoría a directorios, comités de auditoría y riesgos y alta gerencia, en aspectos de gobierno corporativo, gestión integral de riesgos y controles, cumplimiento normativo y tecnología de información. Asimismo, realiza labores de investigación forense y ha brindado servicios de auditoría externa e interna.

Cuenta con una Maestría en Administración de Negocios y otra en Dirección de Marketing y dos Diplomados en Finanzas. Es conferencista internacional y acreditada con las más relevantes certificaciones en su ámbito de competencia, incluyendo aspectos de innovación y transformación digital. Actualmente es profesora de postgrado en universidades del Perú; así como articulista permanente en medios especializados y de negocios. 



CRITERIOS ESG Y SOSTENIBILIDAD, ¿UNA MODA PASAJERA?

por rosana madrid montoro

"La tragedia de los comunes" (Hardin, 1968) describe lo que ocurre cuando varios individuos, que actúan de forma independiente y por interés personal, destruyen un recurso común. Un campo imaginario en el que distintas familias tienen animales de pastoreo. Todos comparten este bien común que no es propiedad de nadie en particular sino del pueblo. Cada familia individualmente satisface sus necesidades mediante este recurso y juntos prosperan. La tragedia tiene lugar cuando prosperan demasiado.

A un individuo le va muy bien y decide comprar más animales. Otra familia toma la misma decisión. El rebaño que pastan es ahora demasiado grande y supera la capacidad de ese campo para regenerar la bio masa para alimentar a los animales.

Al perseguir por separado sus propios intereses y buscar maximizar el uso personal del recurso común, los individuos producen un resultado perjudicial para todos: el agotamiento del bien. Cuando esto ocurre, ¿Qué podemos hacer? ¿Qué decisión tomar

para encontrar el equilibrio? ¿Con alicientes o elementos disuasorios?, ¿algún tipo de impuesto o sanción?

La idea de los bienes comunes también ha surgido en los últimos años, en los círculos empresariales, que ha llevado al desarrollo de criterios ESG, environmental, social and governance, siglas en inglés de medioambiente, sociedad y buen gobierno, que tienen un papel importante en las estrategias de las organizaciones. Los criterios de inversión responsable han ganado relevancia en las últimas décadas a la par que se han ido evidenciando los impactos en el medioambiente de las actividades humanas, así como los riesgos reales de retroceso en materia de igualdad y desarrollo, lo cual impulsa un cambio radical en el mercado de inversión, que han llevado a las empresas a plantearse preguntas como: ¿Cuál es el valor social de las actividades corporativas? ¿Cómo protegen las empresas los bienes comunes, la atmosfera, los océanos, los recursos naturales? ¿Cómo protegen estos recursos comunes de los que ellas y otras empresas dependen? La

idea de los bienes comunes es un concepto fundamental de la sostenibilidad.

¿De qué se trata la sostenibilidad? La **sostenibilidad** se define como "un **estado de equilibrio** entre los recursos naturales y nuestras propias necesidades, es decir, entre el planeta Tierra y la especie humana".

Conseguir un equilibrio material entre lo que **tenemos disponible y lo que necesitamos para vivir y cumplir nuestras aspiraciones** sólo constituye una parte de todo el equilibrio que se necesita para un verdadero futuro sostenible.

Este equilibrio material se encuentra dentro de un conjunto complejo de prioridades y valores sociales políticos y económicos. A medida que actuamos para reducir **la extracción de recursos no renovables, surgen una serie de consideraciones éticas para permitir la regeneración de los recursos renovables** y establecer sistemas técnicos, mecanismos económicos, estructuras políticas y normas de comportamiento que conlleven la recuperación, el reciclaje y la reutilización sustanciales de los materiales.



Mientras una acción cause poco, menos o ningún daño al mundo natural, los ecosistemas seguirán operando y generando las condiciones que permitan que la calidad de vida no disminuya.

¿Cuándo se considera que un producto es sostenible?

Un producto sustentable, busca optimizar su fabricación junto con la minimización del impacto ambiental en su proceso productivo. Casi ninguna acción está completamente libre de impacto ambiental, por lo que la mayoría de las organizaciones y legislaciones, conscientes de los ecosistemas, se esfuerzan por minimizar el impacto negativo. Para que un producto se considere sostenible, debe reunir las siguientes características:

Ciclo vital: Productos cuya vida es completa y con muy poco impacto en el medio ambiente. Es respetuoso en todo el proceso de manufactura, desde la recolección de las materias primas, el tratado de las mismas, la elaboración del artículo, su distribución, el uso, hasta la eliminación.

Dualidad: Los productos sostenibles tienen un doble enfoque, es decir, tienen en cuenta el factor humano y el ambiental. Un bien será sostenible cuando sea responsable de las condiciones laborales y de los derechos humanos que lo fabrica. En paralelo, debe respetar el lugar donde extrae y crea los productos.

Contribución positiva: La producción sostenible tiene un impacto global, promoviendo el comercio justo. Asimismo, ayudan a las comunidades y sociedades que los fabrican ofreciéndoles

crecimiento socioeconómico y mejorando la calidad de vida en la región. Se trata de un trabajo con objetivos positivos en todo el planeta.

Satisfacción de necesidades:

En el mercado existen muchos artículos que cumplen los mismos objetivos, sin embargo, los productos sostenibles no sólo satisfacen el deseo de quien los adquiere, también lo hacen indirectamente a los individuos que han hecho posible su creación y los ecosistemas.

Competitividad: Debido al punto anterior, existe una gran competencia entre marcas. El que tiene algo nuevo o diferente que ofrecer es el que llama la atención y por esto, los productos sostenibles están firmes en el mercado y ampliando su público objetivo.

Conclusión

Incluir la sostenibilidad y los criterios ESG tanto en nuestro estilo de vida particular, como dentro de las empresas no es una moda pasajera, sino una forma de vida que cada vez tiene más adeptos y alta rentabilidad.

Por esta razón, apostar por la sostenibilidad y la aplicación de los criterios ESG en las organizaciones no sólo representa una mejor opción para el planeta, sino también para la rentabilidad financiera de las empresas.

La evolución de los mercados se inclina cada vez más hacia los movimientos ecológicos, por lo que es una tendencia que no puede pasar desapercibida y una oportunidad latente para obtener una mayor cuota de mercado y una buena ventaja competitiva. ■

SOBRE ROSANA MADRID MONTORO

Abogada, Magister en *Compliance* Penal por la UCLM-España. Especialista en Regulatory Compliance and U.S. Law por la Fordham University School of Law - NY -EEUU. Miembro del Comité Técnico Normativo de Sistema de Gestión de Calidad para Promover la Integridad del INACAL PERU. Consultora para Proética, Capítulo Peruano de Transparency International en Evaluación de Riesgos de Corrupción en Industrias Extractivas - Minería y Pesca. Ha participado en la elaboración de la herramienta The Mining Awards Corruption Risk Assessment (MACRA) para Evaluación de Riesgos de *Compliance* en el sector Minero, elaborada conjuntamente con 20 países (Mining for Sustainable Development Programme M4SD) Phase I of the Programme, Berlín 2016 – 2017, BHP Billiton Foundation y the Australian Government through the Department of Foreign Affairs and Trade. Ha brindado consultoría en Riesgos y Cumplimiento en pesca INDNR para Sea Shepherd Legal. Ha sido directora de Integridad y Lucha Contra la Corrupción del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, jefa de la Oficina de Ética y Lucha contra la Corrupción de la Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil – SUCAMEC. Actualmente es Coordinadora de la Unidad de Integridad y Oficial de Cumplimiento Antisoborno del Ministerio de Trabajo del Perú. Miembro de la Junta Directiva, directora Académica, presidente del Comité ESG de la World Compliance Association, Capítulo Perú. ■



BEHAVIORAL COMPLIANCE:

¿CÓMO ABORDAMOS LOS DILEMAS ÉTICOS?

por teresa tovar mena

Los programas de *compliance* se han convertido en herramientas indispensables para las empresas, ayudándolas a prevenir, detectar y mitigar riesgos vinculados a la posible comisión de delitos, infracciones o faltas a las políticas corporativas. Nos preocupamos por que dichos programas estén bien documentados, sean difundidos entre el personal y éste se encuentre debidamente entrenado.

Sin embargo, ¿es todo esto suficiente para tener un *compliance* efectivo? A veces, por el afán de tener un programa bien diseñado o estructurado, priorizamos los aspectos formales y podemos perder el foco en lo que muchas veces es el origen del problema: el propio comportamiento humano.

Entender la conducta de las personas puede ser una tarea compleja. Hace algunas décadas, los especialistas postulaban

que el comportamiento humano podría explicarse en el resultado de una ecuación o ponderación que realiza una persona entre los costos en los que incurriría si comete una falta, frente a los beneficios que esta le reportaría (teoría del delincuente racional). No obstante, se ha demostrado que estos supuestos de “elección racional” no son siempre reales o tan simples, siendo necesario considerar otras posibilidades (más matizadas) de comportamiento.

Ante dicha premisa, surge la ética conductual como una línea de investigación y estudio de los procesos cognitivos involucrados en la adopción de decisiones éticas. Esta rama parte de la premisa que la capacidad de decisión de las personas se ve limitada por un conjunto de sesgos que distorsionan su juicio ético (incumplimiento auto-justificado o *self-justified noncompliance*) o que impiden la propia deliberación ética

(incumplimiento auto-cegado o *self-blinded noncompliance*), de modo que, al no ser conscientes de las implicancias morales de su conducta, les es más fácil actuar de forma deshonesta sin remordimientos.

La aplicación de la ética conductual en el *compliance* (conocida como *behavioral compliance*) supone que el diseño y la gestión de la función de cumplimiento de una organización debe apoyarse en una gama más amplia de predicciones vinculadas al comportamiento humano. Así, en el contexto organizacional, resulta indispensable conocer cuáles son los sesgos en los que incurre un colaborador y que lo podrían llevar a cometer una falta y/o a ignorar o evadir los controles preventivos instaurados.

A continuación, se describen los principales sesgos cognitivos que podrían presentarse en una organización:

1. **Autoservicio (*self-serving*):**
Los intereses propios de



cada persona moldean de forma inconsciente su comprensión y entendimiento de la realidad. Así, las personas tienden a interpretar las situaciones que enfrentan de la manera que más les conviene, ignorando aquellos hechos que sean contrarios a sus intereses, lo que les impide apreciar su propia conducta deshonestas.

2. **Pendientes resbaladizas (*slippery slopes*):** Las personas podemos perdonarnos haber cometido una pequeña falta ética que, a nuestros ojos, puede parecer imperceptible o poco significativa; sin embargo, con el transcurso del tiempo, nos permitimos ir de a pocos cometiendo más faltas, cada vez ligeramente más grandes (incrementalismo). El hecho que una persona pueda ir escalando en su comportamiento no ético puede deberse a distintos factores, por ejemplo, a que los resultados que obtiene tras la comisión de la falta suelen ser positivos, o a que sea menos propensa a percibir su propio comportamiento no ético debido a que ocurre en pequeños incrementos

3. **Aversión a la pérdida (*loss aversion*):** Estamos más dispuestos a asumir riesgos cuando enfrentamos una amenaza de pérdida, a diferencia de aquellas situaciones donde tenemos la oportunidad de ganar algo de igual valor. Inclusive, si

una persona se encuentra en una situación crítica donde percibe que la única forma de solución es la conducta deshonestas, estará más dispuesta a cometer faltas éticas.

4. **La competencia:** Ante la emoción de una potencial ganancia y el temor a las posibles pérdidas que se pueden generar en un contexto competitivo, la probabilidad de que las personas incurran en una falta ética aumenta a medida que uno se va acercando a la meta, pero no está a la delantera. Esta tendencia se intensifica aún más si el competidor es un rival conocido y de quien también se esperaría una conducta deshonestas si estuviera en nuestra posición.
5. **La cultura:** Muchas de las tendencias conductuales se intensifican en el contexto organizacional. Por ejemplo, cuando observamos que otro hace una pequeña trampa, nos volvemos más propensos a ser deshonestos también, produciéndose un efecto de contagio. Asimismo, la probabilidad de cometer una falta es mayor cuando un individuo actúa en grupo pues existe una tendencia a justificar la conducta no ética cuando involucra y beneficia a más personas.

Conocer estos sesgos nos puede ayudar significativamente a entender el riesgo de comportamiento no ético de

quienes pertenecen a una organización y a distinguir las situaciones donde son más propensos a cometerlas. Con esta aproximación, las organizaciones estarán en mejor posición para identificar sus vulnerabilidades e incluir medidas para fortalecer los elementos de su programa de *compliance*, promoviendo su aplicación eficiente. ■

SOBRE TERESA TOVAR

Teresa Tovar es una abogada especializada en Corporate Compliance, libre competencia, protección de datos personales y asuntos relacionados a tecnologías de la información. Es socia del Estudio Echecopar, firma asociada a Baker & McKenzie International. Trabaja en diversos proyectos para la implementación de programas de compliance, en la realización de investigaciones internas y en procesos de due diligence en materia anticorrupción para empresas de diversas industrias.

Es miembro del Comité Técnico del Instituto Nacional de Calidad – INACAL. Asimismo, Teresa es miembro de los comités directivos regionales de Compliance y de Antitrust de Baker & McKenzie, presidente del Comité de Compliance de la Cámara de Comercio Peruano Americana (AMCHAM Perú), presidente de la Comisión de Competencia de la Cámara de Comercio de Lima y miembro de la Junta Directiva del Capítulo Perú de la World Compliance Association. ■



LA EFECTIVIDAD DE LOS CANALES DE DENUNCIA

por fredy martin guerra rojas

Cuando hablamos de qué tan bueno o eficaz es un canal de denuncias, nos vienen a la mente ejemplos, como una herramienta que permita custodiar de manera adecuadas las denuncias o un proceso para el tratamiento de la denuncia adecuado. Todas estas aseveraciones son correctas, pero, a estas debemos agregar mecanismos de protección al denunciante, KPI's que nos permitan medir si realmente nuestro sistema de gestión de denuncias está funcionando de manera correcta, pero, sobre todo, si estos canales de denuncia están generando **CONFIANZA**, la cual, creo yo, es el fin ulterior de estos mecanismos.

Entonces, ¿Qué debemos hacer para tener un buen canal de denuncias? Pues un buen punto de partida es aplicar los lineamientos que nos señala la ISO 37002:2021 I, el más reciente

estándar para la gestión de canales de denuncia.

Dicho documento proporciona a las organizaciones orientación para establecer, implementar, mantener, y mejorar un sistema de gestión de denuncias que esté orientado a: i) alentar y facilitar las denuncias; ii) apoyar y proteger a los denunciantes y otras partes involucradas; iii) asegurar que las denuncias se traten de manera adecuada y oportuna; iv) mejorar la cultura organizacional y la gobernanza; y, v) reducir los riesgos de irregularidades.

Pero ningún canal de denuncias va a funcionar si los órganos máximos de la organización no entienden y/o valoran la importancia de que estos mecanismos. El contar con un adecuado canal de denuncias significa una oportunidad para las

empresas de mitigar fraudes, atacar posibles actos de corrupción, entre otros. Pero estas situaciones no van a ser denunciadas si los denunciantes o "alertadores" no confían en que vayan a ser escuchados o temen por represalias en su contra.

Es por ello, que los procedimientos de denuncias deben proporcionar adecuados mecanismos para proteger a los denunciantes, los cuales pueden ser desde trabajadores, proveedores, clientes, entre otros. Es aquí donde mecanismos tales como el anonimato en la denuncia, blindaje ante el despido, licencias con goce de haber, y/o blindaje en procedimientos de licitación para proveedores toman relevancia para fortalecer la confianza en que las denuncias serán escuchas y se protegerá al denunciante.



El estándar también nos habla de la posibilidad de dar incentivos o recompensas a los denunciantes, los cuales pueden ser una herramienta poderosa si lo que buscamos es incentivar a la gente a que pierda el miedo y denuncie. Sin embargo, debemos tener mucho cuidado que esta recompensa no se convierta en un incentivo malévolo, que genere una cacería de brujas dentro de las organizaciones.

Por otro lado, la calidad del investigador, así como la información recabada para el tratamiento de la denuncia es vital para que la gestión de la denuncia sea eficaz. Por ello, es necesario que las personas a cargo de la investigación tengan el perfil y las competencias suficientes para llevar a cabo la labor, estar exentos de conflictos de interés, contar con los recursos adecuados, y tener facilidad de comunicación. Asimismo, la organización debe establecer mecanismos para proteger la identidad de los investigadores, a fin de salvaguardar cualquier injerencia que pueda haber sobre el hecho investigado.

Finalmente, debemos asegurarnos que los informes que concluyan las investigaciones contengan como mínimo los siguientes elementos: i) conclusiones de la investigación; ii) acciones correctivas; iii) comunicación al personal responsable de apoyar y proteger al denunciante y a las partes interesadas; iv) señalar las



medidas de protección en curso;
v) recopilar los comentarios
del denunciante y testigos; vi)
identificar lecciones aprendidas,

así como controles a mejorar; y,
vii) considerar cómo la denuncia
pueda usarse para el aprendizaje
de la organización. 

SOBRE FREDY MARTIN GUERRA ROJAS

Compliance Officer Senior Certificado por la World Compliance Association, Gerente Corporativo de Ética, Riesgos y Cumplimiento en COSAPI S.A. para Perú, Chile, Bolivia, Colombia y Panamá. Experto Internacional en Implementación y auditoria de ISO 37001:2016, y Auditor Jefe de Sistemas de Compliance por la World Compliance Association.

Master en Finanzas y Derecho Corporativo por la Universidad Esan, Master en Cumplimiento Normativo por la Universidad Castilla - La Mancha, Candidato al MBA de la Universidad Esan. Abogado de la facultad de Derecho de la Universidad San Martín de Porres, con amplia experiencia en implementación y auditorías de Sistemas de Compliance acorde a legislación peruana y estándares internacionales.

Miembro del Comité Técnico 149 INACAL “Gestión de Calidad para promover la Integridad”. Coautor de la Guía de Implementación de Compliance para PYMES. Miembro de la Comisión Consultiva de Riesgo Legal y Compliance del Ilustre Colegio de Abogados de Lima. Miembro de la Comisión de Estudios de Compliance e Integridad del Ilustre Colegio de Abogados de Lima. Miembro de la Comisión de Libre Competencia – Capítulo Perú de la World Compliance Association. Miembro de la Comisión de ESG– Capítulo Perú de la World Compliance Association. Miembro de la Comisión de PYMES – Capítulo Perú de la World Compliance Association. 



El Rol del Órgano de Gobierno y del Oficial de Cumplimiento en el fomento de la Cultura Ética o de “Compliance”

por eduardo paseta spihlmann

Cada día se torna más relevante que la cultura empresarial se encuentre alineada a un comportamiento ético (o de *compliance*) basado en valores corporativos y el cumplimiento de la normativa aplicable. Por ello, es válido afirmar que, si una empresa desea ser sostenible en el tiempo y trascender en la sociedad, procurará lograr sus objetivos de negocio desde un comportamiento ético o de cumplimiento, que alimente una sana cultura empresarial reflejada en sus colaboradores, y que mantenga intachable uno de los intangibles más importantes y valiosos como es la reputación de la empresa.

No obstante, la pregunta cae de madura: ¿Cómo se logra una cultura basada en el comportamiento ético que permita cumplir con los objetivos de negocio? La respuesta se encuentra en la importancia y lugar que el Órgano de Gobierno y/o alta Gerencia (OG) de toda empresa le dé a este tema. Me explico: la cultura empresarial se

promueve a través del liderazgo y clara convicción del órgano de Gobierno y/o alta Gerencia, y que la manera de operar y realizar negocios esté siempre alineada a la ética y los valores corporativos.

Una pieza fundamental para lograr el éxito en el esfuerzo de lograr los objetivos de negocio a través de una cultura ética reside en la elección de un Oficial de Cumplimiento (OC) competente e idóneo para el cargo, que se encargue de diseñar, implementar y monitorear un programa de cumplimiento o de “*compliance*” que sistematice, formalice, refleje y difunda la cultura de la empresa. Sumado a ello, resulta fundamental que el OC sea provisto de los recursos suficientes para garantizar su actuación, así como la operatividad y vigencia del programa de cumplimiento. En definitiva, un programa de cumplimiento sin el compromiso y respaldo del OG, es un programa ineficaz que difícilmente cumplirá sus objetivos.

Ahora bien, para garantizar una adecuada actuación del OC se necesita algo más que el compromiso y provisión suficiente de recursos por parte del OG. El OC debe contar con suficiente independencia y autonomía que demanda la función de cumplimiento o de “*compliance*”, es decir, que la función de supervisar y hacer cumplir el programa de cumplimiento no debe estar influenciada ni condicionada por intereses particulares, prioridades operativas, o decisiones de la alta Gerencia u otros funcionarios de la empresa. Es por ello que varias legislaciones han recogido y adoptado estas atribuciones de la función de cumplimiento.

Garantizados los aspectos antes señalados, vayamos al rol del OC para diseñar un programa de cumplimiento adecuado. En primer lugar, es vital entender el contexto y giro de negocio de la empresa para poder definir su perfil de riesgo, es decir, su nivel de exposición a corrupción, lavado de activos, fraude, conflictos de interés, entre otros. Conociendo los riesgos particulares de la



empresa, se procede a realizar una cuidadosa evaluación de su posible incidencia en todos los procesos y actividades de la empresa, a fin de diseñar los controles y medidas adecuadas para su mitigación.

Los controles y medidas para mitigar los riesgos identificados sobre la base al contexto, realidad y giro de la empresa se materializan en políticas, procedimientos, estándares, y en general, en varias reglas de conducta implementadas internamente. Por lo general, el documento base más común en muchas jurisdicciones es el Código de Ética o el Código de Conducta, el cual establece guías y lineamientos generales del actuar ético y los valores corporativos de una empresa. De ahí parten muchas políticas específicas, procedimientos, estándares o simples lineamientos a seguir que forman parte del programa de cumplimiento.

Es importante destacar que, a pesar de contar con un programa de cumplimiento que haya identificado los riesgos de la empresa, y haya diseñado medidas adecuadas para mitigarlos, no existe riesgo CERO. La empresa siempre estará expuesta a que las circunstancias identificadas inicialmente puedan cambiar, o que algunos funcionarios tomen decisiones que se materialicen en un riesgo no identificado en contra de la empresa. En estos casos, es vital poder demostrar el grado de diligencia que ha tenido la empresa para evitar o mitigar los riesgos de cumplimiento.

Los documentos antes citados, que contienen los controles y medidas de mitigación de los riesgos, son generalmente elaborados y formalizados por el OC con la aprobación del OG, y las áreas involucradas y/o dueñas de los procesos a controlar. Posteriormente, estos documentos deben ser materia de difusión y capacitación periódica, de manera que sean conocidos por todos los colaboradores y se promueva el actuar ético alineado a la cultura empresarial. El objetivo es que el mensaje de *compliance* llegue de manera eficaz y empática a los colaboradores, y que este mensaje trascienda a los terceros que representan a la empresa y/o le brindan servicios o bienes, para mostrarles cómo se espera que actúen en el contexto de una relación comercial.

Finalmente, para coadyuvar en la identificación de casos donde se ha producido una conducta contraria a la ética y a la cultura empresarial, es necesario implementar un canal de denuncias eficaz para que el OC pueda recibir las inquietudes o reclamos sobre supuestos incumplimientos a las políticas, procedimientos y todo documento que forme parte del programa de cumplimiento, así como a las normas legales aplicables a las actividades y operaciones de la empresa; aplicando sanciones en los casos que corresponda.

En resumen, las funciones tanto del OG y del OC son indispensables para fomentar una cultura ética en una empresa, así como garantizar

un adecuado funcionamiento de los programas de cumplimiento. ■

SOBRE EDUARDO PASETA SPIHLMANN

Abogado por la Universidad de Lima. Cuenta con un Máster en Derecho Ambiental y de los Recursos Naturales por la Universidad de Denver, Colorado (Estados Unidos) y diferentes especializaciones en derecho, gestión legal, gestión minera, negociación y compliance en la Universidad de Harvard, Universidad de Yale, The Institute for US Law, The Society of Corporate Compliance, The American Conference Institute, GERENS y el Programa de Alta Dirección de la Universidad de Piura (Perú).

Tiene más de 18 años de experiencia profesional ligada a la industria minera. Actualmente, es Gerente de Cumplimiento Legal y de Permisos en Minsur, y es responsable del cumplimiento legal y regulatorio, y de la planificación y gestión de los permisos y licencias de la compañía. Asimismo, es el responsable del Sistema de Cumplimiento Corporativo de la empresa y políticas corporativas de las empresas de la División Minera de BRECA Grupo Empresarial. Anteriormente, fue Gerente Legal de Marcobre y Superintendente Legal Regulatorio de Compañía Minera Antamina. Es el actual presidente del Comité de Minería de la World Compliance Association (Capítulo Perú). ■



IBERIAN LAWYER



THE DIGITAL AND FREE MONTHLY MAGAZINE

DEDICATED TO THE IBERIAN BUSINESS COMMUNITY

Every issue includes:

- Interviews to lawyers, in-house counsel, tax experts
- Business sector studies
- Post-awards reports
- Video interviews

Follow us on



For information:
info@iberianlegalgroup.com

Search for Iberian Lawyer or IBL Library on





2nd Edition

ENERGY & INFRASTRUCTURE

The event dedicated to private practice lawyers,
experts in the sector of energy & infrastructure in Latin America

SAVE THE DATE

13 December 2023 • São Paulo

Send your submission or ask for info to
guido.santoro@iberianlegalgroup.com
vincenzo.rozzo@iberianlegalgroup.com

Follow us on



#TheLatamLawyerAwards

www.thelatinamericanlawyer.com

DRESS CODE: business suit / cocktail dress



THE LATIN AMERICAN LAWYER

THE DIGITAL AND FREE MAGAZINE

DEDICATED TO THE LATIN AMERICAN
BUSINESS COMMUNITY

Every issue includes:

- Interviews with lawyers, in-house counsel, tax experts
- Business sector studies
- Post-awards reports
- Video interviews

Follow us on



Search for The Latin American Lawyer
or IBL Library on



N 29 | Janeiro 2023

Diretora de Redação

ilaria.laquinta@iberianlegalgroup.com

Vice-diretor

michael.heron@iberianlegalgroup.com

Colaboração

giselle.estrada@iberianlegalgroup.com
amanda.medeiros@iberianlegalgroup.com

Contribuição

crosbybuleje, lavinia junqueira, rosana madrid
montoro, fredy martin guerra rojas, teresa tovar
mena, eduardo paseta spihlmann, nancy yong ch.

Diretor de Redação - Grupo

nicola.dimolfetta@lcpublishinggroup.com

Responsável Administrativo

carlos.donaire@iberianlegalgroup.com

Equipe Gráfica

francesco.inchingolo@lcpublishinggroup.com
andrea.cardinale@lcpublishinggroup.com
riccardo.sisti@lcpublishinggroup.com
claudia.gentile@lcpublishinggroup.com

Gestor Internacional de Projetos e Conferências

anna.palazzo@iberianlegalgroup.com

CEO

aldo.scaringella@iberianlegalgroup.com

CEO Assistant

simona.anzelonibignotti@lcpublishinggroup.com

Group Communication and Business Development Director

helene.thierry@lcpublishinggroup.com

General Manager and Group HR Director

stefania.bonfanti@lcpublishinggroup.com

Group CFO

valentina.pozzi@lcpublishinggroup.com

Marketing and Sales Supervisor

chiara.seghi@lcpublishinggroup.com

Account Executive Brazil, Iberian and Latam Markets

amanda.castro@iberianlegalgroup.com

Events and Sales Coordinator

silvia.torri@lcpublishinggroup.com

Editor

Registered office:
C/ Manuel Silveira, 8
1º Dcha
28010 Madrid
T: +34 91 563 3691
info@iberianlawyer.com
www.iberianlawyer.com
www.thelatinamericanlawyer.com

The publisher and authors are not responsible for the results of any actions (or lack thereof) taken on the basis of information in this publication. Readers should obtain advice from a qualified professional when dealing with specific situations. Iberian Lawyer is published 12 times a year by Iberian Legal Group SL. © Iberian Legal Group SL 2020 - January 2022. Copyright applies. For licensed photocopying, please contact info@iberianlegalgroup.com

Legal Deposit

M-5664-2009

info@iberianlegalgroup.com